



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

LUIS HENRIQUE FERREIRA DIAS

**DOMINGO NA “DONJA”: A MANIFESTAÇÃO ESPACIAL DO LAZER
NA AVENIDA DOM JOAQUIM, PELOTAS (RS)**

PELOTAS – RS

2016

LUIS HENRIQUE FERREIRA DIAS

**DOMINGO NA “DONJA”: A MANIFESTAÇÃO ESPACIAL DO LAZER
NA AVENIDA DOM JOAQUIM, PELOTAS (RS)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giovana Mendes de Oliveira

PELOTAS – RS

2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D541d Dias, Luis Henrique Ferreira

Domingo na "Donja" : a manifestação espacial do lazer na Av. Dom Joaquim, Pelotas (RS) / Luis Henrique Ferreira Dias ; Giovana Mendes de Oliveira, orientadora. — Pelotas, 2016.

113 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Av. Dom Joaquim. 2. Pelotas. 3. Espaço público. 4. Tempo de lazer. 5. Grupos sociais. I. Oliveira, Giovana Mendes de, orient. II. Título.

CDD : 711.4

LUIS HENRIQUE FERREIRA DIAS

**DOMINGO NA “DONJA”: A MANIFESTAÇÃO ESPACIAL DO LAZER
NA AVENIDA DOM JOAQUIM, PELOTAS (RS)**

Dissertação apresentada como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Giovana Mendes de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Pós. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (Membro)
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (Membro Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

A meus pais, primeiros mestres.

Ali, as sarjetas estão cheias de Cobras; quer dizer, uma gangue de delinquentes juvenis: Cobra, a palavra surge estampada às vezes em camisetas, outras vezes pintada em letras que reluzem numa fosforescência assustadora nas costas das jaquetas de couro. A ladeira faz parte de seu domínio medonho, é um trecho de seu “território”, como eles o chamam. Um trecho infinitesimal, pois essa turma poderosa lança seus olhares proprietários sobre vastas extensões de áreas urbanas.

Truman Capote

RESUMO

Esta pesquisa analisa determinados atributos que acionam a apropriação do espaço público da av. Dom Joaquim, Pelotas/RS, nas tardes de domingo. Assim, as razões que tornam o referido local um espaço-tempo de lazer para diferentes grupos sociais constituem o objetivo geral da investigação. A questão prática suscitada a partir do tema é o uso do espaço público urbano como episódio coletivo de apropriação da cidade mediado por contingências objetivo-subjetivas; desse modo, esses espaços são potenciais agentes de aproximação geográfica entre diferentes grupos sociais. Nesse contexto, a materialidade da av. Dom Joaquim exercita sobre o espaço público uma estética que age como amplo fator de atração social; em contrapartida, porém, interesses de uso específicos parecem impedir a efetiva interação social entre os diversos grupos de atores que se apropriam do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos da pesquisa, teve como escopo uma abordagem qualitativa com a qual se coletou os dados por meio de observações sistemáticas da área de estudo durante as tardes de domingo, além de entrevistas semiestruturadas junto a respondentes qualificados como frequentadores assíduos. Pode-se dizer que o exercício empírico embasou a fundamentação teórica não somente no aferir das possibilidades ventiladas, como essencialmente ao propor as perspectivas norteadoras do debate; e de modo geral, os resultados encontrados permitem inferir que a boa qualidade dos atributos físicos da av. Dom Joaquim atrai diversos grupos sociais, mas a proximidade espacial gera um desencontro entre os atores por meio dos usos e modos de agir manifestados sobre o espaço público durante o tempo de lazer.

Palavras-chave: Av. Dom Joaquim. Pelotas. Espaço público. Tempo de lazer. Grupos sociais.

ABSTRACT

This study presents and analyzes certain attributes that trigger the appropriation of public space av. Dom Joaquim, Pelotas/Brazil, on Sunday afternoons. And so, the reasons that make that site a leisure space and time for different social groups constitute the main objective of the investigation. The practical question raised from the issue is the use of urban public space as a collective episode of city appropriation mediated contingencies objective-subjective; this way, these spaces are potential geographic proximity agents among different social groups. In this context, the materiality of av. Dom Joaquim exercises over the public space an aesthetic that acts as ample factor of social attraction; in contrast, however, use of specific interests seem to prevent effective social interaction between different groups of actors who appropriate the public space of av. Dom Joaquim on Sunday afternoons. The methodology used to achieve the objectives of the study was to scope a qualitative approach with which collected data through systematic observations of the study area during Sunday afternoons, as well as semi-structured interviews with qualified respondents as regulars. It can be said that the empirical exercise based the theoretical basis not only in the measure of ventilation possibilities, as essentially to propose the guiding perspectives of the debate; and in general, the results allow us to infer that the quality of the physical attributes of av. Dom Joaquim attracts various social groups, but the spatial proximity generates a mismatch between the actors from their uses and modes of action manifested on public space for leisure time.

Key words: Av. Dom Joaquim. Pelotas. Public Space. Leisure time. Social groups.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Pelotas.	26
Figura 2. Delimitação da área de estudo.....	27
Figura 3. Regiões Administrativas de Pelotas.....	76
Figura 4. Canteiro central.....	77
Figura 5. Arquitetura elitizada.....	78
Figura 6. Fachada de um bar.....	79
Figura 7. Prédios residenciais.....	80
Figura 8. Mobiliário lúdico.....	81
Figura 9. Ciclovía.....	82
Figura 10. Academia ao ar livre.....	84
Figura 11. Redutos 1, 2 e 3.....	87
Figura 12. A calçada.....	95
Figura 13. A praça.....	97
Figura 14. O posto.....	99

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1	A PESQUISA	19
2.2	AS OBSERVAÇÕES	22
2.3	E AS ENTREVISTAS	24
3	O LAZER E A CIDADE	28
3.1	CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO	31
3.2	SOBRE O LAZER	40
4	UMA ESTÉTICA DO ENCONTRO	45
5	MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS	58
5.1	SOBRE O PODER	61
5.2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	63
6	DOMINGO NA “DONJA”	71
6.1	ANTES, UM POUCO DA HISTÓRIA	72
6.2	E AGORA, A “DONJA”	75
6.3	O ENCONTRO: POR QUE AS PESSOAS VÊM	88
6.4	(DES) ENCONTRO: ATORES E MODOS DE AGIR	94
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE	113

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as aceleradas e incessantes transformações, seja ao nível social, cultural, político ou econômico, parecem redimensionar os alicerces tradicionais da sociedade. Em virtude disto, haveria resultados específicos afirmando-se de maneira intersticial nas tramas do cotidiano urbano; e talvez tal condição faça com os valores político-econômicos possam colonizar a cidade enquanto inexorável contingência do tempo presente. E neste contexto, as mudanças da sociedade mundial são cada vez mais transformações urbanas.

Acredita-se que esta conjuntura tem-se mostrado profícua para as discussões ao redor da problemática do tempo livre, o que vem a reforçar a importância do tema do lazer na dinâmica das cidades.

É comum associar hoje o tempo livre ou ao desemprego ou ao lazer. E não há como negar que as metamorfoses processadas no mundo do trabalho, notadamente as inovações tecnológicas e organizacionais, geram em paralelo novas maneiras de encarar o tempo do trabalho e, certamente, o tempo liberado das atividades laborais; contudo, o lazer é importante não apenas para aliviar possíveis tensões infligidas na rotina do trabalho, mas fundamentalmente por expressar esta forma de tempo aberto no curso do qual as pessoas podem, em tese, abstrair-se de algumas prescrições da sociedade pela fruição de um tempo livre e passível de ser apropriado por todos que assim o desejem.

Segundo uma perspectiva materialista, o trabalho pressupõe um tempo criado a partir das práticas materiais de produção, mas a manifestação do lazer, ainda que suscite determinadas relações com o mundo do trabalho, não chega a responder por um processo material de produção na sociedade. E além do mais, a análise do lazer como mero apêndice do trabalho parece não mais portar frutos se o tempo produtivo da fábrica começa a ser redefinido nas engrenagens da mecânica social.

E no limite, a cidade representa um espaço de mediação ao desempenhar um papel que espelha e determina as mudanças com as quais as sociedades passam a lidar, pois o saldo das reestruturações operadas pelo modo de produção capitalista, no curso das sucessivas modernidades, alcançam em cifra e qualidade as pessoas que vivem e vivificam os espaços urbanos.

Certamente que as metamorfoses do trabalho integram uma galáxia de novos ritmos, entretanto permanecem os conflitos sociais e possíveis sobras de tempo são sublinhadas pela condição econômica das pessoas. Assim, é produtor buscar um diálogo ampliado entre tempo livre e trabalho, o qual não esteja ancorado apenas no paradigma tradicional da oposição entre essas duas categorias, bem porque o objeto deste estudo prescinde da clássica sujeição do lazer ao trabalho.

É importante destacar que a vida não se relaciona apenas com o tempo, mas também com o espaço, e isso é crucial frente ao problema do lazer, uma vez que os espaços possíveis à prática do lazer estão dispersos pela cidade bem como o tempo disponível a cada um é potencialmente pautado através da configuração espacial da cidade, tema ratificado nos itinerários individuais regidos pela distância a ser vencida para chegar à escola, ao trabalho ou aos locais de lazer.

No entanto, além dos fatores de mobilidade, o espaço resguarda na dimensão pública a possibilidade da ação. Isto é, o espaço quando público pode conclamar as pessoas a uma forma gratuita de encontro, ainda que a localização e o conseqüente deslocamento possam ser economicamente limitantes a muitos que queiram acessar os espaços públicos da cidade. Outro aspecto a ponderar é a qualidade dos espaços públicos urbanos, pois ela é determinante na escolha dos mesmos, e talvez até mais relevante em comparação à quantidade, se for considerado que os espaços abertos existem na cidade, mas que uma larga apropriação destes espaços é subsidiária dos aportes de infraestrutura física.

Ao encontro dessa questão, a perspectiva de uma estética mais refinada, que porventura possa estar associada a uma determinada área da cidade, parece atuar, em alguns casos e a certa medida, como pano de fundo atrelado à materialidade do espaço. E se o objetivo for compreender e explicar o porquê de determinado espaço público se tornar opção de lazer em detrimento de outros locais de igual estatuto na cidade, acredita-se que seja fundamental prospectar os significados atribuídos pelas pessoas a este espaço como temporalidade lúdica.

Isso porque embora estando relacionada à materialidade do espaço, a opção de lazer não é um fenômeno espacialmente engessado, e o fator humano constitui a adequada medida para explicar os usos do espaço público. E assim, a manifestação do lazer poderá colher no campo conceitual da geografia uma teoria pertinente para explicar um episódio espacialmente referenciado.

Afrontar uma manifestação espacial do lazer na cidade implica em reconhecer o papel preponderante de um tempo admitido como livre, mas sem ignorar que em uma sociedade envolvida, poluída e maculada pelas determinações do capital, este tempo não representa algo verdadeiramente livre, e sim um momento favorável ao desenvolvimento de uma atividade lúdica por meio da qual as pessoas podem aliviar sem subverter o jugo da racionalidade capitalista.

Mesmo porque a possibilidade do lazer não é matéria igualitária, tampouco o espaço público resta refratário às coevas transformações da sociedade, pois é nos espaços públicos que os novos estilos e necessidades parecem adquirir autonomia de existência; em larga medida, é no espaço público que a cidade de fato acontece e uma ressonância pública, por vezes, exacerba discursos hegemônicos que podem guiar as práticas espaciais pela bússola do capital.

No curso desta perspectiva, integração e confronto entre classes parecem ser valores historicamente estruturantes dos espaços públicos que ao serem enfatizados no contexto atual, passariam a afrontar o ideal moderno de uma vida pública urbana que promulgava a rua como uma efetiva possibilidade de interação das diferenças em condições de igualdade. Esta alteração de valores coletivos é acionada de modo diretamente implicado sobre o espaço-tempo do lazer, restando operada por funções abertamente subjetivas; abertas, porque afirmadas na dimensão pública do espaço; e subjetivas, por auspiciarem uma estética que formaliza certos afastamentos sociais sobre os espaços de uso comum.

Dessa maneira, ao ser incorporado por um padrão estético típico das elites, o espaço pode impetrar um êxito oculto de uma tendência perene do capital, qual seja, a espacialização de distinções sociais sobre o trânsito do cotidiano. Sendo assim, os espaços públicos são referências no tecido urbano que podem inculcar as condições econômico-sociais da fração urbana onde se assentam. Então, uma praça de bairro na periferia é um relativo indicador das condições de vida de seus moradores, tanto como o é um espaço público situado na área nobre da cidade.

E se as pessoas tendem a buscar os espaços aprazíveis, então uma estética da limpeza e do alinhado poderá exercitar uma forma de poder capaz de conquistar o público, não importando a condição financeira individual. Nesses termos, habita a possibilidade de a expressão material projetar um mote simbólico no espaço público, o que afirmaria em duas frentes a atratividade social.

Mas se um espaço público pode aproximar diversos grupos, a distância social entre estes permanece, e talvez até sendo aviltada pela proximidade espacial; dessa maneira, o caráter de classe funcionaria como muro de cristal entre os atores que no tempo livre comungam esse espaço. E nesse contexto, a ditadura do dinheiro estaria associada às práticas de lazer, não apenas devido ao pragmatismo dos custos que porventura possam estar envolvidos na procura por divertimentos em público, como, sobretudo, na inscrição de diversos modos de agir expressando contradições sociais sobre o espaço público.

Enquanto cada vez mais as cidades tributam nos meandros do capital, mais o ser humano é subjugado por uma cultura individualista que reafirma um mosaico de necessidades ditadas pela racionalidade de mercado, as quais parecem instilar nos espaços de lazer uma perspectiva de produção individual. Em essência, reinaria um tipo de permuta imaterial pautada pela visibilidade em público, e assim cada pessoa quer auferir a si os estilos vinculados ao espaço, o que pode suscitar a presença em comum de distintos atores, mesmo quando na origem o planejamento espacial não busque especular além do domínio imobiliário.

Nesse sentido, é possível pensar que uma área elitizada da cidade pode, por meio do espaço público, passar a atrair um fluxo indiscriminado de pessoas. O que indicaria que os investimentos na infraestrutura física, porventura destinados a uma valorização econômica do espaço, de certo modo se desvirtuam pela expressão de uma prática coletiva que extrapola os determinismos de mercado.

Seja na acepção geográfica do termo, ou na analogia ao *status* socioespacial, uma área *nobre* invariavelmente é bem localizada. Diante disto, é possível supor que se nessas áreas houver espaços abertos à apropriação, estes espaços se destacam em uma geografia estabelecida por investimentos em infraestrutura, esta perspectiva pode indicar uma estrada indo em direção de prováveis desdobramentos subjetivos manifestados a partir da aplicação de capitais sobre determinados espaços públicos da cidade.

Dentro desse contexto, o conflito social pode luzir potencialmente engendrado pelos limites geográficos do encontro; ou seja, ainda que diferentes grupos de atores se ajuntem em um mesmo espaço-tempo de manifestação do lazer, é possível que a efetiva interação entre os atores esteja condicionada a fatores mais abrangentes que proximidade física estabelecida.

Diante do exposto, o problema desenvolvido nesta dissertação é pautado pela seguinte pergunta: por que tantas pessoas escolhem frequentar o espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo? A partir desse questionamento, o enfoque central está na manifestação do lazer enquanto prática social voluntária que engloba a diversão e a aparição em público inserida num espaço-tempo utilizado de maneira lúdica; e assim, o lazer é abordado como uma necessidade inerente ao habitante da cidade, independente de exercer ou não algum tipo de trabalho.

E o regime de visibilidade da av. Dom Joaquim parece condensar um domínio de agentes sociais elitizados, sendo tal particular reputado como pertinente à crítica social pretendida nestas linhas. A especificidade do recorte temporal se justifica por ser durante as tardes de domingo que a av. Dom Joaquim apresenta uma acentuada presença humana que imprime um dinamismo alinhado aos objetivos da pesquisa. Alvo constante dos investimentos público e privado, os quais aprimoram a qualidade do espaço para a prática do lazer, o local parece projetar uma estética refinada por atributos espaciais típicos da elite.

Por isso que o padrão residencial foi analisado, sendo as fachadas das casas e prédios de moradia um elemento para o debate acerca de uma possível pressão exercida de maneira sub-reptícia através de uma visibilidade compulsória atingindo o espaço público, isto porque a materialidade do espaço físico organiza e caracteriza o entorno imediato sem as inevitáveis reservas visuais dos espaços fechados.

De seguro, no espaço público propriamente dito, o dado subjetivo foi atributo considerado; mas sem negligenciar os aspectos utilitários, a visibilidade do espaço, composta por fachadas comerciais e residenciais, árvores, gramados, equipamentos de ginástica, além dos grupos característicos das tardes de domingo, foi parâmetro na tentativa de compreender a opção social pela av. Dom Joaquim em detrimento de outro espaço público da cidade. Postula-se que afrontar essa concreta contingência, permite desvelar o poder de uma contraposição abstrata frente ao acesso tangível do espaço público.

Sem olvidar, ainda, que a tomada do poder simbólico não ocorre em qualquer espaço público de maneira indiferenciada. Talvez por depender de alguns atributos geográficos concretos, os quais condicionam as fruições física e psicológica, que um espaço aberto demande investimento financeiro para se tornar uma área destacada em termos de apropriação social.

O panorama atual da av. Dom Joaquim mostra diversos empreendimentos em etapa de construção; de modo que os poucos terrenos que ainda estavam ociosos, passam a integrar um corolário imposto pelas pressões da incorporação imobiliária. Erguem-se prédios de apartamentos e de escritórios, residências mudam de função, assomam-se novas lojas, ao lado das chamadas ações de requalificação impetradas sobre o espaço público nos últimos anos.

Isto demonstra que a av. Dom Joaquim é um espaço que se *agita* também por diversos investimentos, o que pode determinar alguns possíveis indicadores de uso; ou seja, as causas que impelem as pessoas a se apropriarem do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo; de tal maneira que o objetivo geral desta pesquisa é analisar os motivos que fazem da av. Dom Joaquim um espaço-tempo de lazer para diversos grupos sociais.

Em nome de uma melhor condução prático-teórica dos estudos, foi destacado um trecho específico do espaço da av. Dom Joaquim, tudo a partir do objetivo geral, que também orientou a delimitação temporal da análise. E então, foram pensados os objetivos de cunho específico, a saber:

- a) Caracterizar o espaço público da av. Dom Joaquim;
- b) Identificar os atores que a frequentam nas tardes de domingo;
- c) Identificar usos e atitudes de grupos sociais sobre o espaço público;
- d) Analisar se a manifestação espacial do lazer implica em territorialidades.

A proposta justifica-se pelo entendimento de que a análise das manifestações de lazer abarca a geografia ao desvendar uma interação entre as dimensões física e social no contexto da cidade. E por ser a geografia uma ciência que busca explicar espaços, a particularidade de uma atividade lúdica se faz objeto de interesse devido aos desdobramentos espaciais que pode traduzir.

Tudo sem escamotear uma realidade na qual os lazeres parecem subsumidos por uma floresta de necessidades artificiais que aliena, por conseguinte, a realização social em uma dimensão nitidamente essencial ao desenvolvimento da subjetividade humana. Urge, pois, interpelar as contradições inerentes ao capital como agente da transformação urbana num cenário cujas ações tendem a equalizar o espaço público a partir das determinações do mercado, em um sensível desabono das verdadeiras aspirações humanas.

Desse modo, é importante conhecer os anseios sociais frente à qualidade dos usos do tempo livre no espaço público; por outras palavras, a realização da atividade do lazer em uma dimensão da cidade onde, em princípio, o dinheiro não é indutor da ação, mas os imperativos do capital podem permear a sociabilidade de modo velado e poderoso a ponto de inscrever diferentes espaços no tempo do encontro.

É oportuno frisar o fato de que nas tardes de domingo, via de regra, o tempo é tradicionalmente liberado, seja para quem trabalha como para quem não dispõe de um emprego. E sendo prerrogativa do geógrafo tentar explicar o espaço na dinâmica do social, o lazer pode representar um tema de excelência para uma abordagem em geografia que guarde reciprocidade com o tempo presente.

De maneira geral, acredita-se na importância de investigar o papel do espaço público em um contexto de acentuadas mudanças que podem fazer o tempo livre e a cidade inscrever contradições no cotidiano urbano, considerando a heterogeneidade do nível de participação das pessoas na atividade de lazer, advinda principalmente das diferenças entre classes. Em geral, espera-se que a pesquisa consiga contribuir para lançar novas luzes sobre o tema do lazer nas cidades.

Partindo-se da objetividade das respostas coletadas junto aos frequentadores da av. Dom Joaquim nos domingos à tarde, bem como de observações empíricas da área de estudos, se quer conciliar um diálogo conceitual entre as categorias espaço público, tempo livre e cidade, tendo na ditadura do capital o pano de fundo que tanto envolve como é tencionado pela manifestação do lazer.

Dessa proposta teórica, pode-se avançar na direção da trilogia tempo-espaço-território, a qual Saquet (2013) aludira como sendo uma “orientação inicial para uma pesquisa da ciência geográfica”. Então, o esmiuçar de um dissimulado conflito entre classes socialmente diversas, poderia obter do território a alternativa conceitual para observar a prática do lazer em um espaço potencialmente engendrado como arena pública na dinâmica da cidade.

E além do mais, acredita-se ser função do geógrafo afrontar as entrelinhas de um espaço-tempo socialmente percebido como livre onde a materialidade, em tese, conclama a todos, mas na prática pode erigir barreiras simbólicas que desmobilizam a efetiva troca social. Haveria, assim, um fato territorial a ser identificado e teorizado pela geografia.

Neste momento, cabe esclarecer o porquê de a territorialidade aparecer como um objetivo específico dessa análise, se a proposta central consiste em investigar os motivos que tornam o espaço público da av. Dom Joaquim um espaço atrativo para diversos grupos sociais durante as tardes de domingo, e tanto que a pergunta-chave que norteia este estudo foi formulada a fim de problematizar em torno deste universo temático.

Ocorre que as observações, as conversas abertas e as entrevistas, revelaram haver três diferentes pontos de encontro dentro da área de estudo; cada um desses pontos configurados pela apropriação de diferentes grupos sociais. Esses pontos de encontro se expressam como territórios inscritos pelos interesses de uso dos atores durante a manifestação do lazer em público, pois aos domingos, entre 15h e 19h, a apropriação social da av. Dom Joaquim se verifica de modo contundente; contudo, a proximidade geográfica entre distintos grupos sociais tende à fragmentação espacial do encontro, isso sob o comando de uma lógica que desafia a compreensão quando afrontada tão-somente no viés dos atributos relativos à atratividade social do espaço público.

E assim, sob o prisma do território e da territorialidade foi possível corroborar a forma simbólica de poder que permeia a manifestação do lazer no espaço público. De maneira que a territorialidade pôde ser acrescentada como objetivo específico, mas não para legitimar uma perspectiva teórica e sim para fidelizar uma resposta do campo.

Entende-se, pois, que os diferentes grupos sociais inscrevem sobre o espaço público da av. Dom Joaquim interesses de uso específicos, que também os impelem à apropriação deste local nas tardes de domingo. Isso engendra um modo de poder que permeia a ação concreta sobre o espaço, podendo erguer barreiras tênues entre os grupos sociais que seguem mutuamente expostos à força do encontro.

Por isso que à luz do território e da territorialidade que o compõe, foi possível valorizar a dinâmica interna do encontro, isto é, desvelar a configuração espacial do lazer sobre o espaço público da av. Dom Joaquim durante as tardes de domingo. E sendo assim, afrontaram-se as conjecturas de grupos que sustentam a manifestação espacial do lazer como atividade social que necessita ser abordada considerando-se também certas ordens subjetivas do capital, por mais que o espaço seja público e o lazer uma prática voluntária.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 A PESQUISA

Para Demo (1987, p. 23), “a pesquisa é a atividade pela qual descobrimos a realidade que não se desvenda na superfície”. Diante de tal afirmação, pode-se dizer que a pesquisa é um conjunto orientado de procedimentos para discernir aquilo que não aparece de imediato aos olhos do investigador. É, pois, um esquema explicativo visando a desvendar determinada realidade sem pretensão de esgotá-la, até porque “qualquer esquema explicativo nunca esgota uma realidade, pois essa função é mais exuberante que aquele”.

Diante disso, a pesquisa não é um movimento no rumo do peremptório, e sim um “fenômeno de aproximações sucessivas e nunca acabado, não é uma situação definitiva, diante da qual já não haveria o que descobrir”. (MARTINS, 2003 p. 07) É o processo de reflexão que busca identificar, teorizar e explanar os fatos da sociedade a partir de problemas que estruturam o projeto e o raciocínio do pesquisador durante a condução do estudo.

Assim, a concepção do trabalho de pesquisa demanda uma metodologia para fundamentar as teorias; devendo a estas estar reportada em um processo capaz de propor e elucidar as ideias. Por isso, a metodologia “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. (MINAYO, 2000, p. 16)

Em verdade a pesquisa pressupõe a construção de conhecimento sobre uma determinada realidade, o que não significa formular a realidade em si. Desse modo, poderá fluir a criatividade do investigador somente através de uma atitude de dúvida disciplinada por parâmetros que evitem os julgamentos apressados e inconsistentes. Em poucas palavras, pesquisar é se armar de espírito crítico diante de uma situação específica, mas apoiando-se num quadro coerente de técnicas definidas a partir dos objetivos do estudo.

O percurso de uma pesquisa passa pela tentativa de interpretar um fenômeno sem desvirtuá-lo, sendo imperioso afrontar o real em sua essência. Em nossos dias, cabe à pesquisa científica desvelar a conexão, a interação de opostos, os elos entre os contraditórios, a diversidade e a complementaridade do fato social, pois “no fundo interessa a realidade, entendida não somente como os condicionamentos cotidianos, mas também a sociedade nela mesma”. (DEMO, 1987 p. 63)

Esta dissertação resulta de um estudo de caso que começa com observações pessoais e diretas do pesquisador sobre a área de trabalho e avança nas entrevistas individuais. Nestes termos, a presença de campo foi utilizada até o momento no qual se julgou esgotada a possibilidade de revelar informações pertinentes ao tema, tanto no acontecer espacial como nos dados verbais. Quer dizer, a metodologia qualitativa instrumentalizou a construção do conhecimento.

Desse modo, procurou-se adentrar a realidade do recorte empírico para evitar que conjecturas teóricas viessem a monopolizar uma manifestação social subsumida na verdade do espaço; e isso possibilitou uma maior liberdade de ação na busca por evidências concretas.

Mesmo porque na pesquisa qualitativa, “busca-se compreender a realidade e, sem dúvida, não bastam apenas as leituras, é preciso participar e fazer as pesquisas sobre a realidade”. (RODRIGUES, 1991, p. 10) E para pesquisar sobre a realidade, procurou-se avançar além da revisão de literatura e participar pondo os pés no chão da área de estudos.

É possível objetar que duas formas de leitura devem-se articular na pesquisa qualitativa: uma de gabinete e outra de campo; é evidente que diante da percepção, os significantes se distinguem, porém a compreensão de determinada problemática depende dessa interface intrínseca ao raciocínio científico. “Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, buscando compreender os fenômenos pela sua descrição e interpretação”, (TEIXEIRA, 2013, p. 137) por isso a presença física do pesquisador é condição para entender criticamente o fenômeno espacializado.

Nessa perspectiva, Godoy (1995, p. 62) afirma que “os estudos denominados qualitativos têm como uma preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”. Posição semelhante aparece em Alves-Mazzotti (1998, p. 148), ao referir que “nos estudos qualitativos, a coleta sistemática de dados deve ser precedida por uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado”.

Com efeito, a realidade social é um movimento singular tornado plural através da unicidade múltipla do espaço. Por outras palavras, o fenômeno espacializado é uma totalização fazendo sombras que só podem ser iluminadas a contento por meio da investigação de campo; daí que o pesquisador foi um instrumento de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

Entenda-se o campo como a fração da cidade explorada nesta pesquisa; ou a área delimitada para conceber e confrontar a problemática proposta. Então, com o trabalho sistemático de campo, foi estabelecido um contínuo trâmite analítico entre a fundamentação teórica do estudo e a manifestação social a ser explicada. De acordo com Minayo (2000, p. 53), o campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, sendo a realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

Logo, a delimitação espacial da realidade em estudo permitiu que focos gerais de interesse pudessem ir se afunilando a aspectos mais pontuais no transcurso da abordagem; entretanto, o fechamento das informações mais amplas não abreviou os dados ou evidências a variáveis estatísticas, até mesmo porque enumerar e ou medir eventos não é prerrogativa da pesquisa qualitativa, a qual:

parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58)

Em referência a Patton, Alves-Mazzotti (1998, p. 131) caracteriza o método qualitativo como o modo de intervir na realidade pressupondo que “o comportamento das pessoas tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”.

Algo semelhante parece acompanhar a natureza dos relatos, no entendimento de Silva (2000), a informação estaria implicada, assim, “no ato, no gesto, na cor, no ruído, no som como modos de exprimir-se a ideia concreta. Informar-se é receber os sinais e decodificá-los, registrá-los e colocá-los à disposição da mente”.

Por meio das entrevistas, foi possível decodificar palavras à luz dos autores, o que é importante porque “as entrevistas e as narrativas tornam acessíveis apenas os relatos das práticas e não as próprias práticas”. (FLICK, 2004, p. 147) Tendo sido a observação fundamental para desemaranhar os dados obtidos na fala das pessoas; de modo que os atos e gestos expressados por respondentes durante as entrevistas foram tratados como indicadores em potencial ou um subsídio interpretativo, pois na pesquisa social “normalmente se pedem observações, que permitem ao pesquisador descobrir como algo efetivamente funciona ou ocorre”. (*idem*)

Para detectar os fatores que acionam a apropriação do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, a pesquisa qualitativa se mostrou como mais adequada em virtude do caráter subjetivo implicado na prática espacial do lazer. Sob esse aspecto, foi preciso manter determinado distanciamento da situação analisada para melhor perceber e relatar as evidências empíricas; e para isso, se adotou o “método de observação não-participante, modelo que abstém-se de intervenções no campo”. (FLICK, 2004, p. 148)

2.2 AS OBSERVAÇÕES

As observações foram feitas em datas distintas do ano de 2015, sempre aos domingos, entre 15 e 19h. A delimitação temporal foi definida a partir da constatação de que era dentro desta faixa horária que o movimento de pessoas atingia o pico e começava a declinar. Para manter o foco nos objetivos da pesquisa, foi estabelecido um roteiro de observações que continha uma lista de atributos envolvendo desde os aspectos rigorosamente físicos do espaço, até algumas ocorrências concernentes a comportamentos e atitudes dos frequentadores. Este roteiro encontra-se no anexo.

Entre os meses de janeiro e junho de 2015, foram feitas as observações para que fosse possível caracterizar o espaço público, bem como compreender as formas de uso que o vivificam nas tardes de domingo. Os elementos e acontecimentos iam sendo observados e anotados em um diário de campo, pois pareceu mais adequado manter certa discricção em meio ao evento concreto, o que poderia ser mais custoso com a utilização de equipamentos de gravações de voz ou imagens, por exemplo. A exceção foi o uso de um equipamento do tipo *tablet* para os registros fotográficos do estudo, mas sempre procurando não despertar maiores atenções.

Durante esta primeira etapa de campo, houve cinco conversas abertas junto a frequentadores da av. Dom Joaquim a fim de extrair uma perspectiva dos atores da situação em estudo e construir um perfil em potencial de informantes para as futuras entrevistas. O fato de a parte inicial do estudo perpassar os meses de verão, outono e inverno, foi oportuno para avaliar que o espaço público da av. Dom Joaquim não tem um uso sazonal, mas efetivamente ocorre ao longo do ano. E dessa maneira, foi possível verificar que a prevalência do público não está condicionada a uma estação climática específica.

Durante as observações se cuidou de anotar os atributos relativos à limpeza e à conservação do espaço público, atentando para a presença, a funcionalidade e a qualidade do mobiliário lúdico, além de referir as amenidades naturais e os aspectos de segurança e acessibilidade dos frequentadores. Foi destacado ainda os fluxos de automóvel, motocicleta e bicicleta.

Também se procurou descrever o padrão residencial e comercial da av. Dom Joaquim, na intenção de compor um regime de visibilidade para ser trabalhado como o elemento de uma estética socialmente atrativa. Outra perspectiva que foi objeto do olhar surgira de uma constatação referente ao fato de que as pessoas demarcavam territórios pela apropriação dos grupos sociais, tornando o encontro espacialmente compartimentado.

Por este motivo, o processo para qualificação dos informantes obedeceu a um critério que considerou a presença dos atores nestes territórios; sendo identificados três territórios dentro do espaço de estudos como prováveis inscrições espaciais de lazer fundadas nos interesses do uso, a saber: a praça, o posto de combustíveis e a calçada de um bar.

Procedendo-se dessa maneira, foi possível sustar as dificuldades inerentes a um universo amostral que não tolerava ser planejado *a priori*, isto porque no espaço público não há meios de conhecer de antemão as pessoas que serão entrevistadas; nessa situação, o pesquisador se viu submetido a andar por uma estrada aplanada a cada passo, onde a fórmula encontrada para equalizar os reveses adveio do método da observação não-participante.

De um modo geral, essa forma de observação é uma abordagem ao campo observado que parte de uma perspectiva externa. Por isso, deve ser aplicada principalmente na observação de espaços públicos, nos quais o número de membros não pode ser limitado ou definido. Além disso, é uma tentativa de observar eventos à medida que ocorrem naturalmente. (FLICK, 2004, p. 151)

Partindo dessa prerrogativa, e primando pelos atributos da investigação, ficou decidido entrevistar as pessoas em cada um dos territórios identificados, isto é, na praça, no posto de combustíveis e na calçada de frente ao bar; assim, o tamanho da amostra final seria definido de maneira a abranger uma ampla perspectiva do evento com entrevistas semiestruturadas pelo roteiro de perguntas constante no anexo. Os resultados das observações estão apresentados no capítulo seis.

2.3 E AS ENTREVISTAS

E dois informantes por território se mostrou como número suficiente porque “o aprofundamento e a abrangência da compreensão do grupo social importa mais do que a generalização”, e assim, um grupo pequeno de pessoas pode ser satisfatório para responder sobre aspectos coletivos mais amplos; e além do mais, as respostas começaram a saturar nos segundos informantes de cada território. E por outra parte, “uma amostragem qualitativa privilegia aqueles sujeitos que detêm alguns atributos que o investigador pretende conhecer”. (MINAYO, 2000, p. 102)

Os entrevistados foram escolhidos a partir de observações pessoais; por meio deste método, e sempre considerando o critério espacial já aludido, os respondentes foram selecionados entre aqueles sujeitos que se disseram frequentadores assíduos do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, sendo estes ouvidos em entrevistas semiestruturadas. É oportuno registrar que a amostra das entrevistas representa um suporte verbal obtido entre os frequentadores que, além de habituais, se mostraram receptivos na abordagem face a face; isto por entender que a empatia inicial facilitou a interação social permitindo maior naturalidade entre o pesquisador e os entrevistados.

Essa opção pelas entrevistas semiestruturadas passa pela expectativa de ser “mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada em um questionário”. (FLICK, 2004, p. 89)

Manzini (1991), afirma que a entrevista semiestruturada tem foco em assunto sobre o qual se faz um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”.

E talvez pelo caráter prospectivo,

de um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana. (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 168)

As entrevistas de tipo qualitativo ampliaram o contato do pesquisador com os entrevistados, o que representou uma vantagem a favor de captar e compreender os significados por eles atribuídos à situação enfocada na pergunta. As respostas eram anotadas num caderno, também nas entrevistas não se recorreu à gravação de voz, porque as pessoas pareceram estar à vontade nas conversas abertas dos primeiros meses, quando as falas foram registradas apenas em papel.

O roteiro de perguntas foi importante para conduzir as entrevistas mantendo o foco dos informantes no tema do estudo. Devido ao caráter aberto, é possível dizer que as questões permitiram esclarecer em tempo as falas que porventura soassem obscuras, recompondo o contexto inicial das entrevistas, as quais ocorreram sempre entre 15h e 19h, pois nesta faixa horária foi identificada a maior presença de público; acresce que as entrevistas foram realizadas em tardes cujas condições atmosféricas favoreciam o uso de espaços ao ar livre.

Certamente que a delimitação da temporalidade atendera a outra demanda da pesquisa qualitativa, esta sendo a elaboração do recorte temporal, que “refere-se ao momento do tempo que situa o tema espacialmente recortado”: (CORRÊA, 2003, p. 11/12) o tema da manifestação espacial do lazer na av. Dom Joaquim; e o momento do tempo nas tardes de domingo, das 15h às 19h.

Para proceder com a pesquisa empírica, foi destacada uma fração da área de estudos como a espacialidade de “um contexto no qual é produzido um conjunto de fenômenos que pode conter vários casos de interesse para o pesquisador, os quais devem igualmente ser objeto de uma seleção”. (MAYER, 2012, p. 267) E assim, a av. Dom Joaquim não foi tomada na extensão total, cerca de 2 km, mas a busca dos dados de interesse perquiriu em torno de 0.6 km, entre as ruas Dr. Armando Sica, a oeste e Padre Anchieta, a leste.

E a etapa específica das entrevistas aconteceu entre o final de julho e o início de outubro de 2015. Foram interpelados dois frequentadores assíduos em cada um dos territórios identificados, de modo que a amostra final do estudo redundou em 06 entrevistas. É oportuno dizer que as conversas abertas, ou seja, sem a aplicação do roteiro de entrevista, que foram realizadas com outros 05 frequentadores durante a etapa das observações, foi um importante suporte para as entrevistas, pois pautou a formulação do futuro roteiro de entrevista e auxiliou na definição da amostra. O teor das entrevistas e a análise das respostas estão transcritos no capítulo seis.

Figura 1. Localização do município de Pelotas.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. (2008)

Pelotas localiza-se no sul do Brasil, sendo um dos atuais 496 municípios que compõem o estado do Rio Grande do Sul. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Pelotas tem uma população de 328.275 mil habitantes, dos quais 92% vivem na zona urbana, cujo sítio fica situado no chamado distrito-sede¹, com área total de aproximadamente 35 km². Pelotas tem coordenadas geográficas localizadas nas seguintes medições: 31°46'19" latitude Sul e 52°20'33" longitude Oeste. A área total do município é de 1608,8km².

¹ Incluído o distrito-sede, no qual está situado o perímetro urbano, atualmente o município de Pelotas apresenta nove distritos.

3 O LAZER E A CIDADE

A cidade é o saldo cotidiano da fragmentação e articulação dos múltiplos usos inscritos sobre o espaço urbano. Estes usos representam a rotina social orquestrada pelas múltiplas ambições e necessidades particulares das pessoas; sendo assim, a fabricação e venda de mercadorias, a prestação de serviços diversos, uma projeção simbólica materialmente vinculada ou mesmo um espaço de lazer, “são, portanto, o movimento da própria sociedade, da estrutura social, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais”. (SANTOS, 1985)

Desse modo, a cidade é um produto social cristalizado pelo acúmulo de ações engendradas por atores que a produzem no passar do tempo. Entretanto, o espaço urbano é condicionante de novas relações sociais que se reproduzem transformando o espaço anterior, pois as forças atuantes são concretas e não um processo invisível acontecendo em um domínio territorial abstrato.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto, que a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade socioespacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. (CORRÊA, 2003b, p. 12)

Segundo o autor, além de ser fragmentada, articulada, reflexo e condicionante da sociedade, a cidade também respalda a reprodução cotidiana de diversos grupos, classes e frações de classe, e ainda que as atuais questões urbanas pouco tenham a ver com as clássicas lutas operárias, é certo que a cidade é um campo de tensões sociais refundadas no constante imiscuir das novas necessidades de consumo e de lazer. Cabe destacar, assim, com De Masi (2000, p. 212), que “as necessidades não são mais claras e fortes como eram nas sociedades rural e industrial, mas passaram a ser constituídas por um mosaico de pequenas necessidades”, isso parece tornar a racionalidade hegemônica um elemento molecular que redefine os embates sociais, ao tempo que dissimula a existência dos mesmos.

Haveria, assim, uma confluência permanente entre necessidades econômicas e existenciais, o que faz o habitante da cidade se sentir dividido entre as obrigações impostas pelo trabalho e o desejo de libertar-se das tarefas laborais para usufruir um tempo livre. Contudo, os valores da modernidade, que estruturam a atual sociedade urbana, parecem negar um tempo desobrigado das atividades profissionais.

E ao redor disso, Carlos (2011, p. 12) é categórica ao afirmar que “as cidades de hoje pertencem ao capital”, enfatizando esta realidade por meio de uma analogia bastante interessante com as catedrais que, apesar de construídas pelo homem, são de propriedade divina. Pois a cidade, igualmente uma criação humana, é um espaço dominado pelo capital sobre o qual se impõe como dogma “a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital”, devendo o ser humano professar sua fé nas novas escrituras “do consumo e do lazer”.

A própria morfologia urbana resulta da manifestação espacial do processo de acumulação do capital; esse fato determina a fragmentação territorial, uma vez que “a cidade representa a condição geral da produção que aparece como fenômeno concentrado e fundamentado na complexa divisão espacial do trabalho”. (CARLOS, 2011, p. 73). Não é custoso interpretar a cidade como um espaço de fomento para o metabolismo que desconsidera as autênticas necessidades humanas e sociais; não há uma política espacial voltada ao lazer, por exemplo, e o espaço público tende a funcionar como alegoria dos partidos em situação de poder.

Pode-se resumir que a cidade seja marcadamente funcional, o retrato e um condicionante da sociedade, um conjunto de símbolos e um permanente campo de lutas. Sendo, portanto, a própria sociedade materializada nas formas espaciais. Nos escritos de Carlos (2011, p. 25/26), “hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista”. A cidade é a expressão geográfica do processo de acumulação; e em virtude de mobilizar o espaço para gerar e extrair a mais-valia, “é o locus da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo”.

Nesse contexto, a cidade atual traduz um espaço onde prevalece o cotidiano capitalista impondo uma lógica conspícua que parece regular as atividades diárias das pessoas, as quais acolhem uma míope propensão de saturar as próprias rotinas de novos compromissos sociais.

Assim, a cidade firma um mecanismo social dinâmico sendo impulsionado por determinações econômicas como agentes da configuração física urbana; de maneira que é um espaço de movimentos e contatos, de trabalho e lazer, de transporte e consumo e de outras trocas que se articulam entre diferentes classes sociais. Sendo que elementos intrínsecos à dinâmica do mercado podem insurgir no espaço público por meio de desdobramentos sutis e subjetivos.

O tempo e o espaço da cidade estão imbricados por este processo em que o sistema totalizante do capital coloniza as horas de lazer, seja preenchendo o tempo livre com o consumo de mercadorias ou de entretenimentos. E por isso, as pessoas tendem a viver momentos que proporcionam algum reconhecimento público pautado pelo poder do dinheiro, e estes momentos podem estar relacionados a determinados espaços de uso da cidade em que a materialidade faz aflorar uma estética orientada por um estilo de vida economicamente superior.

Na cidade, o tempo livre pode ser discutido como um agente de socialização, o que revela uma órbita coletiva do lazer. Todavia, este tempo pode ser considerado como expressão mais ou menos espacializada de um sistema de metabolismo social que subordina irreversivelmente as pessoas à lógica do capital, e isso parece pintar com novas cores a luta de classes historicamente atrelada ao capitalismo, indicando como perspectiva que “a guerra feroz do conflito de classe possa ser substituída por uma gelatina de microconflitos”. (DE MASI, 2000, p. 273)

Mas esta maneira mais rarefeita que tende a transfigurar antigas contradições sociais seria apenas um rebatimento no curso do próprio desenvolvimento científico da sociedade nos auspícios do capitalismo, e notadamente a partir do século XVIII quando, nos termos de Santos (2008, p. 177), “o casamento da técnica e da ciência começa a ser preparado”; então, essa possível “gelatina de realidades discrepantes” não é uma possibilidade emancipadora da atual sociedade em relação ao capital.

Perspectivas sociais e econômicas se misturam num espaço onde a lógica do capital preside as relações humanas. Assim é a cidade, um processo e um fim em si mesmo, condição determinada e determinação constante sobre as condições que se instalam e ordenam os espaços e os tempos sociais; trata-se de um arranjo espacial descontínuo e caótico onde os indivíduos, ao menos em termos territoriais, parecem obter poucos momentos propícios para firmar relações sociais livres e ajustadas no reconhecimento mútuo.

3.1 CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

A cidade pode assim ser pensada como um espaço para o exercício intenso da difícil arte de viver com os outros, contra ou a favor de diferenças, na pluralidade individual passada em revista através do procedimento discursivo instaurado sobre a rua como um tempo de permuta social. Isto vem a indicar a importância dos espaços públicos para materializar as possibilidades do encontro social e originar uma prática coletiva a partir de manifestações particulares.

Na trilha de Serpa (2011, p. 09), “discutir o papel do espaço público na cidade contemporânea constitui-se, antes de tudo, em um desafio, não só para a geografia, mas também para todas as ciências e filosofias que se pretendam políticas e ativas”. Para o autor, o espaço público exerce potencial para instituir uma arena para a ação política, uma materialidade passível de consumo ou, ainda, uma dimensão subjetiva da prática social urbana. Independente da perspectiva abordada, o espaço público é um objeto eminentemente geográfico; e para que possa ser manifestado na cidade, o ato do lazer o demanda em número e qualidade.

Por isso a análise precisa considerar a concretude dos espaços públicos, mas sem escamotear as práticas sociais inscritas sobre os mesmos. Tais práticas podem ser portadoras de contradições que inculcam a demarcação de territórios urbanos ao contraporem uma dimensão simbólica à materialidade do espaço; e dessa maneira, o movimento em público parece conotar certas estéticas que não se encerram em si, mas que “exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção”. (BOURDIEU, 2003, p. 17)

Nesses termos, é admissível supor um movimento no qual o espaço público é um onipresente indicativo de capital; deste modo, a expressão material conforma um espaço de possibilidades infundadas ao redor de muitos grupos sociais, conquanto a tirania do fato afronte o cotidiano eclipsando os conteúdos de classe.

Esta perspectiva está fundamentada em Harvey (2006, p. 210), uma vez que “as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, porque sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social”. Desse modo, é provável que as atividades lúdicas possam retroalimentar a sujeição coletiva ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção capitalista.

Contudo, antes de assentar o debate acerca desta observação, urge discutir a ideia de espaço público, até porque será preciso compreender se o tempo dedicado para as atividades de lazer escapa às amarras do capital ou as reforça pela aparição pública das pessoas num espaço teoricamente acessível a todos. Nessa conjuntura, faz-se necessário compreender a dimensão pública do espaço; e para isso, primeiro recua-se ao período pré-moderno no intuito de reconhecer esta dimensão como um espaço-tempo de intercâmbio da razão.

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (ARENDR, 2010, p. 71)

E sobre este tempo que antecede ao advento da modernidade, pode-se dizer que o espaço público constituía a dimensão por excelência do encontro com o outro; enquanto a vida particular alienava a convivência partilhada, a pública dava imediata vazão à pluralidade da condição humana.

Para a autora, a plenitude da existência humana só era concretizada quando o homem era visto e ouvido pelos outros na objetividade de um espaço voltado para a realização da cena pública. Esta expressão interpessoal garantia uma controvérsia democrática mediada pelas opiniões individuais; e como palco de clamores políticos, a rua podia mesmo legar permanências a gerações vindouras.

Antes da era moderna, contudo, a propriedade privada outorgava um atestado de humanidade aos homens, uma vez que “ser político significava atingir a mais alta possibilidade de existência humana, não possuir um lugar privado próprio (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano”. (ARENDR, 2010, p. 78)

Um pouco adiante, Arendt (2010, p. 79), afirma que “a vida pública somente era possível depois de atendidas as mais prementes necessidades da vida”. Dessa maneira, a investidura do espaço familiar, a posse do espaço privado para assegurar a própria sobrevivência, condicionava o tempo livre para o homem dedicar-se à ação política. Em suma, o espaço público era dividido na companhia de outros, legitimado na comunicação direta entre as pessoas; entre um convívio público e a vida privada havia rígidos limites que hoje parecem estar mais confusos, como ao nível das redes sociais eletrônicas, por exemplo.

Na bagagem da história, chegam os tempos modernos trazendo a submissão do espaço público pelo privado; e objetivamente confundem-se esses dois domínios, uma vez que, conforme Arendt (2010, p. 40), eles “constantemente recobrem um ao outro, como ondas de perene fluir do processo da vida”. E indo além das conotações biológicas, o perene fluir indica um processo que desemboca na cristalização pública das diferenças sociais trazidas à rua.

Para Arendt, foi o aparecimento da sociedade na era moderna que confundiu os limites entre o privado e o público, “alterando o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis”. (2010, p. 46) Pode-se dizer que a fábrica é germe da submersão do privado e do público no domínio do social que resta, portanto, sob o comando de um novo sistema de produção que altera os significados da dimensão pública impondo a individualidade como uma espécie de pré-ocupação coletiva.

E assim, a vida social vai sendo pautada pelas inquietações particulares; isso em virtude de que as pessoas tendem a pensar “em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente deveriam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal”. (SENNETT, 1988, p. 18) Na verdade, hoje os códigos sociais surgem dominados por objetos de consumo que cada um é impelido a ostentar em público; restando as inquietações particulares maculadas pela posse de bens materiais como marca de significação social.

E o comportamento de quem busca o lazer na cidade deve ser compreendido à luz do círculo mais geral de produção e consumo, e ainda que pensado em sentido abstrato, o capital controla as ações humanas exercidas sobre o espaço público. Isto revela preocupações com as necessidades econômicas mais simbólicas; portanto, a intersubjetividade do contato entre diferentes segmentos sociais parece reduzida à expectativa da aparição em público como forma de negociar determinados estilos de vida durante o tempo do encontro.

Evidente que esta conjuntura contamina a manifestação do lazer. Os espaços públicos da cidade passam a representar uma ordem de aspirações privadas que de certa maneira prejudica uma livre integração social em público, pois as diferenças de classe são percebidas por meio de códigos objetivo-subjetivos que são reconhecidos socialmente como traços definidores dos diferentes grupos de atores reunidos, e isto indica uma esfera social regulada pela lógica do capital.

Concretizado durante o século XIX, o capitalismo industrial foi decisivo para o surgimento da esfera social. Essa realidade se afirma, segundo Serpa (2011), “com a expansão das relações econômicas de mercado”; em decorrência disso, o valor de troca passa a mobilizar a sociedade em prol do lucro, e os espaços públicos passam a ser vistos pela ótica do mercado como grandes oportunidades de negócio para o ramo imobiliário.

Com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo, dissolve-se de fato a relação original entre público e privado, através da decomposição generalizada das características essenciais da esfera pública burguesa. Para Habermas, duas tendências, dialeticamente inter-relacionadas, marcam a decadência da esfera pública: ela penetra setores cada vez mais extensos da sociedade e, ao mesmo tempo, vai perdendo sua função política, no sentido de submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico. A partir do momento em que as leis do mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, “reunidos” artificialmente em um “espaço público”, a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo. (SERPA, 2011, p. 17)

A partir do momento em que as leis da produção e do consumo penetram os setores mais amplos da sociedade, pode-se dizer que desaparece a capacidade de assimilação e de uso público da razão devido às exigências de satisfação das novas necessidades criadas pelo mercado. E o exercício político parece diminuído frente à demonstração pública da indiferença, pois para Arendt (2010), “a sociedade passou a excluir a possibilidade da ação esperando de cada um de seus membros um modo típico de comportamento, impondo regras para normalizar o convívio social, abolindo a ação espontânea e a reação inusitada”.

Conforme Sennet (1998), “a erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destruiu o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo”, assim, a atual sociedade, marcadamente individualizada, tende a negar o diferente e desconsiderar um convívio plenamente coletivo. E para conservar certa “soberania”, diante de uma situação de proximidade física, Serpa (2013, p. 65) apregoa o quanto as pessoas “fazem questão de manter alguma distância psicológica, mesmo no caso das relações mais íntimas”.

Uma distância psicológica permeia os espaços de uso coletivo da cidade, seja na praça, na rua, no *shopping*, na praia, ou em outro tipo de espaço onde não haja um explícito interdito à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa, a despeito de diferenças ou discórdias entre classes sociais.

Segundo Gomes (2006):

O espaço público é assim a *mise-en-scène* da vida pública, desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e esses por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo como o núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público. (GOMES, 2006, p. 164)

No contexto atual, a definição de Gomes pode indicar um modo de normatizar o tempo livre das pessoas, pois os espaços públicos são, ao menos potencialmente, os pedaços da cidade abertos ao encontro de diversos grupos sociais que vivificam uma cena comum permeada dos afastamentos imbricados no embate de conteúdos simbólico-culturais particulares, mas propensos a estabelecer barreiras interpessoais quando expressos em público. E por isso, a apropriação social acaba promovendo certo domínio privado sobre o espaço público; em uma condição de estranhamentos entre as pessoas mutuamente expostas na visibilidade de circunstâncias individuais apresentadas em público durante a manifestação solidária das atividades lúdicas na cidade. Essa conjuntura remonta ao ocaso do século XIX, e às mudanças da esfera pública até então vigente.

A redução da esfera privada aos círculos internos de uma família *strictu sensu*, em grande parte despida de funções e enfraquecida em sua autoridade – a felicidade no recanto do lar – só na aparência é que há uma perfeição da intimidade, pois à medida que as pessoas privadas abandonam os seus papéis obrigatórios de proprietários e se recolhem ao espaço livre de obrigações do tempo de lazer, acabam caindo imediatamente sob influência de instâncias semi-públicas, sem a proteção de um espaço familiar intrínseco institucionalmente garantido. O comportamento durante o tempo de lazer é a chave para a “privacidade sob holofotes” das novas esferas, para a desinteriorização da interioridade declarada. O que hoje se delimita como setor do tempo de lazer ante uma esfera autonomizada da profissão assume tendencialmente o espaço daquela esfera pública literária que, outrora, era a referência da subjetividade formada na esfera íntima da família burguesa. (HABERMAS, 2003, p.189)

Segundo Habermas, na medida em que a esfera profissional se autonomiza, o núcleo familiar se recolhe a si mesmo; ocorre, pois, uma mudança estrutural da família provocada pela sua progressiva separação do contexto funcional do trabalho social de modo geral. Contudo, os pilares da mudança na esfera pública não serão discutidos; apenas a circunstância histórica destaca o momento no qual os holofotes da exposição pública começam a guiar a subjetividade humana no tempo de lazer.

A correlação entre a esfera pública e a esfera privada se vê perturbada. Para Habermas (2003), essa questão surge não porque o habitante da cidade possua um senso de entrega pessoal à torrente diária da sociedade urbana ao ponto de negar o cultivo de uma esfera privada, “e sim porque não lhe foi mais possível ter uma visão global da vida cada vez mais complicada de toda a cidade de tal modo que ela lhe seja pública”. (p.188)

Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ele se recolhe à sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma superfície mal-ordenada de um trânsito tirânico. (*idem*)

Diante do exposto, a individualidade atinge o âmago da vida pública e os fatos que antes eram trazidos à apreciação de um público crítico, perdem sentido em uma superfície mal-ordenada onde as pessoas estão subordinadas de modo imediato aos ciclos da produção e do consumo.

Essa nova condição transmuta o próprio espaço público como uma dimensão concreta de encontro e comunicação entre as pessoas, reforçando as características ligadas a um campo de conflitos e problematização da vida social num terreno onde seria possível figurar uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial de uma população. E assim, a presença em público pressupõe uma multiplicidade de comportamentos temporalmente regrados que estabelecem a “desinteriorização” das interioridades das pessoas reunidas em público.

De fato a cena pública é uma espécie de discurso que se constrói por meio de certos gestos, pela maneira de se apresentar (em grupo, sozinho, com a família, etc.), pelas atividades desenvolvidas; pelas imagens criadas e lidas a partir de determinados elementos, como roupas ou acessórios; e também pelos comportamentos individuais, a maneira de falar e se conduzir em face da diversidade de circunstâncias oferecidas nesse espaço. (GOMES, 2006, p. 164/165)

A dinâmica social explorada nesta pesquisa tem como campo de ocorrência o espaço público enquanto base física concreta. Diante disso, o lazer é exercido sobre um espaço de dimensões tangíveis que são reconhecidas por todos os participantes durante o tempo que perdura o encontro, contudo os atores que investem sobre este mesmo espaço-tempo não chegam a interagir plenamente entre si.

Pois se o espaço público é o lugar de realização da vida urbana como uma possibilidade do encontro, é também o lugar da copresença como negação do outro; e ainda outra contradição tem a ver com o fato de que se o espaço público é o lugar do encontro, por excelência, ele se encontra invadido pelo mundo da mercadoria, imerso nos processos de valorização do espaço, que os tornam ótimas oportunidades de lucro para o setor imobiliário. (CARLOS, 2011b, p. 134)

Sendo espaço concreto para a realização da vida na cidade, o espaço público indubitavelmente pode fomentar práticas coletivas; entretanto, a grande contradição hoje, ao afrontar os temas que envolvem o espaço público, talvez seja o fato de que este terreno do encontro em comum não une os diferentes grupos sociais, podendo até negar a plena integração, não obstante ao espaço-tempo socializado pela prática do lazer, a qual demanda por um tempo disponível e na materialidade de um espaço público ou privado. De certo modo, é válido concordar que a sociedade impõe regras que orientam o convívio social; e no contexto atual, as ações conjuntas se tornaram eventos esporádicos comandados pela solidariedade minada de temas midiáticos ou emergenciais.

Em ampla medida, a possibilidade da ação conjunta parece diminuída; e não obstante ao fato de a sociedade instituir momentos para o encontro em público, hoje um limite cada vez mais dúbio entre o comportamento público e as atitudes privadas parece contrapor-se ao desenvolvimento de uma prática verdadeiramente coletiva. E assim, pode ser escamoteada a reação inusitada e sempre à espreita nos momentos de ajuntamento social, o que entroniza as individualidades e estigmatiza a presença do outro.

E retomando-se as ideias de Gomes (2006), a análise do espaço público deve considerar tanto a configuração física como o tipo de prática e dinâmicas sociais que se materializam nesse espaço representando “um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais, e justamente nesse viés que o espaço público pode vir a ser uma categoria de análise geográfica”. (p. 172)

Dessa maneira, o espaço público é um arranjo físico que concorre ativamente para a realização das atividades de lazer, sendo a condição espacial um elemento fundamental da ação, porém não se quer entronizar um determinismo sem interesse, e sim abordar a propriedade física do espaço enquanto o “terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido.” (*idem*)

Desde logo, no entanto, acredita-se que seja necessário conferir atenção aos conceitos atribuídos aos espaços públicos formalmente constituídos, pois tal postura parece ir ao encontro de uma compreensão mais abrangente sobre a manifestação espacial do lazer na cidade. E deste modo, procura-se enquadrar teoricamente a rua e a praça, considerando que tais noções são as que mais têm a ver com os objetivos estabelecidos nesta pesquisa.

Conforme Lamas (s/d, p. 98), a rua é considerada de fato como estruturadora do traçado urbano e corresponde a um dos elementos mais claramente identificáveis “tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projetar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões e interliga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador”.

E sobre a rua, Lamas também destaca um poder de permanência do traçado, “que ao não ser totalmente modificável, permite que a rua resista às transformações urbanas”. Para o autor, “o traçado estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território”; e sendo assim, tanto a rua quanto o próprio traçado apresentam relações “diretas com a formação e o crescimento da cidade de maneira hierarquizada, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e ideias”. (LAMAS, s/d, p. 100) O autor ainda identifica no traçado uma “importância que é vital na orientação, sendo definidor do plano e intervindo na organização da forma urbana a diferentes dimensões”. (*idem*)

E a praça, na concepção de Lamas (s/d, p.100), é um elemento morfológico e característico das cidades que se distingue de outros espaços que seriam resultado “acidental de alargamentos ou confluências de traçados pela organização espacial e intencionalidade de desenho. [...] A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa”.

Deste modo, o autor define a rua como espaço de circulação e a praça como “espaço intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, das práticas sociais, das manifestações da vida urbana, de prestígio e, conseqüentemente, de funções estruturantes e de arquiteturas significativas” (LAMAS, s/d, p. 102). Lamas ainda escreve que tanto a praça quanto a rua estabelecem na cidade uma estreita “relação entre os vazios (espaços de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas determinam os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano”.

Então, ao caracterizar a praça pela intencionalidade e como resultado de um projeto, Lamas a diferencia de espaços como o largo e o pátio, que denomina por espaços acidentais, sendo vazios ou alargamentos da estrutura urbana que com o tempo foram apropriados e usados, contudo nunca adquirem significação igual a da praça porque não nasceram como tal. “O largo do mercado, o adro fronteiro à igreja, ou outros pequenos espaços vazios da cidade medieval não são ainda verdadeiras praças”. (LAMAS, s/d, p. 102)

As praças teriam sua inserção definitiva na estrutura urbana destas cidades a partir do Renascimento, passando a “fazer parte obrigatória do desenho urbano nos séculos XVIII e XIX”. (LAMAS, s/d, p. 103) Tais distinções seculares, também podem ser aplicadas a determinados espaços do Brasil, como demonstrado pela pesquisa de Carneiro e Mesquita (2000) na qual as autoras, ao analisar os espaços livres do Recife, no estado de Pernambuco, onde são comuns espaços como largos e adros, firmam as seguintes definições:

Praças são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos;

Pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias;

Largos são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público. Podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias. (CARNEIRO & MESQUITA, 2000, p. 29)

Assim, para Carneiro e Mesquita (2000, p. 27) “pátios e largos são espaços que foram consolidados em um contexto de necessidades apresentadas durante um processo original de ocupação da cidade”. E se estes locais não eram originalmente pensados como espaços para ajuntamentos sociais, é certo que foram com o passar do tempo se tornando atrativos para atividades lúdicas ou mesmo comerciais. E isso reafirma o quanto o enredo dos acontecimentos sociais pode gerar apropriações não previstas pelo plano inicial referente a determinados espaços, mas que nem por isso deixam de produzir o espaço urbano atual.

3.2 SOBRE O LAZER

E a produção do espaço urbano a partir da prática do lazer é a que importa no computo geral deste estudo. E além de depender de um espaço físico, o lazer é uma manifestação irrealizável sem a disposição de um tempo livre por parte das pessoas; nesses termos, tal qual um espaço possível, uma referência temporal é uma questão fundamental para abordar essa prática como uma efêmera prisão do tempo livre nos limites espaciais de uma atividade não obrigatória.

O sociólogo francês Dumazedier apresenta uma conceituação muito difundida entre a maioria dos estudiosos do lazer no Brasil, e não obstante aos objetivos desta pesquisa, e uma conseqüente e necessária relativização das ideias deste autor, elas parecem oportunas para abrir as considerações teóricas acerca do lazer e do tempo livre no espaço da cidade.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1980, p. 19)

Pelo exposto, o lazer representaria uma ocupação escolhida e praticada pelo indivíduo durante um tempo que lhe haja disponível e na intenção de obter descanso físico ou mental, divertimento, entretenimento, desenvolvimento de alguma aptidão e da própria sociabilidade. O lazer equivale àquelas atividades “desinteressadas”, que não requerem fins lucrativos, utilitários ou ideológicos, pois para Dumazedier quando uma prática está relacionada a algum destes fins ela não deve ser chamada de lazer e sim de “semilazer”, o qual é definido como “uma atividade de lazer que se mescla com as finalidades de uma obrigação institucional”. (Dumazedier, 1980, p. 22)

Entende-se que a conceituação em tela acentua a tradicional dicotomia entre o lazer e o trabalho, uma vez que parece situar as atividades praticadas no chamado tempo livre em apenas dois campos, o do lazer e o das atividades que se opõem ao lazer; e nesse contexto, é válido destacar as expressões “livrar-se” e “desembaraçar-se”, as quais parecem conferir um caráter negativo ao trabalho, ao passo que o lazer corresponderia sempre a uma ocupação prazerosa e dependente da sobra de tempo após a jornada profissional.

Referenciado pelas ideias de Dumazedier, Camargo (1986) distingue certos aspectos como característicos do lazer, tais como: a identificação a um momento de prazer, a certeza de que significa uma atividade realizada e uma função liberatória das obrigações do cotidiano. Então, para este autor, as atividades de lazer serviriam para compensar as agruras do trabalho e da rotina, posto que,

o lazer busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Assim, é ir ao cinema para descarregar as tensões do trabalho ou quebrar a rotina sedentária com uma corrida em um parque. Esta é a propriedade mais óbvia do lazer, que é compensatório na sua forma mais crua, de liberação da fadiga e de reposição das energias para o trabalho no dia seguinte. As atividades de lazer são, pois, desinteressadas, liberatórias, escolha pessoal, na busca de algum prazer. (CAMARGO, 1986, p. 34)

Dessa maneira, o lazer é uma ocupação não obrigatória, uma livre escolha do indivíduo que o utiliza como meio de recuperar as forças físicas e psíquicas ou como forma de interação social. A busca de algum prazer parece indiscutível em uma ação empreendida a partir de uma opção pessoal; entretanto, a oposição entre trabalho e lazer persiste pela suposição de que algo perdido durante a prática do primeiro deva ser recuperado através do segundo.

Mas é interessante reter a ideia do lazer como uma ocupação, cujo tempo não se abrevia a momentos de nada fazer nem a períodos de preguiça, porque o lazer é uma atividade, é uma livre entrega a uma ação que mobiliza energia psicossomática para ser realizada. Segundo Elias e Dunning (1992), a palavra *lazer* deriva do grego *schole*, antecedente direta do que hoje se denomina como *escola*. Para os gregos, o lazer era composto das atividades com as quais eles ocupavam o “tempo livre”, por exemplo, “conversas em debates e discussões ou em conferências de grupo”, sendo esse “tempo de lazer” privilégio da chamada “classe de lazer, a qual era considerada a classe social mais alta da sociedade grega”. (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 121)

No Dicionário do Pensamento Social do Século XX, as palavras ócio e lazer aparecem como sinônimas ao definirem uma atividade que remonta ao pensamento grego, sendo a noção de ócio articulada à de trabalho.

Para Aristóteles, o ócio era um assunto deveras sério: “realizamos negócios a fim de poder desfrutar do ócio”, escreveu ele. Nesse sentido, o ócio é um estado ideal a que o cidadão pode aspirar, no qual viver uma vida de ócio pressupõe reduzir ao mínimo as necessidades e assegurar o máximo possível de tempo livre. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 533)

Desse modo, mesmo no pensamento grego a noção de ócio estava articulada à de trabalho, pois ao referir que o ócio estava condicionado ao negócio, Aristóteles propõe que para usufruir desse “estado ideal” o cidadão deveria antes empreender o negócio; e ao dizer que as necessidades deveriam ser reduzidas ao mínimo, parece que o trabalho para atendê-las restaria também reduzido e, portanto, um máximo de tempo livre poderia ser alcançado pelo cidadão.

Contudo, a partir da moderna sociedade industrial, o ócio e o trabalho surgem como noções conflitantes sob uma perspectiva geral do ócio como um problema em potencial, ao menos para os adeptos da nova ordem industrial:

se os novos trabalhadores industriais exibissem inicialmente os costumes recreativos e ociosos da cultura pré-industrial, as formas desejadas da nova disciplina de trabalho poderiam muito bem estar ameaçadas. Foi esse o motivo pelo que a supressão e a marginalização das forças recreativas tradicionais foram um dos requisitos preliminares da nova ordem industrial.
(*idem*)

E assim, o ócio foi marginalizado pela doutrina da fábrica, mas apenas para o universo dos operários, pois a ociosidade no início do período industrial moderno era uma esfera de luta social, cultural e política que, sem dúvida, não era uma condição possível à massa dos trabalhadores, mas os verdadeiramente “ociosos” eram os que não tinham que trabalhar: “a elite privilegiada a quem uma vida de ócio era um sério projeto de vida e a faculdade de exercer atividades quando fosse mais conveniente era sinal de status”. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 533)

E a partir do momento que o trabalho passa a ser definido como tempo pago, tarefa medida e contratada mediante salário, as atividades do tempo ocioso passam a ser consideradas como aquelas a que as pessoas poderiam dedicar-se depois de cumpridas as obrigações do trabalho. Essa conjuntura atualiza-se com o pleno vigor do capitalismo subordinando a ordem social também nas práticas do lazer.

São válidas as palavras de Elias e Dunning (1992, p. 166), a partir das quais o lazer representa “uma forma de ocupação escolhida livremente e não remunerada, sendo escolhida, acima de tudo, porque é agradável para si mesmo”, para esses autores, no contexto das sociedades industriais, por meio das atividades de lazer, as pessoas “podem procurar, ainda que com moderação, mas com absoluta aprovação pública, a excitação emocional e onde podem mesmo mostrá-la, até um certo limite, e de uma forma socialmente regulamentada”.

As definições apresentadas concorrem para uma compreensão do tempo livre e do lazer como elementos residuais do trabalho. Nestas conceituações, o trabalho é o suposto obrigatório e o lazer corresponde à ocupação de uma parte do tempo que já esteja liberado das atividades laborais, seja durante as férias, num fim de semana, ou na aposentadoria; em qualquer destas formas, o lazer será sempre uma atividade para recuperar o corpo e libertar a alma dos desgastes infligidos pelo trabalho, pela família e pela sociedade.

No geral, estas concepções parecem não reconhecer as contradições sociais, apresentando o lazer e o tempo livre como possibilidades incondicionais a qualquer pessoa; mas a sociedade não é uma massa homogênea nem equilibrada a ponto de o lazer constituir uma possibilidade a todos assegurada. De outra parte, a atualidade revela o lazer como instrumento do capital, pois algumas empresas criam programas de lazer atrelados à corporação, seja antes do início da jornada de trabalho, durante os intervalos ou até mesmo depois do expediente, isso para liberar a criatividade dos funcionários e produzir inovações para o mercado de consumo.

A pedagogia da idade industrial ensinava a separar as duas coisas: trabalho era trabalho e diversão era diversão. Hoje, ao contrário, lazer e trabalho se misturam e se potencializam reciprocamente. De qualquer maneira, o tempo livre, propício ao lazer, predomina. E junto com a estética e a biotecnologia, ele será o sinal distintivo do século XXI. (DE MASI, 2000, p. 304)

Para De Masi, a prática do lazer não pode ser interpretada apenas como uma forma de compensar as restrições e os descontentamentos do trabalho equivalendo a uma atividade agregada ou deste dependente, devido a uma crescente tendência que mistura e potencializa o trabalho e o lazer de modo recíproco. O autor apregoa o predomínio de um tempo livre e propício ao lazer, mas isso é parcialmente coerente na sociedade contemporânea, pois enquanto para certas estirpes de trabalhadores o trabalho se confunde com o tempo livre, para muitos ele ainda é um dever por vezes penoso. Não obstante, o lazer constitui uma necessidade humana no contexto atual da sociedade, e a aposta no “ócio criativo”,² como atividade intelectual liberada das regras atávicas do trabalho, prepondera em alguns estágios hodiernos da produção; contudo, a contradição social fica negligenciada pelo autor, como se ao capital fosse interessar a criatividade de todo e qualquer trabalhador.

² Segundo De Masi (2000), o ócio criativo consiste na libertação da ideia tradicional do trabalho como obrigação ou dever, por meio do exercício de funções que confundam o trabalho com a diversão, com o jogo e com o estudo.

Quanto à suposição de predomínio do “tempo livre”, é preciso ponderar essas conclusões do autor, uma vez que sob o comando da hegemonia capitalista não há tempo que possa ser considerado algo verdadeiramente livre de coações ou normas de conduta social. Até porque o lazer também acontece nos *shoppings centers* e nos territórios virtuais onde o reino da mercadoria parece sustar a emancipação pessoal, paralisando qualquer impulso crítico no desejo de atender às necessidades impostas pelo capital.

O componente lúdico do lazer não é por si só revolucionário, a empresa que oferece serviços de lazer a seus trabalhadores, por exemplo, termina por aprofundar seu alcance a outras esferas da vida do indivíduo, o qual fica pressionado a aceitar a programação que lhe é oferecida pela empresa para ocupar seu tempo liberado com a participação integral dos “benefícios” porventura alardeados como uma deferência concedida por parte da empresa. Este aspecto do lazer vinculado à empresa suscita uma perspectiva de espoliação do tempo livre de muitos trabalhadores por parte dos interesses institucionalizados do capital, e isto põe em xeque a possibilidade de uma soberania individual pela posse do tempo livre.

A esfera da soberania individual não é fundada sobre simples desejos de consumo nem apenas sobre atividades de divertimento e de recreação. É constituída, mais profundamente, por atividades sem fim econômico, com finalidades em si mesmas; a comunicação, a dádiva, a criação e o prazer estéticos, a produção e a reprodução da vida, a ternura, a realização das capacidades corporais, sensoriais e intelectuais, a criação de valores de uso (objetos ou serviços mútuos) sem valor mercantil e cuja produção mercantil seria impossível por não ter rentabilidade. Em resumo, um conjunto de atividades que, constituindo o próprio estofo da vida, têm, na vida, o direito de ter um espaço não subordinado, mas primordial. (GORZ, 2007, p. 100)

Em sentido amplo, a vida ainda é organizada ao redor do trabalho como valor central, e para Gorz (2004) as mudanças da atual sociedade trazem a contra face de uma readequação gestada pelas estruturas do capital; e o poder econômico-político, na avaliação do autor, tende a se deslocar para novos terrenos por onde dominar os indivíduos não mais apenas como produtores e consumidores, mas conquistá-los no seu tempo livre, nas suas atividades não produtivas e não materiais, com as quais podem produzir a si mesmos. Assim, o capital passa a mover-se no rumo de impedir as pessoas de tomarem posse efetiva do tempo liberado das economias do trabalho, obstando-as de se apropriarem das suas existências individual e coletiva. E não há como recusar que o lazer aflora no âmago desse conflito.

4 UMA ESTÉTICA DO ENCONTRO

É preciso reafirmar, porém, que as metamorfoses do mundo do trabalho não estão no foco desta análise, o que não invalida o fato de que as perspectivas com as quais se quer abordar o tema do lazer e do tempo livre expressam uma permanente alusão aos hodiernos meandros dessa categoria que se transforma com a sociedade capitalista. Também, não se trata de prestar qualquer sentido de operação concluída a uma tendência que estaria se afirmando, pois embora a insurgência das atividades intelectuais e do setor de serviços, a indústria e o trabalho operário ainda têm peso sobre a economia mundial.

De toda forma, e acionada enquanto tendência geral, a perspectiva atual pode despertar alternativas teóricas pertinentes para afrontar a prática do lazer no espaço urbano que incita novas expectativas sociais, mas sem ultrapassar velhas formas de diferenciação no acesso às oportunidades de apropriação da cidade. Isso porque o capital continua opressivo e a sociedade composta por classes divergentes entre si. Desse modo, é admissível que haja contradições implícitas na aproximação espacial de grupos desiguais, restando o espaço público como arena latente de uma luta que se renova.

Defende-se a ideia que a manifestação do lazer estaria menos atrelada a um tempo propriamente livre e mais a um estilo ou necessidade de vida. Por esse viés, o lazer se equipara a uma forma de condicionante social que passa a ser perseguido e exercido como um envolvimento de exposição pública na busca de uma afirmação estética. E o caráter de divertimento implícito no lazer persiste, todavia a visibilidade urdida pelo encontro social parece ser um supremo motivo que impele as pessoas a escolherem determinados espaços da cidade.

De certa maneira, o interesse social pela cena pública da cidade parece estar descomprometido com a mudança. Um indício contemporâneo parece mesmo ser a disposição das pessoas a participar de um repertório comum de experiências sociais que não enunciam uma crítica dos problemas cotidianos, embora a ação se promova de maneira coletiva. Com isso, os espaços públicos da cidade fomentam um sistema de presenças no qual as pessoas guardam alguma distância psicológica entre si e anulam o ativismo social julgando preservar uma conduta de valor que lhes preserva e mantêm uma expectativa diante dos outros.

Ao redor desta questão, Serpa (2013, p. 64) constata que se o espaço público “significa somente acessibilidade física irrestrita, todo mundo junto e sendo visível a todos, então é necessário reconhecer que ele está completamente esvaziado de sua dimensão política”, de certa maneira, isso indica que os conflitos se pulverizam, pois hoje as grandes lutas contra o capital estão transfiguradas por múltiplos movimentos produzidos na miríade dos interesses, como mobilizações pela paz, pela igualdade, pela ecologia, pelo passe livre no transporte coletivo urbano, etc.

Essa conjuntura paradoxalmente pode minar a ação política contribuindo para reforçar os afastamentos sociais sobre o espaço público. E esta possibilidade parece abrir as portas para a contradição pela perspectiva de o lazer representar uma plena necessidade humana que se encontra, como de regra, condicionada pelos ditames do capital. Desta maneira, tende a ocorrer uma apropriação conspícua dos espaços públicos da cidade, entretanto uma efetiva interação social estaria comprometida por dissensos de caráter subjetivo aflorando em diversos aspectos da sociedade urbana; nesses termos, uma atividade lúdica pode corroborar o quanto hoje “desmoronam as lutas coletivas. Reconhece-se a inutilidade dos contratos coletivos. E cada um, seja um pequeno grupo ou indivíduo, realiza a sua própria batalha e firma o seu contrato. Difunde-se uma maior flexibilidade”. (DE MASI, 2000, p. 155)

Surgem, pois, algumas questões que merecem destaque. Em primeiro plano, a realização do tempo livre pode esboçar a procura por espaços públicos nos quais as atividades lúdicas possam ocorrer; em seguida, pode ocorrer que alguns espaços públicos da cidade mobilizem a atenção social por serem esteticamente atraentes e, ainda, os repertórios de classe podem travar uma batalha estética que desmorona a integração mantendo as pessoas enclausuradas na individualidade de uma efêmera exposição pública.

De Masi (2000) considera o nível de beleza estética como elemento central na atual sociedade. Para o autor, a estética supera o utilitarismo e as escolhas passam a ser guiadas por atributos subjetivos; assim, um objeto passa a ser cobiçado devido a uma interlocução simbólica que estabelece com as pessoas, e não mais com base na própria perfeição técnica. Escreve De Masi, “jamais como hoje em dia as massas conferiram tanta importância à estética. Se eu tivesse que dar um outro nome a esta sociedade, a chamaria de criativa, mas também de estética”. (p. 132) Sendo assim, a estética seria tudo aquilo que é belo e portador de algum sentido.

Seguindo tal perspectiva, poderia um espaço público ser portador de motivos de uso ligados a uma possível beleza estética associada a sua materialidade? Se for certo que nada é vivenciado em si em um tempo que parece reduzido às mudanças, se pensarmos que as ocasiões de encontro tendem a abolir as trocas interpessoais e se admitirmos que o dinheiro permeie as relações sociais no nível subentendido da autorrealização humana, então a assertiva merece uma resposta positiva.

Conforme Gorz (2005), os símbolos podem exercer uma função de tomada de poder “sobre o espaço público e a cultura do cotidiano”; de certo modo, a visibilidade espacial poderia desempenhar uma função de tomada de poder sobre o “imaginário social”, e suscitar uma permanente atividade estética que mobilizaria a manifestação do lazer, conferindo na materialidade objetiva de um espaço público as propriedades de “capital imaterial” encravado no tecido urbano. A partir deste entendimento, uma projeção simbólica pode ser elemento da prática social passível de acionar e regular a apropriação por parte dos diferentes grupos de público.

Durante muito tempo, constituía uma necessidade opor essência e aparência. Esse caminho não é mais capaz de portar frutos, já que a ideologia é também essência, aparece como realidade e assim é vivida. Melhor, talvez, é opor e confrontar essência e existência, pois isso nos obriga a refazer o caminho que leva da essência à existência e no qual encontramos as coisas em movimento. (SANTOS, 2008, p. 126)

Conforme Santos, a aparência se constitui em ideologia e pode ser vivida de modo empírico. Dessa maneira, muitas vezes a adesão social a um espaço público se deve não somente às implicações palpáveis anunciadas pela expectativa do uso, e sim porque de alguma maneira determinado espaço público insta uma lógica mais simbólica que concreta. Nesse contexto, o encontro social se tornaria a extensão da imagem conferida pelo espaço; sendo assim, se a estética do espaço é portadora de referências típicas da elite, então as pessoas vivem na prática esta *ideologia* durante o tempo da reunião pública.

Trata-se de uma forma de autoprodução sendo manifestada em sua realidade concreta, pois como propusera Santos (2008), “a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência”; isso firma a possibilidade de a prática do lazer ser um fato espacial de existência estética na realidade do tempo presente.

E sendo assim, um espaço público condensa e decanta a prática do lazer em uma forma estética. Este aspecto gera uma subjetividade que investe poder sobre a ação social imprimindo discursos de verdade no cerne de alguns espaços da cidade; de certo modo, a experiência é compreendida e tacitamente partilhada por todos que se encontrem no ajuntamento público, e ao ser apropriado pelas pessoas, o espaço público pode ser agente de um poder simbólico que inculca ideologias no movimento concreto da atividade social.

No entanto, num estado de campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de “círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma” – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 07/08)

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico não possui um contorno tangível que possa ser identificado de maneira avulsa. Ele é invisível aos olhos, mas é discernível no trâmite das relações humanas, e pode ser ignorado exatamente quando e onde esteja operando avidamente. Outro relevante aspecto identificado pelo autor alude ao fato de o poder simbólico surgir na cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exercem. Estas observações parecem encontrar eco no espaço público como campo social definido pela relação e não pela forma; diante disso, o lazer tido como atitude caracteriza uma relação do sujeito com o espaço em busca de satisfação pessoal, e nesse jogo as pessoas podem expressar conteúdos de cunho simbólico capazes de potencializar certos afastamentos sociais a partir da estrutura lúdica do encontro.

Uma entronização dos aspectos simbólicos pode mesmo representar um novo tipo de fronteira dentro da cidade; e se uma fronteira pressupõe a comunicação, nem sempre o que é comunicado propõe o contato social. E quando diversos segmentos sociais são atraídos pela materialidade física de um espaço público, é possível que a configuração do encontro exprima a lógica da própria estrutura social como a lógica da distinção entre classes; e tudo sobrevém com a cumplicidade tanto daqueles que se submetem como dos que exercem esse modo de poder.

E valendo-se das concepções de Bourdieu (1989), o poder simbólico pode ser considerado uma estrutura estabelecida e integrada pelas relações sociais; e assim, a prática do lazer poderia designar formas de agir ou executar determinadas atitudes em consonância com normas específicas ditadas e reconhecidas na efetivação do encontro. E diante disso, o espaço público se equipara a um sistema simbólico como uma “estrutura estruturada” predispondo a cumplicidade coletiva que reafirma o jugo temporário das imposições estéticas.

De certa maneira, a subjetividade seria um instrumento de atração social para um espaço público que tende a construir determinada realidade. Por outras palavras, a ideologia alcança a substância demandada para ser um dado da existência, sendo uma dimensão “estruturante” do encontro que reproduz as condições simbólicas dos atributos espaciais e sociais conjugados durante o tempo da manifestação do lazer. Nesse contexto, a interlocução entre diferentes grupos de público poderia gerar uma fragmentação comunicativa entre os participantes; e isto parece ser traduzido em um estranhamento interpessoal capaz de territorializar o encontro por meio de distinções legitimadas pela diferença de classe.

Em amplo sentido, Bourdieu (1989) fala que as relações de comunicação são sempre relações de poder reportadas ao capital simbólico acumulado pelos agentes. E sendo o lazer um ato coletivo a partir de manifestações individuais, é plausível que os envolvidos exibam repertórios particulares de cultura acumulada em situações de desigualdade que fundam estilos discrepantes de vida. Nesta condição, os interditos sociais vêm a público como representação espacializada de um poder simbólico que modela as relações humanas pela força do capital.

Sem dúvida a subjetividade é um fenômeno complexo e implica na autonomia de julgamento, contudo uma escolha pessoal nunca é autossuficiente ao ponto de se destacar das determinações sociais, pois o capital simbólico gera individualidades e o indivíduo gera capital simbólico; logo, a manifestação ativa do lúdico pode suscitar uma violência subliminar admitindo certa hierarquia de classe que não deixa de ser um mecanismo de regulação ideológica procedendo da singularidade de cada grupo reunido. Então, o atributo simbólico seria um velado instrumento de um embate entre classes; destarte, os grupos sociais cujo poder está assentado no capital econômico, tendem a impor certo domínio sobre outros setores de público através da visibilidade de conteúdos apresentados em um espaço de uso comum.

É importante destacar que Arendt (2010) discorre sobre a ordem intangível do poder, porém o define como um diverso da violência se uma coerção pela força, ao que foi dado a compreender, seria a prova material de que o poder ou se extinguiu ou foi deliberadamente interdito na gênese de suas possibilidades. Na concepção desta autora, não haveria um tipo de poder capaz de “ser armazenado e mantido e reservado para casos de emergência, como se fosse um instrumento de violência”; e conquanto o poder “só possa existir pela efetivação”, é no movimento da sociedade que deverá ser encontrado.

O poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é quantidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. [...] A revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à violência face a forças materiais superiores. (ARENDR, 2010, p. 212/213)

Cabe destacar que “o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo”. (ARENDR, 1985, p. 24) Isto para firmar o consenso como especiaria do paladar humano, e não um atributo do mundo inorgânico ou de elementos da natureza exterior ao homem; em síntese, acordar em torno de circunstâncias sociais é uma possibilidade apenas exequível pelas pessoas consideradas na prática cotidiana.

Através dos mecanismos imateriais do poder, o espaço público pode se tornar um campo privilegiado para a aparição social de constrangimentos, regras e normas propícias a configurar o encontro por dentro. A apropriação social da cidade parece guiada pela diversidade de tensões calcadas nos imperativos do capital; e por outro lado, o lazer como uma prática que pressupõe a livre reunião das pessoas sobre um mesmo espaço e durante um determinado tempo, poderá determinar um agressivo dissenso de classe sendo esteticamente vivido por todos.

A visibilidade não apenas do espaço, mas das pessoas umas às outras, cria o repertório de normas estéticas que registra uma muda enunciação dos elementos de natureza subjetiva que podem ser materializados no momento do encontro público, e assim, a diferenciação de classe se faz um elemento estruturante do encontro, o que não restringe o espaço público a um mero reflexo da ação, pois ele é parte estrutural e condição necessária às contradições do lazer.

As diferenças de classe revelam um potencial de poder. E não somente pela manifestação de uma prática espacial conjunta, mas principalmente por uma relação entre estilos de vida opostos; a proximidade física das pessoas pode gerar um atrito social delimitado mais pelo tempo da ação que mesmo pela área de ocorrência. Isto indicaria uma forma simbólica de coação que dentro de certos limites se alinha aos requintes da violência, conferindo ao ato do lazer uma estética do desencontro e da negação do outro.

Embora os argumentos de Arendt (2010) não devam ser de todo contrariados, acredita-se que onde nem o poder nem a violência preponderam cada um de forma absoluta, haveria entre os dois uma comunhão dissimulada legitimando o exercício recíproco; argumento este amparado no princípio do *panopticon* de Jeremy Bentham o qual propõe uma tecnologia de poder baseada na violência, pois não é concebível um entendimento mútuo entre o vigia e os vigiados dentro de uma arquitetura onde impera a vigilância total e constante sobre o indivíduo.

Michel Foucault detalha o princípio do *panopticon*:

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre, a qual possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. As celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia. (FOUCAULT, 2014, p. 319)

Foucault entende esse espaço de controle como a condição paradigmática de efetivação do poder disciplinar. Neste caminho, o funcionamento do sistema instaura de modo silencioso uma violência psicológica sobre o indivíduo como instrumento de alcance e manutenção do poder regulatório. Nestes termos, uma prática disciplinar é imprescindível em qualquer regime de controle ou influência social; e estando longe de ser potência em estado puro, o poder aparece através de muitos fatores, como os da violência, numa trama mascarada por circunstâncias específicas. O lazer parece apresentar um potencial para estas minúcias do poder simbólico por manifestar-se como uma livre escolha espaço-temporal das pessoas, mas que pode suscitar certas opressões de classe notadamente forçadas.

A esse respeito, a cidade é generosa em estabelecer situações vinculadas a certas violências consentidas (ou não havidas como tal); o lazer, por exemplo, ainda que seja um meio de compensar as restrições ou desgostos do trabalho, representa bem mais do que isso na atualidade e pode mesmo ser motivo de luta entre grupos desiguais, isso acrescentaria ao lúdico um consenso ilusório. E como circunstância particular, a ditadura da aparência parece tecer o entrelaçamento entre o poder e a violência, pois existem grupos que tendem a ditar determinados padrões de estética, e outros que parecem constrangidos a acompanhá-los como conduta requerida para que sejam socialmente aceitos.

Nesse sentido, parece produtora recorrer às potencialidades paradigmáticas do dispositivo panóptico, o qual fora apresentado por Bentham como “um projeto fechado e perfeito”, justamente pelo entendimento de que seria possível aplicá-lo em diferentes instituições e realidades. A oposição de classe constitui situação pública, mas não exatamente notória, diante disso, considerando a visibilidade como atributo central para a manifestação do lazer, e que a mesma se ativa e se exerce no espaço público, então haveria um sentido de permanente vigília interpessoal permeando os encontros sociais.

O espaço público é um elemento estrutural e estruturante da prática do lazer. As qualidades objetivas da infraestrutura física, como mobiliário lúdico, amenidades naturais, facilidade de acesso, limpeza e organização são fatores indiscutíveis ao se pensar nas razões que possam fazer determinados espaços abertos serem mais ou menos atrativos. Independente da condição financeira individual, as pessoas tendem a optar por espaços que lhes sejam agradáveis, neste particular, e do ponto de vista do urbanismo, não importa onde na cidade estejam os espaços melhores equipados, pois desde que públicos, estão potencialmente abertos ao uso de todos.

Na prática, contudo, a razão estética se torna um dispositivo de segmentação social no bojo de um processo no qual a visibilidade sublima os espaços-tempos de uso. É como se entrementes transitassem mensagens quais *você é quem aparenta ser* ou *você combina com os espaços onde aparece*, e para tal haveria uma cláusula subliminar de um contrato coletivo firmado e mantido sob os auspícios disciplinares da estética. Então, a prática do lazer permite perquirir uma forma de poder que se consubstancia no espaço público através da visibilidade compulsória; isto é, um tipo de coação moral na ordem oculta de uma espacialidade lúdica.

Evidente que a visibilidade gestada pela manifestação do lazer não pode ser resumida a uma torre central onde se supõe que um impávido vigia controle todas as atitudes dos que estão reclusos e expostos ao redor. Mesmo porque sobre o espaço público todas as pessoas podem ver livremente umas às outras, mas o arquétipo da vigília subjaz nestas situações. As pessoas buscam na exposição pública uma forma de negociar a própria subjetividade, paradoxalmente, talvez, a aproximação espacial possa gerar a “contraluz” que interdita a experiência comum.

Este tema parece convocar as ideias de Soja (2008), pois a concepção deste autor em relação ao espaço público assenta-se num projeto de desenvolvimento de uma geografia urbana e social renovadas em seus objetivos, métodos e objetos de estudo. Para Soja, os limites de avaliação dos espaços públicos são exíguos em suas possibilidades pela sua ligação com a modernidade. Talvez por isso, proponha discutir sobre os espaços públicos através de termos como *cityspace*, demonstrando algum desconforto com os entraves da expressão original.

As ocasiões em que o autor citou explicitamente a noção de espaço público se inserem numa análise crítica do urbanismo e da urbanidade contemporâneos. A carga negativa do termo parece notória, por exemplo, quando Soja pondera o teor exclusivista atrelado à aplicação prática de tal noção e também à procura de novos qualitativos para exprimir suas propriedades. Entretanto, se preocupa em assegurar que o conteúdo desta noção não se perca totalmente.

Segundo o autor, conforme a modernidade atrelou uma proposta racionalista à ideia de uma ordem pública, esta perdeu uma parte do seu poder revolucionário inicial, deixando de lado a procura da democracia e da igualdade. A imagem do espaço público como uma dimensão da política, do nacionalismo e do patrimônio nacional o tornaria assim um objeto que simultaneamente atrai e repele os cidadãos, oferecendo de um só tempo o ganho da visibilidade dentro do jogo social e a coação dos participantes a agirem de modo previsível. O autor critica também a limitação de suas formas de renovação decorrentes da associação com a ideia de ordem.

No momento em que se observa que tal imagem de espaço público passa por críticas e por um período de crise quanto à multiplicidade de suas manifestações, Soja sugere a necessidade de renovação em suas bases conceituais. Em primeiro lugar, a manutenção de uma expressão física e ideológica do consenso político não seria a sua única razão de ser e nem mesmo uma obrigação.

Ao contrário, Soja acredita que a mudança do espaço público moderno passa necessariamente pelo reconhecimento e incorporação da sua diversidade, de seus grupos socioterritoriais e de seus conflitos. E também, não propriamente da política institucional deveria partir uma perspectiva geográfica dos espaços públicos, e sim do jogo espacial dos cidadãos. Em geral, a perspectiva de Soja está fortemente ancorada no contexto norte-americano, onde o espaço público é um cenário da ação de grupos e agentes privados que adotariam estratégias agressivas para garantir o controle ou a influência.

Diante disto, muitas atribuições do espaço público estariam passando para o domínio privado, demonstrando a vitalidade do mercado e a preocupação obsessiva com a segurança. Na interpretação de Soja, mais do que uma simples apropriação do espaço público, o que se observa é uma alteração da sua natureza.

De maneira geral, Soja (2008) parece refletir acerca dos modos de utilização do espaço público e a expressão de suas particularidades dentro do contexto urbano atual. Fica evidenciada uma ideia de esvaziamento da esfera pública como momento no qual os sujeitos são portadores da opinião pública, e a chave para a interpretação dos espaços públicos na atualidade passaria pela identificação das diversidades que os caracterizam.

Para o autor, a geografia deve ocupar-se do jogo espacial dos cidadãos; com isso, o que denomina genericamente de conflitos socioterritoriais deverá ser o objeto central a ser analisado nas ações dos diversos grupos sociais que se apropriam dos espaços públicos da cidade. A multiplicidade das manifestações sociais sobre estes espaços parece apontar a ascensão de novas sociabilidades a partir da visibilidade partilhada em um espaço comum; isso parece referendar uma perspectiva analítica que considere os limites simbólicos do espaço público.

Em certo sentido, e considerando o lazer como uma prática espacial coletiva, o espaço público não é apenas um portador de sentidos, mas passa a ser criador de significados e o lazer assume um caráter de atividade diferenciada no contexto das ações rotineiras. Devido a isso, a morfologia do espaço é um relevante elemento na opção de uso e pode repercutir sobre as atitudes humanas numa sociedade pautada por princípios estéticos; por esta razão, a consideração de um público supostamente cativo em certos espaços da cidade pode fundamentar a congregação temporária de vários grupos sociais sobre este mesmo espaço.

Em tal condição, o atributo da visibilidade parece central.

Três elementos seriam fundamentais para a caracterização da visibilidade: a posição dentro de um contexto espacial no qual se inscreve o fenômeno; a morfologia do espaço físico em que se faz a exposição; e a presença de observadores sensíveis aos sentidos nascidos da associação entre o espaço e o evento. Resumindo: a visibilidade depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa, dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque. (GOMES, 2013, p. 90)

Segundo Gomes, a posição do fenômeno dentro de um contexto espacial é determinante para a definição de suas características; bem como a morfologia física do espaço que o contém repercute diretamente sobre as nuances do fenômeno, e os observadores cuja sensibilidade diante do evento espacializado pode ser equiparada à cumplicidade destes para com a manifestação social em movimento. Tais aspectos podem ser relacionados com a manifestação espacial do lazer; e assim, a morfologia do espaço físico é um referente para a estética do encontro e as pessoas envolvidas na atividade de lazer se integram ao contexto espacial registrando as peculiaridades de sentido inerentes ao evento do qual participam.

Para este autor, os momentos da vida social na cidade não se estruturam por esquemas mecanicamente supostos. O que equivale a dizer que existem mudanças e formas de expressão particulares em diferentes contextos espaciais e sociais; isso confere uma virtude temporal às ações. Ainda, segundo Gomes, seria sintomática a fragmentação da vida social na tendência crescente de procurar refúgio em circuitos fechados, como nas redes sociais eletrônicas. O que poderia mesmo ser transposto para o espaço público na medida dos repertórios exclusivos das linguagens verbais, gestuais e estéticas, as quais definem grupos de afinidade; e quanto maior o número desses grupos, maior seria a sensação de que se vive compartimentado.

Pode-se dizer que a arquitetura do encontro, em determinadas circunstâncias morfológicas, se torna objeto de uma observação interpessoal e conspícua, sem que uma finalidade prática seja necessariamente imposta. No espaço público as pessoas estão sujeitas a uma permanente exposição estética; e este cenário aponta para um potencial de poder em duas frentes: por um lado, o espaço público é um atributo de uso diferenciado no contexto material da cidade; e de outro, os grupos sociais que adentram o espaço expõem diferenças e desigualdades articuladas ao processo de manifestação espacial do lazer.

Nas palavras de Gomes (2013, p. 185/186), “a cidade se define por aquilo que se faz mostrar, por tudo que se faz visível, mas também por aquilo que se adivinha, ou se deduz existir sem necessariamente estar presente ou visível”. Dessa maneira, o que é invisível não seria necessariamente inexistente, e o espaço público poderia integrar e compor um movimento subjacente durante a prática do lazer em virtude de uma exposição heterogênea entre pessoas que passam um tempo disponível nestes espaços da cidade.

A cidade é composta por um corpo social regido por certas regras de conduta. Estas regras não são espontâneas, pois ditadas e qualificadas na condição espacial que concretiza as atitudes humanas no cotidiano; e a partir disto, um espaço público pode ser portador de conteúdos simbólicos efetivados na solidariedade do encontro social em público, e isto representa um tipo de poder sendo reconhecido e exercido com a cumplicidade de um jogo orquestrado pelo repertório de diferentes grupos que inscrevem valores na simultaneidade de um espaço de uso.

Em amplo sentido, a cidade reproduz e intercala muralhas reais e simbólicas nas ações do cotidiano; nesse processo, o espaço público pode ser a dimensão por excelência para uma forma de distanciamento social atrelada aos ditames de classe, é como se as diferenças econômicas permeassem a manifestação social em público para tornar improdutivas as relações entre as pessoas pela proximidade plástica que não deixa margem à efetiva troca social. Uma dinâmica de classes parece orientar e sustentar a produção do espaço urbano no nível das atividades sociais; e assim, até mesmo o acontecer das atividades lúdicas na cidade poderá render-se aos interditos simbólicos erigidos pelo capital.

Isto porque a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social, e a crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas isolados uns dos outros. (SANTOS, 1982, p. 21/22)

E na atualidade este distanciamento entre as pessoas parece ter atingido uma capacidade mais abrangente; não se trata apenas de distinguir espaços excludentes de moradia ou lazer, mas de desvelar uma forma de separação estética reforçada na aproximação espacial dos distintos grupos de público. A cidade, por fim, desestimula os contatos humanos através da ressonância territorial do dinheiro.

O encontro em si é uma forma de lazer no contexto da cidade, mas a reunião social se apresenta mediada por circunstâncias concretas e abstratas que modelam as relações humanas no espaço. Defende-se a ideia de que essas circunstâncias se orientam por atributos do espaço público enquanto extensão fisicamente constituída, todavia sem negligenciar as palavras de Santos (2008), pois “o espaço é uma forma-conteúdo, um conjunto dos sistemas de formas e ações”.

Em termos da prática do lazer, o espaço público urbano pode ser interpretado como uma espécie de sistema forma-ação temporário, podendo ser em determinada medida abordado sob a acepção puramente figurada ou metafórica de uma atividade pública conduzida no curso de um tempo socialmente ajustado. Nessas condições, o encontro resta definido e regulado por fatores objetivo-subjetivos se a materialidade física do espaço público inaugura um ambiente de possibilidades comunicativas pelo comportamento individual interpelado na presença coletiva.

Entende-se, assim, que o comportamento dos indivíduos nos lugares públicos se enquadra pela situação social na qual eles estão envolvidos, por sua vez, dentro dessa referência, os indivíduos podem alterar as próprias condutas de muitas formas que são orientadas normativamente. Esta concepção é pertinente admitindo-se que o conteúdo de classes perpassa as atividades lúdicas como uma perene situação de poder imanente do cotidiano capitalista da cidade, sendo a ocasião social perturbada por um tácito controle econômico.

Diante disso, o lazer quando manifestado em um espaço livremente acessível às pessoas, como parques, praças ou ruas, além de outros lugares cuja entrada não esteja diretamente condicionada ao dispêndio de dinheiro, pode exercitar o poder de regular a sociabilidade dos grupos sociais que porventura estejam submetidos a esta proximidade física do encontro, instaurando transações subjetivamente significativas que desmobilizam a integração social entre os atores.

E esse contexto demonstra uma implicação direta entre as condições gerais de um poder simbólico com a inscrição de territorialidades sobre os espaços públicos da cidade. Sob tal circunstância, a materialidade física do espaço resta associada à vivência social concreta que nele se desenvolve, e a conduta individual em público obedece a um conjunto sutil de normas ditadas pela lógica impessoal do capital, isso denota uma forma de controle social do espaço durante o tempo de manifestação do lazer.

5 MANIFESTAÇÕES ESPACIAIS

Investigar uma manifestação espacial do lazer demanda um esforço que deve nortear-se pela concretude do espaço público, mas sem perder de vista as práticas e dinâmicas sociais que se desenvolvem sobre o espaço e dentro de certos limites de tempo. Os aspectos formais e estruturais do espaço concreto se articulam a diversos níveis de satisfação das pessoas, por isso na análise do espaço público a forma e o conteúdo aparecem indissociáveis, de maneira que a manifestação espacial do lazer pode consubstanciar uma configuração diferencial de subespaços de uso a partir da apropriação espacial por diversos grupos que praticam o lazer em um determinado espaço da cidade.

Na ótica de Santos (2008), “tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, sobre o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social”. E assim, a materialidade do espaço não seria apenas um palco passivo para a atuação social, podendo instituir o esquema territorial das ações que se desenrolam sobre este espaço durante o curso de um determinado tempo.

Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. (SANTOS, 2008, p.126)

Pelo exposto, é possível depreender a preocupação em torno do caráter ativo da materialidade do espaço sobre o movimento social. Pensando o espaço enquanto condição qualificadora da história, o autor estabelece que o mesmo exerça um papel central sobre a vida diária, pois o cotidiano é o recinto da verdade histórica; talvez se a história de uma cidade pudesse ser submetida às lentes de algum microscópio, se deparasse o observador com o cotidiano urbano e toda a diversidade de teores das práticas sociais que ele expressa. De outra parte, a força do simbólico é distinguida como uma referência social, o que parece referendar a efetivação de sentidos sobre os espaços *reais*; e também por isso, o movimento mais amplo da sociedade viria a acontecer de modo objetivo, como “um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização”. (*idem*, 125)

Esta ideia de um movimento mais amplo se dirigindo a uma espacialização, é o mote para as discussões que se pretende perseguir nesta parte do texto. E assim, um questionamento inicial se põe a fim de organizar o pensamento: poderia a prática do lazer desdobrar-se em particularidades socioespaciais quando manifestada sobre um mesmo espaço público? Porém, a perspectiva não se nutre apenas de possíveis respostas, mas das portas que tendem a se abrir para compreender adequadamente este fenômeno social que entrelaça espaço, tempo e as pessoas pela ação territorial de diferentes grupos sociais.

Diante disso, entende-se que os processos de apropriação do espaço tendem a construir territórios a partir da conciliação de atributos objetivos e subjetivos; o que sinaliza para os aspectos simbólicos da territorialidade. E a prática do lazer, por seu turno, parece denotar condições mais gerais que imprimem os contornos territoriais sobre o espaço público, pois pressupõe a presença humana em determinado espaço e durante um período de tempo mais ou menos reconhecido e obedecido por todos que promovem o encontro social.

Segundo Saquet (2013), “a multidimensionalidade das relações sociais” tem o poder para “condicionar e constituir os territórios”. Ou seja, as pessoas estão sempre em movimento, seja para trabalhar, estudar, restaurar a saúde ou se divertir, e estas ações rotineiras carregam em si as “relações de força que condicionam e constituem os territórios”. (p.124). E prossegue o autor, “há múltiplas territorialidades em nossa vida cotidiana” (p.159), as quais seriam, então, o resultado espacializado de distintas atividades que a sociedade empreende ao longo de um dia, notadamente na cidade. Neste estudo, a relação social enfocada é o lazer. O perfil do poder que se persegue estaria subentendido na multidimensionalidade do provável atrito de classes oriundo da exposição mútua de diferentes grupos sociais.

Reafirma-se, nessas condições, que o espaço é um produto e referencial para as relações sociais. Sobre o espaço concreto, as pessoas projetam as suas diversas ações e emoções; o espaço não é apenas receptáculo, mas um ingrediente pleno de implicações sobre as ações concretas da sociedade. Neste sentido que a estética do espaço público se reveste de importância analítica; e a partir dela, a estética final do encontro adquire outras nuances através de formas de uso e das atitudes dos atores sobre o espaço público; e assim, o lazer tende a manifestar os territórios instáveis de diferentes grupos sociais, classes ou frações de classe.

Antes, porém, acredita-se na necessidade de situar brevemente a trajetória do conceito de território na geografia. Isto porque, ainda que debates sobre o conceito de território não sejam novidade no domínio da geografia, pois remetem à geografia política clássica, a *polissemia* ao redor de sua definição suscitou, nos últimos anos, muitas discussões em diferentes campos das ciências humanas, e particularmente na geografia onde a tradição dos estudos territoriais tem implicado em um constante processo de redefinições teóricas do território, valorizando assim uma multiplicidade de aspectos inerentes à dinâmica socioespacial como instrumentos de interpretação geográfica dos fenômenos da atualidade.

Apesar desta tradição no âmbito da geografia, a origem do termo território e o seu emprego nas ciências humanas não advém dos estudos geográficos (SAQUET, 2013), mas sua identificação surge nas chamadas ciências da natureza, em especial da biologia e da zoologia, a partir dos estudos ligados à etologia.

Especificamente na geografia, Friedrich Ratzel desponta como um precursor da abordagem do território associando-o à ideia de “espaço vital” como um elemento fundamental no processo de “desenvolvimento das nações”. Isto em um contexto de expansionismo imperialista europeu do final do século XIX. Até 1950, a ênfase dada a outras categorias de análise geográfica, em especial a paisagem e a região, de certa maneira arrefeceu as discussões sobre o território, as quais obteriam um novo impulso a partir das décadas de 1960/1970 (SAQUET, 2013), em pleno processo de renovação do pensamento geográfico. Nesse período, o conceito de território volta revigorado e sistematizado, contemplando a dinâmica do social, as contradições, a multiplicidade do poder, o simbólico, e as redes de fluxos diversos.

E essa “redescoberta”, para usar uma expressão de Saquet (2013), acerca do conceito de território se fundamentou em novas e atualizadas leituras, encontrando-se desde territórios como “abrigo”³ até aqueles vinculados ao *ciberespaço*, no qual o controle é feito por avançados métodos informacionais (HAESBAERT, 2008). Estes desdobramentos estavam calcados em uma perspectiva mais abrangente, passando a considerar a existência dos “múltiplos territórios” ou “*multiterritorialidades*”, a partir da justaposição ou das territorialidades de muitas ações sociais potencialmente mais diversificadas e complexas.

³ Conforme Haesbaert, (2008), o território como abrigo está relacionado a uma noção mais concreta, referente aos grupos sociais cujos recursos de sobrevivência fazem com que ainda dependam diretamente de alguns aportes físicos do meio.

O certo é que as temáticas envolvendo o território foram retomadas a partir de discussões que passaram a conferir-lhe uma importância que talvez lhe fosse dada a pertinência de suas qualificações. Entre estas, a territorialidade, que também “designa a qualidade que o território ganha de acordo com a utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11), tornou-se objeto de estudos nas ciências humanas, destacando-se as abordagens em geografia.

Tecidas estas breves considerações, cabe retomar o fio da meada reflexiva, o qual vai encontrar em Saquet (2013) uma via de análise que considera a capacidade humana de apropriação e construção espacial como realidade que é cotidianamente vivida através das diversas permutas territoriais. E ao mesmo tempo, as relações de poder permeiam as trocas sociais sobre os espaços de uso comum; a submissão de uns sobre outros é um dado da existência a partir da confrontação de estilos de vida assimétricos fundados em diferenças de classe. Desse modo, as relações sociais do cotidiano estabelecem influências e interesses, por vezes sutis e simbólicos, que são integrados nos vários espaços do cidadão.

5.1 SOBRE O PODER

Nesta pesquisa, adotou-se uma concepção de que o encontro entre distintos grupos sociais sobre o espaço público pode suscitar um tipo de poder simbólico que se manifesta durante a realização do encontro. Esse viés se coaduna à proposta de Foucault (1988), a qual considera que as relações humanas se estabelecem sempre como relações de poder advindas do jogo das influências recíprocas que podem ser discernidas no espaço-tempo de uma prática social.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

Para o autor, o poder é exercido sob a cumplicidade dos que estão envolvidos em uma determinada situação de proximidade física tendente a gerar potenciais de poder a partir de uma espontânea cooperação das pessoas. Assim, as diferenças de classe podem desencadear a influência momentânea entre diferentes grupos sociais geograficamente aproximados pelo espaço público.

Essa premissa indica mais impedimentos que possibilidades de comunicação social entre os diferentes atores que praticam o lazer sobre um espaço comum, isso referenda o mecanismo no qual, segundo Foucault (2014, p. 215), “o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge os seus corpos, vindo se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem e sua vida cotidiana”.

Onde sua intenção – se é que há intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas; o poder revelaria a sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais. Portanto, não perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é a sua estratégia global, mas como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc. (FOUCAULT, 2014, p. 283)

De certa maneira, ao dizer que o poder se exerce sobre um alvo ou campo de atuação, Foucault reconhece a espacialidade do poder, a partir da qual ele pode ser implantado e produzir efeitos reais sobre a vida das pessoas. E na dinâmica urbana, o espaço público conceberia um provável objeto atuado sob as mais diversas formas de poder; neste contexto, a manifestação social do lazer poderá se dispersar sobre o espaço de maneira não aleatória, mas modelada territorialmente por imposições de cunho simbólico gerando impunemente um efeito de classe.

Para o caso dessa pesquisa, a configuração espacial do encontro assenta-se em uma lógica de grupos; ou seja, os diferentes segmentos sociais que adentram os espaços públicos expõem seus repertórios característicos fundados essencialmente nas desigualdades relativas ao universo econômico-cultural onde se reproduzem as diferenças da sociedade capitalista. Em virtude disso, e entendendo o território como a projeção espacial do poder, concebe-se que a influência exercida pelos diferentes grupos entre si desvela uma força simbólica do dinheiro agindo sobre a conduta dos atores em público.

E sob a égide do capital, os espaços públicos da cidade estariam subsumidos a esta abrangência totalizadora da racionalidade econômica; e mesmo não estando diretamente ligado à materialidade, o poder poderá ser moldado pela condição física do espaço se for considerado que os atributos geográficos tangíveis são fatores para a atração social; e também, as influências recíprocas não são necessariamente boas ou ruins, apenas parte de um permanente jogo socioterritorial.

5.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Compreender o território é interrogar uma conjugação conceitual entre espaço e poder; numa implicação em que o espaço funciona como um fundo de tela sobre o qual se projetam sistemas de domínio e influência sociais. Conforme Souza (2013, p. 32), há uma “noção intuitiva do território que tem a ver com a projeção, no espaço, de um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferentes”.

Para este autor:

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por torná-lo ou mantê-lo [...] mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Isso traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem sobre esse espaço, e como? (SOUZA, 1995, p. 78/79)

A partir dessas premissas, a demarcação do território passa pela identificação das formas de poder que atuam sobre determinado espaço e no curso de um tempo socialmente reconhecido pelas pessoas que acessam este mesmo espaço. Assim, o espaço e o tempo configuram o território que resulta das relações sociais projetadas sobre um substrato material de referência.

Evidencia-se, assim, que a noção de território denota delimitações do espaço, pois “quando estabelecemos limites, estamos de fato criando uma separação e uma classificação das coisas que têm como parâmetro fundamental uma distribuição no espaço”. (GOMES, 2006, p. 136) Por isso o território é uma invenção humana; não o substrato em si, mas “as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre este substrato referencial”. (SOUZA, 1995, p. 97) E neste sentido, há sempre uma forma de poder operando dentro de certos limites espaciais, por isso as relações sociais são indutoras em potencial das territorialidades surgidas nas tramas do cotidiano. Pode-se concluir que o território passa a existir a partir da apropriação social do espaço, e de uma organização temporal das práticas sociais circunscritas a uma determinada porção do espaço.

Dessa maneira, o território é um conceito que pode atuar como uma chave de acesso à interpretação de uma faceta do espaço público que indica signos de poder ou influência sendo comunicados por diferentes segmentos sociais que se acham no espaço de uso comum. Assim, o território passa a existir quando ocorre uma relação de apropriação de uma fração tangível do espaço geográfico, e se pressupõe posse e domínio, o território também indica apropriação e uso que estruturam internamente o espaço a partir das relações de poder, restando os territórios como abstrações que só existem durante as relações sociais espacialmente projetadas; nesse sentido, são pertinentes as seguintes palavras:

pode-se identificar territórios toda vez que uma coletividade humana se apropria de um lugar material e ali passa a estabelecer relações de posse e de domínio. Essa concepção leva em conta que um território é apropriação e estabelecimento de relações de poder no seu interior. [...] sendo que o território é muito mais dado pelas relações do que pela apropriação concreta de determinado lugar material. Os territórios são relações de poder que se materializam no espaço social. É uma abstração e está ligada às relações sociais. Ele pode estar condicionado ou não à apropriação do espaço concreto. O território ou os territórios é que dá (ão) as dinâmicas do espaço social. (OLIVEIRA, 2002, p.79)

De acordo com a autora, quando uma coletividade humana se apropria de um lugar material e ali estabelece relações de posse e domínio, essas relações definem um território, ou seja, a apropriação de um “pedaço” tangível da superfície terrestre é a condição primeira para que possam surgir as relações de poder que irão delimitar os territórios, mas o que de fato inscreve o território sobre o espaço são as relações sociais em movimento, por isso os territórios podem mesmo ser criados e desfeitos ciclicamente, ter uma duração efêmera e nem chegar a deixar evidências empíricas, pois uma vez desfeita a relação social, desfaz-se também a projeção espacial dessa mesma relação e desaparece a condição essencial de afirmação do território.

Dessa maneira, a manifestação social do lazer é uma relação social que pode determinar a configuração de territórios durante o tempo de prevalência do encontro; assim, o espaço público representa o substrato espacial material que lhe dá suporte e referência, podendo inclusive ser um fator de condicionamento da ação. E de fato, uma projeção espacial dos efeitos de classe é em si algo intangível e condicionado mais pelo jogo espacial dos diferentes grupos sociais que pelo espaço concreto, pois o poder dos estigmas sociais em público instaura relações conflituosas e superficiais que podem culminar na expressão espacial das territorialidades.

Em virtude disso, a territorialidade não é absoluta. Os grupos sociais exercem controle entre si, mas numa mútua (re) ação capaz de disciplinar o movimento social durante os limites temporais do encontro. Todavia, certas distinções que aludem aos imperativos do capital parecem hierarquizar o ato do lazer, e mesmo que não ergam paredes cegas entre os participantes, talvez possam turvar o horizonte de uma plena interação social. Seguindo com Saquet (2013, p. 131), a vida cotidiana se processa em quadros objetivo-subjetivos advindos das “trocas dialéticas entre ideia e matéria no seio da relação espaço-tempo e da constituição dos territórios, no vivido”. Desse modo, Saquet indica a importância dos espaços enquanto base concreta e atributo subjetivo da prática social em articulação com as especificidades de tempos inscritos no mundo da vida.

Cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *ser outro*. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada espaço. (SAQUET, 2003, p. 220/221)

E assim, para o autor, os territórios são constituídos em várias escalas, tanto temporais como espaciais, são sempre uma singularidade que lhes destaca e unifica em termos socioespaciais, isto é, de territorialidades. Expressam a cristalização das relações humanas sobre determinado espaço, decretam as temporalidades sociais e nelas se consubstanciam, oportunizam ao homem ser o *outro* socializado pela trama do cotidiano.

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada espaço; é múltipla. E por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos ou relações. (SAQUET, 2013, p. 129)

Então, uma manifestação social está ancorada na territorialidade cotidiana dos indivíduos desta emanando numa permuta contínua de influências tacitamente assumida pelas pessoas; esta dinâmica confere às práticas da sociedade um caráter temporário ou mais permanente em termos de constância sobre os espaços.

As manifestações das atividades lúdicas na cidade abarcam as circunstâncias que determinam as territorialidades. O lazer projeta sobre determinados espaços as expectativas das pessoas que perduram num tempo pautado pelo ritmo do encontro, mas isso não significa que todas as formas de lazer sejam idênticas, pois os motivos individuais e as características de cada espaço criam a diversidade.

Por outras palavras, o espaço público seria a configuração física que, através da combinação de seus elementos materiais, exerceria um poder de atração social, culminando numa busca diferenciada dos locais de lazer por parte daquelas pessoas que têm como hábito ocupar estes espaços na cidade. E sob estas motivações mais superficiais e concretas, tramitam os impulsos de natureza subjetiva que impelem as mesmas pessoas, em maior ou menor medida, a optarem por determinados espaços de uso. O ganho de visibilidade, a necessidade de ver e ser visto, uma certa pressão social advogando por uma suposta integração ou ainda um ideal de liberdade diante das coibições do cotidiano, podem ser alguns dos estímulos que levam as pessoas a escolher os espaços da cidade onde vivenciar um tempo livre.

De acordo com o proposto, as territorialidades podem ser expressões visíveis das contradições de classe que definem a sociedade capitalista. Oferecem, pois, um meio de captar as práticas *reais* e cotidianas atenuando os riscos de homogeneizar a multiplicidade que desponta da situação concreta de cada grupo social. É útil dizer que uma manifestação espacial do lazer, porventura no espaço público e num tempo reconhecido e cumprido pelos participantes, pode apresentar verdadeira colagem ao nível de classe; isto oblitera a exclusividade, mas pode levar à compartimentação da interação humana no espaço.

Segundo Raffestin (1993), é preciso reter as relações em termos de alteridade como dado essencial, considerando “o outro como não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou grupos que ali se inserem”.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 14)

Para Raffestin, o fato de delimitar parcelas do espaço, de marcá-las, cercá-las não é uma simples relação com o território, sendo bem mais que isso. É uma relação triangular, pois a relação com o território mediatiza em seguida as relações com os homens. Conforme o autor, não há dúvida de que tudo estaria na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. (*idem*, p. 16)

A territorialidade por Raffestin parece apontar a um movimento mais flexível e condizente com a complexidade das relações sociais na atualidade. E a partir dela, o cenário de classes, por exemplo, pode ser explicitado além da fragmentação urbana, sendo imperativo latente nos ajuntamentos em público.

Certamente que ao propor uma forma triangular de relação, Raffestin confirma a relevância da base física, mas sugere que os espaços se tornam territórios a partir das práticas e dos tempos sociais condensados no cotidiano. E daí a territorialidade “poder ser definida como o conjunto de relações que se originam dentro do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, [...] enquanto relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos”. (*idem* p. 15) E parece que o poder seria um mediato inevitável, pois “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e é possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder”. (*Id. Ib*, p. 16)

Como face vivida, parece que a territorialidade desvelaria uma face interna do poder, a qual atravessaria o corpo social por insurgências coletivas; transportando o enunciado para o espaço público, os aspectos concreto-simbólicos de classe podem individualizar os grupos de atores à semelhança de peças engendradas por um jogo regido pelo capital. Esta concepção denota um tácito reconhecimento de que a luta de classes é um dado inseparável do capitalismo; em certa medida, a manifestação espacial do lazer se afirma temporariamente como “um jogo de classes que tem sua demarcação territorial”. (SANTOS, 2012, p. 97) Ou seja, a realidade pessoal surge sob muitas facetas nas ocasiões de encontros públicos, mormente as desigualdades econômicas; porém este mecanismo é sutil, e não registra explícita ou simplesmente uma relação entre dominantes e dominados.

Subsumido em tal cenário, o lazer significaria uma relação social conflituosa e heterogênea, podendo a racionalidade do capital ensaiar um sentido auto afirmativo que perpassa e interpela a cada um na temporalidade do encontro. Independente de qualquer intencionalidade, este processo revela uma relação de forças estabelecidas na dinâmica interna da prática espacial, e seja no âmbito da família, nos espaços de trabalho e de não-trabalho, assim como nas escolas ou templos religiosos, o certo é que um espaço público suscita o desvendamento desse tipo de poder amparado, em boa medida, por estigmas sociais. Isso parece conferir à análise uma postura teórica crítica frente à sociedade atual, uma vez que,

o desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do *eu*, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condicionando normas e regras. O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a *redescoberta* do conceito de território sob *novas* leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder. (SAQUET, 2013, p. 33)

No entendimento do autor, as ideologias atuam sobre a personalidade do ser humano; assim, quando determinado discurso de verdade se insere no permanente movimento de apropriação social dos espaços da cidade, criam-se as circunstâncias específicas capazes de regular os comportamentos e as atitudes dos indivíduos que estejam atuando sobre estes espaços. Este contexto determina normas e regras que assumem diversos significados, podendo configurar no espaço as territorialidades do uso. Referenciada nas ideias de Gorz (2005), a ideologia é um trabalho invisível de produção do *eu*, é um potencial de poder que coloniza espaços-tempos do cotidiano, e um dado simbólico concretamente transmutado.

Transparece o fato de que as relações de poder e a apropriação territorial são multiformes e se materializam por intermédio das práticas sociais; logo, um território é determinado pela singularidade, “correspondendo ao *uso* e à apropriação material do espaço e aos conflitos sociais”. (SAQUET, 2013, p. 33) Portanto, a vida cotidiana estabelece distintas variantes de poder e territorialidades também diversas tendem a espacializar múltiplas diferenças sociais; este contexto torna a manifestação do lazer um fator de apropriação e construção de territórios que concilia aspectos objetivos e subjetivos dentro do espaço público.

A análise do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permitiria conhecer a especificidade de cada espaço; destas particularidades podendo figurar a territorialidade de relações mais existenciais do cotidiano que são sempre relações de poder eivadas de tempos e espaços próximos, ou seja, pelas situações concretas da vida diária. A proximidade espacial de diferentes grupos sociais tende a promover uma visibilidade, sempre relativa, de diferentes condições de vida; esta circunstância pressupõe a comunicação e a troca sociais, mesmo que a efetivação concreta possa não acontecer de fato.

De certa maneira, as assimetrias de classe conclamam a diferenciação social se inseridas numa prática definida no mesmo espaço e tempo de usos. E como cada relação é poder, em uma sociedade de relações múltiplas e complexas, e a cada dia revigoradas, pode-se pensar no entrelaço oriundo da exposição mútua de estilos e padrões de vida como uma troca comunicativa em potencial, a qual tem no espaço público a forma-conteúdo perenes para tal perspectiva. Em determinada proporção, os afastamentos sociais se tornam meios e fins de um agir comunicacional; contudo, os imperativos de classe reverberam como idiomas distintos.

Nestes termos, a prática do lazer convoca uma noção relacional do espaço ao suscitar uma interlocução de desigualdades sociais durante a apropriação partilhada do mesmo espaço público por diferentes grupos sociais. Entretanto, compartilhar um espaço não significa neutralizar um imbricado cortejo das distinções que permeiam a cidade capitalista; mas pelo contrário, se acredita que o lazer representa uma prática em movimento tendente a desvelar o caráter abstrato das desigualdades, como um fenômeno em tempo *real* e virtualmente impresso nas atividades sociais.

Serpa (2013b, p. 174) afirma que existe “uma dialética entre capital cultural e capital econômico, atuante nos diferentes modos de apropriação do espaço urbano por classes sociais diferenciadas”. E assim, se a diferenciação social for considerada apenas no viés da fragmentação do tecido espacial da cidade, poderá ser ignorada a territorialidade do lazer como rebatimento espacial dos afastamentos demarcados no encontro entre diferentes grupos sociais. E não cabe dúvida de que os afastamentos sociais constituem a expressão cotidiana das relações humanas que se apresentam dirigidas pelo capital, e parecem melhor captados no dinamismo das cidades a partir da conjugação do tempo e do espaço tornados elementos de natureza subjetiva pela efetivação das práticas de lazer.

Acredita-se na multiplicidade expressiva que revela a segmentação social de diversas maneiras, e no conteúdo simbólico ligado à explicitação dessas diferenças sociais, imprimindo no encontro um dinamismo materializado por meio das práticas espaciais que representam distinções de classe durante o evento de apropriação do espaço público. Nesses termos, o lazer enuncia diferenciações sociais no cerne das atitudes de grupo, e isso significa qualificar territórios por meio de territorialidades no tempo do encontro.

Ou seja, os territórios que se estabelecem no espaço público, e que vão marcar as diferenças e as desigualdades relativas aos estilos de vida dos diferentes grupos e classes, têm expressão material, ainda que de modo efêmero e ainda que se trate também de uma “projeção espacial de relações de poder”. No entanto, essas relações de poder não caracterizam uma atuação política dos grupos e classes sociais nos espaços públicos: revelam, ao contrário, processos de diferenciação baseados em limites ou barreiras que vão impor uma incipiente, ou mesmo nula, interação social e espacial entre os agentes que se apropriam do espaço urbano. (SERPA, 2013, p. 65)

Considerando Serpa (2013), pode-se dizer que uma manifestação espacial do lazer não esgota seus sentidos no imediato ajuntamento público em que todos estão reunidos e visíveis uns aos outros; mas além de apenas ocupar um espaço público, as pessoas tendem a estabelecer padrões de sociabilidade previamente celebrados como conduta de distinção social. E ao cabo, a cidade motiva tipos de afastamentos mais abrangentes que a expressão das diferenças geográficas de localização, pois a diferenciação entre classes, e mesmo entre indivíduos, pode ocultar-se sob o véu do aparente consenso que funda esses interditos sociais como um princípio para o qual não há alternativa.

Mas o espaço não mente. E a territorialidade é a força reveladora desta regra que fragmenta os contatos, disso advém a perspectiva de o conflito social obedecer aos limites geográficos do encontro, estabelecendo uma fragmentação espacial pela prática do lazer. Isso porque a manifestação do lazer no espaço público estabelece um sistema de presenças que não funciona para integrar os envolvidos, mas muitas vezes é a expressão de modismos ou uma manifestação lúdica visando apenas à auto exposição pública. Dessa maneira, se entende que os grupos sociais sejam os configuradores territoriais do encontro a partir do capital simbólico dos atores, e que os participantes cumpram essa prática coletiva como um momento de uma produção pessoal em público.

6 DOMINGO NA “DONJA”

Este capítulo apresenta e analisa as evidências empíricas do estudo; e assim, aqui são detalhados os atributos socioespaciais que foram considerados pertinentes pela pesquisa, os quais foram obtidos através dos trabalhos de campo realizados ao longo do ano de 2015. Os procedimentos metodológicos destacados para coletar os dados empíricos podem ser assim resumidos: a) observações pessoais e diretas da área de estudos sempre entre 15h e 19h de domingo; b) apontamento de evidências relevantes, conforme objetivos do estudo; c) conversas abertas com cinco indivíduos abordados durante a etapa das observações; e d) entrevistas semiestruturadas com um universo de seis frequentadores assíduos; estando essa amostra constituída por dois informantes de cada território identificado.

É oportuno destacar que as palavras **praça**, **calçada** e **posto**, que referem os territórios da pesquisa, foram adotadas não tanto pela espacialidade concreta a que aludem, mas principalmente pelo fato de os informantes qualificados as terem usado para denominar os locais do espaço público onde costumam permanecer durante as tardes de domingo. Desde logo, se apresenta uma qualificação desses informantes visando a destacar de qual parte da cidade vêm, o nível individual de escolaridade, o meio de transporte utilizado, a profissão, quantos domingos por mês costumam vir, quais as suas idades e o que fazem durante o encontro.

Informante 1 (praça): Tem 20 anos de idade. É moradora do entorno. Cursa Odontologia na Universidade Federal de Pelotas. Vem todos os domingos. Vem a pé com as amigas. Gosta de vir para conversar com as amigas.

Informante 2 (praça): Tem 27 anos de idade. Residente em um bairro da cidade. Técnica em contabilidade. Vem todos os domingos. Vem de automóvel junto com os amigos. Frequentadora mais antiga em relação aos demais informantes. Gosta de conversar e tomar chimarrão com os amigos.

Informante 3 (calçada): Tem 24 anos de idade. Residente no centro da cidade. Publicitário. Vem todos os domingos. Vem de automóvel com a namorada. Gosta de conversar, tomar chimarrão e olhar o movimento.

Informante 4 (calçada): Tem 31 anos de idade. Residente em uma avenida próxima da av. Dom Joaquim. Advogado. Vem em média dois domingos por mês. Vem de carro com um amigo. Gosta de ficar sentado e observar o movimento.

Informante 5 (posto): Tem 16 anos de idade. Moradora em um bairro da cidade. Último ano do ensino médio. Vem todos os domingos. Vem junto com um grupo de amigos. Vem a pé. Gosta de conhecer pessoas e fazer novas amizades na av. Dom Joaquim.

Informante 6 (posto): Tem 19 anos de idade. Residente em um bairro da cidade. Entregador de lanches. Não está mais estudando. Vem todos os domingos. Vem de motocicleta. Gosta de tomar cerveja com os amigos na av. Dom Joaquim.

6.1 ANTES, UM POUCO DA HISTÓRIA

A formação urbana e territorial de Pelotas remonta à formação espacial do Rio Grande do Sul durante os séculos XVII e XVIII; nesse período, os portugueses detinham a posse espacial do sul do Brasil, porém havia conflitos com os espanhóis pela demarcação das fronteiras.

Com a descoberta da América em 1492 pelos espanhóis e a chegada dos portugueses em 1500, Espanha e Portugal dividem o novo continente em dois a fim de explorá-lo; e para tanto, firmam o Tratado de Tordesilhas de modo que a Portugal cabia o espaço do que hoje é o Brasil, mas sem o Rio Grande do Sul. A partir dessa divisão, os dois Impérios passam a agir no sentido de tomar posse do território sul americano; e através das incursões continente adentro, os portugueses chegam até a foz do rio da Prata e entendem que a posse de tal espaço geográfico, que era o do atual Rio Grande do Sul, seria um passo estratégico na consolidação da geopolítica portuguesa.

Havia contrabando de mercadoria, de minérios e de gado pelo do rio da Prata e Portugal tinha interesse de participar desse movimento e também obter lucros com o mesmo. Então, urgia controlar a estuário do rio da Prata e expandir suas fronteiras até este ponto. Visando a demarcar o espaço, em 1680 Portugal funda a Colônia do Sacramento no intuito de participar do comércio da prata com Buenos Aires; e o câmbio de mercadorias é incrementado com produtos de couro extraídos do gado que vivia solto nesta região.

Em virtude de perseguições dos bandeirantes de São Paulo no Paraguai, em 1640 os jesuítas espanhóis chegam ao território do Rio Grande do Sul. As reduções jesuítas contavam com rebanhos de gado bovino, equino e muar que viriam a ficar soltos nos campos quando do posterior retorno dos jesuítas ao Paraguai. E Portugal descobre uma fonte de riqueza na exploração pecuária.

Os jesuítas retornam ao Rio Grande do Sul em 1682 criando os Sete Povos onde estabeleceram estâncias para a criação de gado, com a separação do gado criaram a chamada Vacaria dos Pinhais, mas com seu desenvolvimento econômico os jesuítas passam a ameaçar a coroa Portuguesa que os expulsam em 1759.

Querendo dominar o gado xucro e participar do contrabando da prata no sul do continente, Portugal busca ocupar de modo efetivo o território e em 1737 José da Silva Paes, fundou o presídio e a Povoação do Rio Grande de São Pedro, com a chegada dos militares é que se dará a ocupação efetiva do extremo sul do Brasil pelos portugueses.

A implantação desse povoado permitiu a vinda de casais da ilha dos Açores e Madeira que receberam lotes de terras para ajudar a desenvolver e povoar a região. Portugal e Espanha, na busca incessante de expandir seus respectivos domínios, assinam em 1750 o Tratado de Madri que conferia o domínio espanhol à colônia do Sacramento e a posse dos Sete Povos à Coroa portuguesa.

Com a morte de Fernando VI da Espanha há uma transformação na política espanhola e em 1761 Portugal e Espanha assinam um novo tratado, o Tratado de El Pardo que anula o Tratado de Madri e reinicia as batalhas entre os países ibéricos pela ocupação e domínio do sul do continente. Em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, o Rio Grande do Sul com os atuais limites geográficos passa à posse de Portugal, a qual se consolida a partir do século XIX com o Tratado de Badajós. A demarcação meridional do continente propicia o início de novas povoações, a distribuição de novas sesmarias ajuda a efetivar a povoação portuguesa no Rio Grande do Sul. Pelotas desenvolve-se a partir da implantação das charqueadas. Em 1777, chega à região o português José Pinto Martins, fugindo da seca que assolava o Ceará; Martins instala uma charqueada à beira do Arroio Pelotas três anos após chegar a estas plagas. Ao longo do Canal de São Gonçalo e dos arroios Pelotas e Santa Bárbara, surgem outros núcleos charqueadores ficando esta região conhecida como Rincão das Pelotas.

O território onde hoje se encontra a cidade de Pelotas teve sua ocupação inicialmente assinalada pela outorga de carta de sesmaria ao Coronel Thomaz Luiz Osório, feita pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade em 1758, denominadas de “Rincão das Pelotas”.

A fundação da Freguesia de São Francisco de Paula, primeira organização do espaço urbano pelotense, data de 1812, tendo autonomia religiosa em relação à Vila do Rio Grande. Aqui já estavam instaladas algumas charqueadas, fato importante na evolução da cidade de Pelotas, mas para a fundação de uma freguesia pressupunha a existência de um aglomerado populacional suficientemente desenvolvido. Não significando o surgimento de uma unidade administrativa, que só era anunciado pela elevação a vila.

Segundo Magalhães (1993), “Freguesia era um título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passava a dispor de uma igreja paroquial própria”, pois Pelotas preenche esse requisito em 1812 ao desgarrar-se da matriz de São Pedro, embora continuando como povoado dependente de sua vila e câmara e permanecendo um distrito de Rio Grande.

O primeiro sítio de Pelotas é sobre um terreno que pertenceu a Antônio Francisco dos Anjos que demarcou quarteirões em forma de tabuleiro, herança da organização urbana de Portugal, constituindo-se em 19 ruas, 12 longitudinais e 7 transversais, no sentido norte-sul, entre a Avenida Bento Gonçalves e a rua General Neto, no sentido leste-oeste entre as ruas barroso e Marcílio Dias.

O segundo lote assentou-se nas terras de Dona Mariana Eufrásia da Silveira, vizinhas ao lote de Antônio dos Anjos, o qual concede o mesmo em 1830 em direção ao sul, aproximando-se do Canal de São Gonçalo. As charqueadas tiveram papel crucial no desenvolvimento e na urbanização de Pelotas, marcando profundamente a formação sócio-econômica do Rio Grande do Sul no início do século XIX. Com a indústria saladeiril voltada para o mercado consumidor, Pelotas teve sua economia e desenvolvimento atrelado a este ciclo econômico.

Com toda a riqueza acumulada pelos charqueadores, surge em Pelotas uma elite que era proprietária de imensos latifúndios e com a farta distribuição de matéria prima: o gado gerou riquezas. “Mas a charqueada não trouxe apenas riqueza, mas também o adensamento populacional de Pelotas, pois cada grande estabelecimento contava, pelo menos mais de cem pessoas”. (ARRIADA, 1994).

Sendo elevada à categoria de cidade em 1835 e sob o nome Pelotas, ocorre a partir da riqueza gerada pela indústria do charque uma evolução urbana, a ligação comercial de Pelotas com os grandes centros do país e do exterior e a importação e exportação de mercadorias fomenta outras indústrias como curtumes, fábricas de velas, sabões e adubos utilizando os resíduos da indústria da carne. A intensificação industrial ocasiona-se quando o ciclo charqueador entra em forte declínio, vindo a se extinguir completamente na década de 1940.

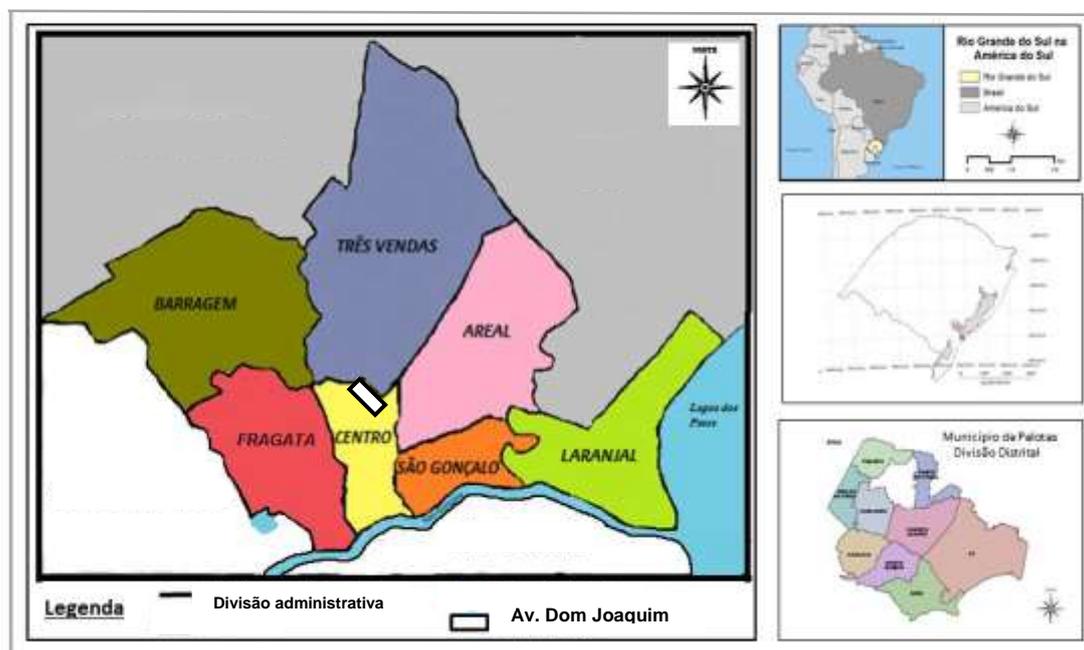
6.2 E AGORA, A “DONJA”⁴

Para realizar-se a pesquisa de campo, não foi tomada a extensão total da av. Dom Joaquim, cerca de 2 km, mas um trecho equivalente a 0.6 km, situado na parte intermediária da via. Esta delimitação adveio das observações que constataram ser nesta parte do espaço público que de fato a av. Dom Joaquim é apropriada durante as tardes de domingo; sendo assim, esse trecho da via abriga os territórios definidos pela ampla presença de público, ou seja, o posto de combustíveis, a calçada do bar e a praça.

Dessa maneira, este recorte dentro da área de estudos se mostrou oportuno para melhor conduzir a pesquisa, não apenas por adensar espacialmente o campo, como principalmente porque esta fração do espaço se mostrou suficiente em termos de evidências empíricas e condizentes com os objetivos da pesquisa, possibilitando, pois, observar desde atributos estritamente físicos do espaço público como aspectos relacionados à apropriação social nas tardes de domingo. A av. Dom Joaquim está situada a aproximadamente 3 km ao norte da parte reconhecida como o centro da cidade; oficialmente, porém, faz parte do centro por integrar a Mesorregião Treptow, a qual é uma das componentes da Região Administrativa Centro.

⁴ O termo “Donja” destaca uma contração informal das palavras “Dom” e “Joaquim”, significando uma denominação popularmente consagrada à av. Dom Joaquim, mormente por seus frequentadores.

Figura 3. Regiões Administrativas de Pelotas.



Fonte: Prefeitura de Pelotas. (2013) Adaptado pelo autor.

A redação dada pela Lei 5.502 de 11 de setembro de 2008, a qual institui o III Plano Diretor Municipal de Pelotas, no Capítulo III - URBANO - Artigo 47, apresenta a organização da área urbana do município da seguinte maneira: A área Urbana do Município é composta por sete regiões administrativas, sendo elas, sete Macro-Regiões ou Regiões Administrativas, Centro, Fragata, Barragem, Três Vendas, Areal, São Gonçalo e Laranjal. (III Plano Diretor, 2008, p.14)

Desse modo, a área urbana do município foi dividida em sete grandes bairros ou regiões administrativas que podem ser observadas na figura 3. E nessas regiões, há divisões internas denominadas de mesorregiões que no senso comum acabam muitas vezes sendo entendidas como bairros da cidade, pois são os lugares onde as pessoas de fato residem; pode-se dizer, então, que o bairro centro engloba o “bairro” Treptow onde está localizada a av. Dom Joaquim.

Conforme a figura 3, a av. Dom Joaquim situa-se no limite definido entre as macrorregiões Centro e Três Vendas, e devido a essa localização dentro do tecido urbano da cidade, a via se torna um importante corredor que interliga diversas partes da cidade, tornando o espaço público um local potencialmente acessível, pois muitas pessoas por ele passam durante a semana.

O espaço público da av. Dom Joaquim se caracteriza por um canteiro central que separa as duas vias de rolamento do trânsito; este canteiro apresenta uma pista para caminhadas, gramado, árvores de variados portes e inclusive muitas frutíferas, equipamentos para ginástica, bem como os bancos de cimento distribuídos ao longo de sua extensão total. É habitualmente um espaço para caminhadas, para corridas e também para ajuntamento dos grupos de frequentadores. E mais recentemente, com a nova pista para bicicletas, passou a receber um incremento de público que pratica esta modalidade esportiva durante seu tempo livre. E recentemente foram instaladas câmeras para monitorar o trânsito, bem como semáforos nos retornos de pista.

A figura 4 destaca algumas características do canteiro central. Nela é possível ver à direita a pista para caminhadas, o gramado e as árvores; mais ao centro, os semáforos recentemente instalados; na parte esquerda, entre o canteiro e a pista de rolamento sul, a ciclovia.

Figura 4. Canteiro central.



Fonte: Arquivo do autor. (13/12/2015)

A av. Dom Joaquim apresenta espaços de estar e de lazer para as pessoas, devido à existência de um amplo canteiro central e de uma praça que compõem em conjunto um expressivo espaço aberto e com potencial de sociabilidade. E o aspecto paisagístico é composto de atributos naturais e construções, sendo que a morfologia do espaço público e a infraestrutura física favorecem a prática do lazer.

As construções do entorno, em sua maioria casas e prédios residenciais, e os empreendimentos comerciais, em geral proporcionam uma visibilidade diferenciada conferida pelo conjunto arquitetônico destas construções; e isso denota se tratar de uma área dominada por um segmento social de maior poder econômico. Defende-se que os atributos materiais, que destoam no contexto espacial da cidade, funcionam como fatores de atração social do espaço público.

A figura 5 traz no primeiro plano um banco sobre o canteiro central e ao fundo um restaurante cuja fachada envidraçada denota opulência.

Figura 5. Arquitetura elitizada.



Fonte: Arquivo do autor. (13/12/2015)

Em geral, as lojas, bares e restaurantes localizados dentro da área de estudo apresentam um padrão típico de um público mais abastado. E embora no domingo à tarde estes estabelecimentos não estejam abertos, as fachadas seguem projetando sobre o espaço público a visibilidade que parece condensar um domínio de agentes sociais elitizados. Acredita-se que essa condição sirva como atrativo para um grande contingente de público, pois a qualidade dos materiais empregados nas construções e uma estética pautada “pela luz e o alinhado” tendem a despertar o interesse social para os espaços públicos que apresentam essa característica visual como condição diferenciada sobre o tecido espacial da cidade.

Figura 6. Fachada de um bar.



Fonte: Arquivo do autor. (01/11/2015)

Idêntica constatação é válida para o padrão residencial. As casas e os prédios de moradias que margeiam a av. Dom Joaquim parecem indicar um segmento social de maior poder aquisitivo quando comparados com áreas mais periféricas da cidade, por exemplo. Esta conjuntura acaba promovendo uma atratividade espacial atrelada a essa espacialidade que se destaca, desde os jardins bem cuidados até estratégias de monitoramento privado, como câmeras e portarias particulares em alguns prédios residenciais que podem propor uma sensação de segurança sobre o espaço público, e em determinada medida condicionar a escolha pela av. Dom Joaquim em relação a outros espaços públicos da cidade, onde a arquitetura do entorno porventura não contenha esses atributos ou talvez não os evidencie ao ponto de serem diretamente percebidos pelas pessoas.

Figura 7. Prédios residenciais.



Fonte: Arquivo do autor. (13/12/2015)

A indicação de atributos materiais do espaço público parece desvelar a razão mais evidente impelindo a apropriação social nas tardes de domingo. A qualidade do mobiliário lúdico, a organização e limpeza do espaço, as amenidades naturais, uma localização que parece facilitar o acesso de pessoas que moram em diversas partes da cidade, são fatores que abordados em conjunto podem em boa medida explicar a expressiva presença de público nas tardes de domingo. Obtida em 2012, a figura 8 retrata os cuidados com o espaço público da av. Dom Joaquim, demonstrando que a prefeitura tem investido neste local nos últimos anos.

Figura 8. Mobiliário lúdico.



Fonte: Arquivo do autor. (03/05/2012)

Atualmente, durante os trabalhos de campo, foi possível conferir a construção da ciclovia da av. Dom Joaquim, a qual embora tenha sido inicialmente prevista para acontecer no ano de 2014, conforme publicado em nota intitulada “av. Dom Joaquim recebe ciclovia”, no site da prefeitura em 24/06/2014, apenas em 2015 que a obra foi empreendida através de parceria entre a prefeitura e uma empresa de construção civil. A íntegra da manchete que anunciava as obras é transcrita a seguir.

Teve início esta semana, na av. Dom Joaquim, a construção de uma ciclovia. A obra está sendo realizada no sentido Fernando Osório/Juscelino Kubitschek de Oliveira e medirá 2,5 metros, divididos entre a via e o canteiro central. Até então os ciclistas que andassem pela avenida utilizavam uma pequena faixa, de aproximadamente um metro, o que tornava o trânsito mais perigoso e difícil. Alguns ainda dividiam espaço com os pedestres no canteiro central. A nova obra visa aumentar a segurança tanto de ciclistas como daqueles que caminham no local, fazendo com que haja espaço específico para a utilização das bicicletas. A construção é uma medida compensatória, firmada entre a prefeitura e uma empresa da construção civil que está trabalhando na avenida. Anteriormente esta obra havia sido orçada em R\$ 250 mil. A previsão de conclusão é de 90 dias. (Publicado em www.pelotas.com/noticias/cicloviaDJ/24/06/2014)

Embora a previsão inicial de conclusão, a obra ainda não estava finalizada no final do ano 2015; porém uma boa parte já estava apta ao uso, como se observa na figura 9. Essa ciclovia representa um atributo de atração social, porque mesmo não sendo a única ciclovia da cidade, a qualidade dos materiais empregados e a estética diferenciada conferem certa exclusividade ao equipamento público.

Figura 9. Ciclovia.



Fonte: Arquivo do autor. (13/12/2015)

A av. Dom Joaquim apresenta também duas academias ao ar livre fixadas em pontos diferentes dentro do canteiro central; trata-se de dois conjuntos de aparelhos de ginástica que foram doados pela empresa Unimed/Pelotas à prefeitura da cidade. Uma destas academias está dentro do recorte espacial do estudo, pois foi instalada sobre o canteiro central do reduto da praça, no ano de 2013, como indicado na nota intitulada “Unimed Pelotas instala academias ao ar livre”.

A av. Dom Joaquim, tradicional ponto de lazer e de realização de corridas e caminhadas no município, acaba de tornar-se mais atrativa para a prática de atividades físicas. Na manhã de hoje ocorreu a inauguração de duas academias ao ar livre no local. Os equipamentos de ginástica foram doados pela Unimed/Pelotas à Prefeitura da cidade, a partir da assinatura de um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) entre ambas as partes. Conforme o presidente da Cooperativa Médica, Dr. José Milton Cunha Mirenda, a entrega dos equipamentos para a instalação das academias faz parte de um conjunto de ações da Unimed/Pelotas, voltadas à comunidade. “Essa iniciativa é uma parceria nossa com o município e também demonstra o nosso compromisso em promover iniciativas que tragam benefícios à sociedade”, declarou. A prefeitura esteve representada no ato pelo secretário de Qualidade Ambiental, Neiff Satte Alam. Ele destacou que a iniciativa se alinha aos objetivos previstos no Plano Plurianual da Prefeitura para o período de 2014 a 2017. O secretário refere-se ao projeto dos Parques Lineares, que prevê a ampliação e qualificação das áreas de lazer no município, privilegiando também a criação de espaços para a prática de atividades físicas. Satte Alam enalteceu a parceria com a Unimed/Pelotas. “Essa foi uma fantástica contribuição para que a ideia dos parques lineares saia do papel”, comentou. O vereador Rafael Amaral e representantes de diversos veículos da imprensa regional também prestigiaram o ato. (Publicado em www.pelotas.com/noticias/academiasaoarlivreDJ/29/07/2013)

Depreende-se do relato do Secretário de Qualidade Ambiental da época, que o espaço público da av. Dom Joaquim integra a pauta de ações da prefeitura, sendo oficialmente reportado enquanto um tradicional ponto de lazer da cidade. Segundo o então Secretário, a av. Dom Joaquim faz parte de um projeto que prevê a instalação de parques lineares na cidade, o qual representa uma das diretrizes do Plano Diretor Municipal.⁵ A morfologia predominantemente retilínea do traçado, sendo um canteiro central dividindo duas pistas de rolamento em um percurso total de 2 km, é condição basilar para a av. Dom Joaquim ser admitida como um parque linear da cidade.

⁵ De acordo com a Subseção II, da Seção I, do Capítulo I do Título II da **Lei 5.502/08**, que institui o III Plano Diretor Municipal de Pelotas, a av. Dom Joaquim constitui, em conjunto com a av. República do Líbano, um Parque Linear formado a partir do traçado das duas avenidas e seus canteiros centrais. O Plano Diretor Municipal ainda caracteriza a área onde está localizada a av. Dom Joaquim como uma estrutura viária consolidada que apresenta valor de sociabilidade, sendo um espaço bastante usado pela população e com potencial de qualificação para incremento dos usos existentes.

Figura 10. Academia ao ar livre.



Fonte: Arquivo do autor. (31/05/2015)

Na figura 10 está uma academia instalada sobre o canteiro central do reduto da praça, localizado entre as ruas Andrade Neves e Padre Anchieta. Diante dessa imagem se pode constatar a boa amplitude do canteiro central que separa as vias de tráfego automotivo; no primeiro plano aparece a academia; na direita da figura, a pista de caminhadas, sobre a qual se percebe um grande fluxo de pessoas; e na esquerda, ao fundo, é possível vislumbrar parte da praça e em sequência a pista de rolamento norte e novamente o canteiro central.

Essa figura refere a uma tarde de domingo, talvez por esse motivo estejam os aparelhos de ginástica em desuso, pois o público que frequenta o espaço público da av. Dom Joaquim nos domingos à tarde não parece ter as atividades físicas como prioridade. E mesmo quando utilizam a pista para caminhadas, em geral as pessoas parecem querer ver e serem vistas sem necessariamente condicionarem esta atitude à prática esportiva.

Estes equipamentos que integram o mobiliário lúdico do espaço público da av. Dom Joaquim, demonstram que o local, ao longo dos últimos anos, foi contemplado por uma série de iniciativas que incrementam a qualidade da infraestrutura física, o que favorece a prática do lazer. Para o contexto das tardes de domingo, no entanto, o espaço público da av. Dom Joaquim funciona mais como um ponto de encontro de diversos grupos sociais do que mesmo como espaço para a realização de atividades físicas, as quais são mais evidentes nos dias de semana ou durante as manhãs de domingo, quando é mais expressivo o fluxo de pessoas que praticam caminhadas e se utilizam, por exemplo, das academias ao ar livre.

Esta questão remete ao quanto as dinâmicas sociais caracterizam os espaços do cotidiano conforme as horas do dia e os dias da semana, o que demonstra que as pessoas desempenham múltiplas atividades e estas atividades podem configurar os diferentes espaços da cidade num movimento atrelado aos tempos da vida diária. E assim, um espaço público pode condicionar e replicar uma determinada apropriação social sob um momento específico, e transformar-se totalmente através de outro tipo de uso temporalmente identificado.

A av. Dom Joaquim evidencia um espaço público bem cuidado e equipado. A característica do espaço físico denota uma área elitizada no contexto da cidade, pois as casas, os prédios, as lojas, bares e restaurantes e o próprio espaço aberto, se destacam pela qualidade dos materiais empregados, tanto nas construções como no mobiliário lúdico sobre o espaço público.

Defende-se a ideia de que esses atributos projetam uma estética sobre e com este espaço; sendo isto um atributo geral de atração social que distingue o espaço público da av. Dom Joaquim de outros espaços de igual estatuto na cidade, mesmo porque a av. Dom Joaquim é uma via por onde passam diariamente grande fluxo de pessoas, não apenas os habituais frequentadores dos dias de semana, e que usam o espaço para caminhadas e exercícios físicos, mas pessoas que trabalham e que passam dentro de automóveis e coletivos, pois ela interliga várias partes da cidade ao centro.

Esta posição geográfica fomenta a *promoção* do espaço, pois muitas pessoas acabam mantendo um contato pelo menos visual com a av. Dom Joaquim em suas rotinas de trabalho, estudo ou consumo; isso pode avivar o interesse social para um espaço público que apresenta boas condições para a prática do lazer.

As tardes de domingo na av. Dom Joaquim apresentam uma dinâmica de uso que inscreve no espaço público diferentes pontos de encontro a partir da presença dos distintos grupos sociais característicos das tardes de domingo; esta evidência foi observada e corroborada pelas entrevistadas.

Devido a isso, a parte da via selecionada como área de estudo foi organizada em três redutos de modo a englobar os territórios identificados; e assim, os atributos foram descritos obedecendo a essa divisão e a partir do protocolo de observação.

A observação e descrição dos atributos físicos do espaço cumpriu o propósito de representar um quadro geral de visibilidade que se projeta sobre e com o espaço público, pois o ambiente construído, além de suas precípuas funções, estabelece os limites dos espaços abertos caracterizando-os e organizando-os. E como a av. Dom Joaquim constitui um espaço de uso bastante eclético, ao englobar o canteiro central e a praça, além de pontos de encontro identificados pelas morfologias do entorno, foi imprescindível registrar esses atributos de maneira segmentada.

Os redutos que compõem o recorte espacial da pesquisa foram definidos a partir das observações que revelaram características comuns entre os mesmos, mas principalmente a configuração de territórios a partir da presença de diferentes grupos sociais nas tardes de domingo. A descrição física, assim organizada, permitiu não apenas identificar os atributos fixos, como obter uma perspectiva de auxílio para as interpretações acerca da dinâmica de uso do espaço público da av. Dom Joaquim no contexto das tardes de domingo. E os atributos foram registrados obedecendo a essa segmentação espacial, de modo a captar e apresentar um olhar abrangente do recorte observado.

Reduto 1: *do posto*, situado entre as ruas Armando Sica e General Osório. Nessa parte há uma academia de ginástica, uma farmácia, uma loja de luminárias, um restaurante, uma escola pública; uma unidade médica, uma loja de roupas, outra loja em construção, uma clínica médica e dois postos de combustíveis. Dois prédios de apartamentos com 5 andares cada e algumas residências familiares completam o cenário em torno do espaço público. E o canteiro central é bem cuidado, gramado, lixeiras, bancos e uma maior presença de árvores. Distância percorrida no reduto: em torno de 250 metros.

Reduto 2: *da calçada*, situado entre as ruas General Osório e Andrade Neves. Dois restaurantes e um bar monopolizam o segmento no lado da pista sul; na pista norte se destaca um terreno como efetivo vazio urbano margeando todo aquele lado, e a calçada que ladeia este terreno não se apresenta em bom estado de conservação. Porém o canteiro central se apresenta bem cuidado, abrigando menos árvores se comparado ao reduto 1, embora também apresente gramados, bancos de cimento, lixeiras e placas indicativas de distância e direção. Distância percorrida neste reduto: em torno de 100 metros.

Reduto 3: *da praça*, situado entre as ruas Andrade Neves e Padre Anchieta. A praça é bem cuidada; com bancos de madeira e cimento distribuídos por toda a área interna; estruturas decorativas feitas de madeira; amplos canteiros com gramados e flores; poucas árvores; lixeiras; mobiliário recreativo para as crianças. No canteiro central (sobre a av. Dom Joaquim) está a academia ao ar livre, que fora instalada pela parceria entre prefeitura e a empresa de planos de saúde. Distância percorrida neste reduto: em torno de 250 metros.

Esta descrição das características do espaço por reduto cumpriu o objetivo de identificar um provável modelo estético e diferenciado em relação a outros espaços públicos da cidade; Isso porque nesse estudo postula-se que uma estética típica da elite pode monopolizar a atenção pública regulando as escolhas sociais dos espaços abertos da cidade. E como a expressão visual reproduz uma realidade concreta, os atributos físicos do espaço se fazem indicadores de uso do argumento subjetivo que sustenta a manifestação do lazer na cidade.

Figura 11. Redutos 1, 2 e 3.



Fonte: Arquivo do autor. (13/12/2015)

6.3 O ENCONTRO: POR QUE AS PESSOAS VÊM

Os frequentadores habituais da av. Dom Joaquim aos domingos, começam a chegar por volta de três horas da tarde, geralmente formando grupos de três a cinco pessoas. Esta foi uma primeira situação detectada, as pessoas raramente chegavam sós, e mesmo quando era observado alguém desacompanhado, logo este se juntava a outros, pois o encontro costuma ser marcado. Algumas pessoas afirmaram que se em algum domingo não podem ir para a av. Dom Joaquim, os amigos logo começam a enviar mensagens pelo celular perguntando o que aconteceu; isto pode indicar que os frequentadores da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo tenham estabelecido uma rotina de grupo para além de uma prática individual.

Relatou a informante 5, “mesmo se eu não tô muito a fim de vir, as amigas me arrastam junto, não tem jeito”; situação que para o Informante 3 também constitui uma rotina, pois conforme disse, “todos os domingos, quando a gente vê já tá vindo pra cá, é meio que automático já”. Depreende-se dos relatos que a vinda para a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo pode significar um tipo de modismo ou mesmo uma opção pessoal de lazer condicionada pelos amigos.

Foi possível detectar que as pessoas que frequentam a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo não o fazem a fim de realizar atividades físicas, como poderia ser observado em outro dia da semana, ou no turno da manhã; a pista para caminhadas parece funcionar aos domingos muito mais como um *corredor de visibilidade social* do que como um espaço para corridas ou caminhadas. A roupa dos frequentadores é um bom indicativo deste fato, pois os trajes esportivos praticamente não são vistos durante as tardes de domingo, não obstante aos equipamentos e apelos à prática de esportes que o espaço público da av. Dom Joaquim abriga e conota.

O conteúdo de lazer que aciona a apropriação do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo não está diretamente ligado à prática de atividades físicas, pois os frequentadores parecem querer relaxar e encontrar outras pessoas em um espaço que lhes proporciona um tempo para o descanso físico e mental. Na opinião da informante 2, “é um ambiente adequado para se relaxar, tem a natureza, pessoas passeando, outras ficam sentadas nos bancos ou direto nos gramados, no celular, conversam em pequenos grupos, uma roda de chimarrão aqui, outra ali: um cenário de *no stress total*”.

A qualidade diferenciada dos atributos físicos do espaço público foi apontada pela totalidade dos informantes como sendo a razão principal para a vinda de tantas pessoas à av. Dom Joaquim nas tardes de domingo. Assim, para o informante 4, “eu acho um espaço público muito bom, tem bancos, lixeiras, gramados bem cuidados, árvores de sombra, a praça e equipamentos pra exercícios físicos, que outro lugar aqui na cidade tem isso?”. Para o informante, estes atributos atraem as pessoas não apenas pela qualidade em si, mas também porque constituem exceções no contexto espacial da cidade.

Os informantes destacaram, ainda, os investimentos realizados pela prefeitura no espaço público da av. Dom Joaquim nos últimos anos. Falou a informante 2, “eu venho pra cá faz tempo: primeiro arrumaram a pista de caminhadas, depois a praça e agora até ciclovia tão fazendo, a prefeitura investe sim. Estas melhorias atraem as pessoas”. Relato semelhante foi exposto pelo informante 6, “aqui é bem diferente: a grama cortada, as árvores podadas e tudo mais. Eu acho que essas coisas atraem, porque todo mundo acaba gostando de vir pra cá”.

Os informantes relataram que nos bairros onde habitam há espaços públicos, que não os atraem por estarem abandonados, como disse a informante 2, “moro no areal, lá até tem umas pracinhas que na maior parte do tempo se parecem mais com depósitos de lixo”. O informante 6 também reportou situação parecida com relação às praças do bairro onde reside, “pô, se tu for olhar no bairro onde eu moro, tu vai ver que as pracinhas tão bem atiradas”. Estes relatos indicam que os frequentadores das tardes de domingo percebem o espaço público da av. Dom Joaquim como um local diferenciado, em boa medida, devido à atenção dispensada pela administração pública municipal.

E não obstante aos investimentos, o importante a reter-se é que na percepção dos frequentadores os investimentos atraem as pessoas para a av. Dom Joaquim, o que talvez seja decisivo para que elas optem por este local em detrimento de outros espaços públicos da cidade. O que parece reportar, também, a informante 5, “essas melhorias atraem, porque as pessoas se sentem bem em convidar um parente ou amigo para vir pra cá”. E os investimentos foram enfatizados na fala do informante 3, “a prefeitura investe muito, aqui já é meio que um ponto turístico da cidade; e uma coisa vai puxando a outra: a prefeitura investe e mais gente vem; e se mais gente vem mais que a prefeitura investe”.

E ao lado dos atributos espaciais tangíveis e explicitados, o aspecto simbólico despertado pela estética da av. Dom Joaquim parece concorrer para a apropriação contumaz das tardes de domingo. Nas palavras da informante 1, “aqui tudo é bonito: os prédios, as lojas, o comércio todo, essa praça aqui, tudo me chama a atenção pela beleza mesmo”. Percebe-se que essa informante reconhece uma estética como própria da av. Dom Joaquim, exemplificando as belezas da área pela materialidade de seus domínios público e privado.

Nesse sentido, o informante 6 entende que “é uma mansão do lado da outra, as lojas são finas, os restaurantes e o bar nem se fala, é pra quem pode mesmo. Pra onde que a gente olhar, vai ver que tem muito dinheiro por trás”. Esses dois relatos revelam que os frequentadores da av. Dom Joaquim a percebem como um espaço público situado em uma área mais elitizada da cidade; pode-se dizer que os relatos indicam tanto os equipamentos de *domínio público* como os imóveis residenciais ou comerciais sob um único contexto espacial e economicamente diferenciado.

A sutileza de uma estética auspiciada pelos participantes do encontro também foi referida pelos informantes. Assim falou o entrevistado 4, “uma amiga minha uma vez já estava no elevador, saindo junto comigo aqui pra *donja*, ai ela notou que tava usando uma mesma blusa do domingo anterior, ai não deu outra: ela entrou e trocou de roupa”. O episódio narrado pode indicar que para muitos a vinda para a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo não significa apenas uma motivação de passear ao ar livre, mas surge como um momento de integrar-se socialmente em uma atmosfera de recíproca exposição social, na qual os participantes desejam negociar as próprias subjetividades em público.

Essa constatação parece sustentar o encontro das tardes de domingo através dos pilares de um contraditório reconhecimento entre os indivíduos, pois no espaço público a manifestação do lazer pode fazer com que pessoas de diversas classes ou estilos de vida fiquem fisicamente próximas; todavia, em paralelo, ocorre uma troca estética entre os indivíduos, fazendo com que determinados grupos possam ficar constrangidos a se afirmarem através de uma espécie de *imitação social* dos grupos que porventura julguem ser de uma classe economicamente superior. O contrário também pode ocorrer; neste caso, os grupos sociais tidos como mais pobres podem-se recolher a seus grupos, e espacializar modos de agir específicos durante o tempo de manifestação do encontro.

E sobre o jogo das aparências em público, foi observado que muitos ciclistas começavam a utilizar a parte concluída da ciclovia; mas muitos jovens continuavam com suas *bikes*, conforme termo por eles referido, na esquina do posto ou circulando fora da pista exclusiva para bicicletas, o que parece representar certa resistência de alguns atores com relação ao uso regrado que a ciclovia preconiza, ou quem sabe a pouca identificação com alguns dos *novos* ciclistas que ostentam capacetes, luvas e indumentárias que acabam conferindo a esses atores uma estética que os diferencia no espaço público do encontro.

Muitas pessoas que foram ouvidas, tanto nas entrevistas como nas conversas abertas, disseram que a vinda para av. Dom Joaquim nas tardes de domingo serviria para uma espécie de *aquecimento* ou um encontro prévio para as festas do período noturno. Disseram que os amigos se reúnem ali, conversam, tomam um chimarrão e aproveitam a tarde, mas que quase sempre combinam algo para fazer depois.

Este dado preconiza a presença de grupos distintos de pessoas. Questionada acerca do perfil do público que costuma frequentar a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, redarguiu a informante 1: "ah, pra mim é mais um pessoal das faculdades; eu também vejo muitos adolescentes que vêm em grupos maiores"; O informante 4 expôs um cenário mais diversificado em termos de grupos sociais, "no domingo de tarde é bem um *point*: tem a turma das faculdades, dos carros tunados, um pessoal de bicicletas e de motocicletas e as famílias com crianças.

Tudo parece indicar que cada um desses grupos é formado de pessoas cujos interesses de uso não são exatamente os mesmos, embora algumas razões para vir à av. Dom Joaquim nas tardes de domingo possam coincidir. Disse a informante 1, "eu gosto de ficar aqui na praça porque é mais agradável, o barulho do trânsito é menor, e tem esses bancos que são um convite pra gente sentar e tomar chimarrão com as amigas"; a informante 2 falou, "eu me sinto segura, posso ficar no celular ou andar pela pista de caminhadas sem ficar como medo de ser assaltada, pelo menos nunca vi ninguém ser assaltado aqui".

Para as informantes 1 e 2, as qualidades de ser um local tranquilo em termos de conforto ambiental e de segurança pública, são atrativos do espaço público que as impelem a vir para a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo. É válido reforçar que ambas as informantes disseram apreciar o espaço público da av. Dom Joaquim, mas sempre na companhia de amigos.

E essa tranquilidade, de certo modo, parece cativar o informante 3: “a gente fica aqui na calçada porque é mais tranquilo (...) a gente caminha pelo canteiro pra conferir o movimento, mas acabamos passando boa parte do tempo aqui”. Assim, o informante 3 confirma que a pista de caminhadas serve para olhar o movimento, não sendo necessariamente usada como espaço de atividade física.

E conforme a informante 5, “aqui no posto mesmo se encontram a turma das motos e das bicicletas, os carros baixos, eu mesma encontro muita gente, o pessoal já tem amizade uns com os outros”. E assim, depreende-se que o posto abarca uma diversidade maior de público a partir da congregação de grupos distintos; sendo que reinaria um contexto de amizade compartilhada entre os atores que conformam cada um destes grupos no espaço do posto durante as tardes de domingo.

Um fato marcante das tardes de domingo na av. Dom Joaquim diz respeito ao ritmo lento de circulação dos automóveis, notadamente imprimido dentro da área de estudo. Isto acaba sendo somado a um intenso fluxo de pedestres que atravessam a pista de rolamento em meio aos carros, o que instaura um cenário no qual o trânsito fica bastante obstruído causando lentidão e até engarrafamentos. Em certa maneira, os carros já são símbolos do encontro no espaço público da av. Dom Joaquim, e são exibidos em marcha desacelerada para serem observados por muitos dos que estão reunidos na beira da pista de rolamento.

A partir das entrevistas, foi revelado que os frequentadores vêm de diversas partes da cidade, havendo sido interpelados tanto moradores do entorno quanto de alguns bairros mais afastados da av. Dom Joaquim. Uma das motivações principais para frequentar o espaço, que apareceu nas entrevistas, se relaciona com encontrar amigos e ver pessoas: “eu venho mais pelo movimento mesmo, para fazer amizades e conhecer gente nova, mas também vem bastante gente que eu já conheço e meus amigos estão sempre por aqui”, disse o informante 6.

Este informante acena para as possibilidades de conhecer outras pessoas no espaço público da av. Dom Joaquim; ao mesmo tempo, ele reafirma os laços com os próprios amigos, com as pessoas de sua relação, demonstrando que naquele local é mais comum ficar junto de pessoas conhecidas do que interagir com o inusitado dos contatos estabelecidos com estranhos. Dessa maneira, se a av. Dom Joaquim atrai um expressivo contingente social, uma integração entre os atores pode estar minada por atitudes de grupo manifestadas durante o tempo de lazer.

Nesta parte da análise, porém, destacam-se apenas as razões mais amplas que acionam a apropriação social da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, pois se defende que o encontro é socialmente urdido em dois atos: no primeiro, entram em cena os atributos tangíveis do espaço para seduzir a todos incondicionalmente, ou seja, mobiliário lúdico, amenidades físicas, a beleza das construções, a presença dos amigos, a segurança, a limpeza, a organização, etc. E no segundo, imperam no espaço as formas de agir de cada grupo social, o que tende a inscrever os territórios dentro do encontro.

De maneira geral, a boa qualidade dos atributos físicos do espaço público da av. Dom Joaquim foi relatada como o carro-chefe no desfile das razões que impelem as pessoas a se apropriarem do local nas tardes de domingo. As reiteradas alusões ao mobiliário lúdico, às amenidades naturais, aos equipamentos de uso coletivo e ao cuidado com a limpeza e a organização do espaço, expressam o quanto as pessoas que vivem na cidade desejam adentrar espaços públicos bem equipados em termos de infraestrutura.

Em certa medida, a aparência geral da av. Dom Joaquim se constitui em um atributo de atração social. O padrão das residências, as fachadas de algumas lojas e restaurantes, a harmonia encontrada nas formas e a característica diferenciada dos materiais empregados nas construções, parecem compor o conjunto sutil dos fatores estéticos que reafirmam a adesão social observada durante as tardes de domingo. E ainda, a expressiva presença de público pode ser registrada como fator de interesse para muitos frequentadores das tardes de domingo.

Espaço de encontro, de beleza, de descanso, de investimento, de diversão e de dinheiro; para os informantes, essas palavras traduzem verbalmente a dinâmica do espaço público da av. Dom Joaquim em uma tarde de domingo. É possível dizer que a manifestação espacial do lazer está relacionada a uma sociabilidade pautada pela mútua visibilidade entre as pessoas; e se o caráter utilitário do espaço público é apontado, os conteúdos simbólicos não deixam de permear a escolha pela av. Dom Joaquim como espaço de uso.

Em geral, as informações obtidas indicam que o espaço público em condições de uso é uma necessidade dos habitantes urbanos; e a av. Dom Joaquim representa um espaço público cuja qualidade dos atributos tangíveis e uma estética pautada por referências típicas da elite, atraem distintos grupos sociais nas tardes de domingo.

6.4 (DES) ENCONTRO: ATORES E MODOS DE AGIR

Já nas primeiras observações da área de estudos foi possível constatar que havia a formação de grupos de frequentadores concentrados principalmente em três pontos específicos: em um posto de combustíveis, na calçada frontal a um bar e na praça. Na calçada do bar costuma haver uma formação de grupos menores, e quase sempre constituídos por estudantes universitários que marcam encontro nesse ponto para tomar chimarrão e conversar.

Alguns dos atores disseram que frequentam aquele bar. E que há domingos em que esta calçada fica bem lotada, com muitas pessoas usando cadeiras de praia, alguns permanecem em pé e outros recostados nos carros. Para os respondentes, a calçada do bar é um bom espaço para observar o movimento; e a preferência deles estaria relacionada a um tipo de encontro mais sossegado.

Foi observado que os grupos da calçada estabeleceram certo reconhecimento mútuo, parecendo haver um tácito clima de confraternização interpessoal, sinalizado por episódios como a partilha de água quente ou erva para chimarrão, o empréstimo de cadeiras de praia entre pessoas que em princípio não se conhecem, e mesmo as demonstrações de simpatia para com animais domésticos de alguns frequentadores, que se tornam motivo de reforço dos laços de interação social, mas dos atores da calçada entre si, pois essa interação acontece sobre a calçada e dela não extravasa, como se nas tardes de domingo a calçada fosse apropriada por determinado grupo materializando uma espécie de sala privativa de estar sobre o espaço público da av. Dom Joaquim.

Uma característica da calçada é a presença de vários casais de namorados, o que demarca uma forma de agir onde as pessoas em tese não estão motivadas por expectativas relacionadas a eventuais paqueras em público; a concentração humana é menor comparada à praça e ao posto, certamente porque é menor o espaço físico da calçada. E a isso se acrescentam algumas estratégias adotadas para assegurar certa exclusividade espacial, desde a disposição das cadeiras de praia dificultando efetivamente a passagem de pedestres, até táticas bem mais sutis, como os olhares que parecem “territorializar” essa fração do espaço público, rechaçando, quem sabe, aspirantes a esse território que porventura pareçam destoar socialmente dos atores identificados na calçada.

Figura 12. A calçada.



Fonte: Arquivo do autor. (15/03/2015)

Cabe reiterar que alguns atores afirmaram frequentar de modo habitual o bar que caracteriza a calçada; não por supor qualquer implicação explícita com o uso da calçada nas tardes de domingo, mas essencialmente porque o bar indica um padrão de consumo dirigido aos grupos sociais de maior poder aquisitivo, fator que se não o torna exclusivo de uma classe social específica, certamente restringe a possibilidade de acesso; dessa maneira, tudo indica que os frequentadores desse bar integram as parcelas mais abastadas da sociedade.

A calçada se caracteriza por abrigar grupos de estudantes universitários e de pessoas que já possuem algum curso superior; este dado serve para dimensionar de uma maneira geral o capital escolar dos atores presentes. E na figura 12 aparecem automóveis, sendo que muitos deles foram estacionados por atores da calçada; isso pode evidenciar uma situação economicamente superior pela possibilidade de posse ou uso desses veículos.

Outro território é a praça. Esta apresenta uma diversidade maior de público, o que certamente se deve à área mais ampla e à variedade de recantos que abriga, como um espaço para recreação infantil, os gramados para as rodas de futebol ou chimarrão e os muitos bancos para sentar, distinguidos pelos atores como sendo um convite à permanência.

As pessoas que permanecem na praça o fazem por vários interesses: para as famílias que trazem suas crianças o parquinho que fica situado dentro da praça é o principal atrativo, para os grupos de universitários a praça possibilita que conversem entre si enquanto observam o movimento dos carros e dos passantes, pois na praça o interesse pela paquera é mais evidente e um dos motivos referidos por alguns dos informantes diz respeito a essa expectativa de conhecer alguém com intensões de “ficar”⁶, há outros grupos de pessoas que preferem apenas conversar e compartilhar o chimarrão.

Na praça a integração social é menos evidente que na calçada e no posto, os grupos de pessoas ficam reunidos entre si de maneira mais *fechada*, caracterizando uma fragmentação em pequenos grupos dispersos por toda a praça e bem próximos uns dos outros, o que acaba caracterizando um espaço público tipicamente urbano e atual onde as pessoas reunidas estão visíveis umas às outras, mas sem buscar uma copresença como afirmação do outro.

Os grupos de estudantes universitários que costumam permanecer do lado da av. Dom Joaquim, conhecido pelos frequentadores como o *lado da medicina*, trazem consigo, além do chimarrão, recipientes térmicos com cervejas, energéticos e outras bebidas que são consumidas pelos membros do grupo durante o tempo do encontro. Nesse lado da praça costuma haver uma apropriação parcial da pista de rolamento do trânsito, pois muitas pessoas acabam cruzando a via constantemente e, não raro, param sobre a mesma para conversar formando grupos de três ou mais pessoas e disputando lugar com os automóveis que passam lentamente.

É possível dizer que grupos de universitários inscrevem uma territorialidade na praça, pois além de ficarem agrupados durante o tempo do encontro, os demais grupos da praça já os reconhecem como *o pessoal da medicina*, pois realmente são formados pela presença conspícua desses estudantes, embora isso não signifique que sejam constituídos exclusivamente de futuros médicos.

⁶ A expressão *ficar* neste caso refere-se a um efêmero relacionamento de caráter amoroso.

Figura 13. A praça.



Fonte: Arquivo do Autor. (07/06/2015)

A figura 13 acima reproduz um cenário característico da praça em uma tarde de domingo; ao observá-la, se pode perceber que as pessoas usam tanto os bancos como os amplos gramados que pavimentam a praça.

Essa vista está voltada para o lado oeste, delimitado pela rua Andrade Neves, atrás do observador fica um recanto da praça dedicado às crianças e outras partes bastante apreciadas pelas pessoas; na esquerda, a av. Dom Joaquim no lado onde ficam muitos universitários, fato reportado por alguns atores e posteriormente aferido pelo pesquisador; e completando o giro, à direita deste ponto de vista, há um clube e outras residências.

E no entorno da praça costumam figurar alguns tipos de comércio temporário, como vendedores de cachorro-quente, churrasquinho e pipoca; estes são atores que surgem para atender a demandas do público que frequenta a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, em especial os grupos que ficam na praça.

No território do posto foi observado um perfil mais jovem de público. E os atores ficam reunidos em grupos de cinco ou mais pessoas ouvindo música ao redor de automóveis que se posicionam no estacionamento do posto pelo lado da av. Dom Joaquim; outros grupos se formam na esquina com a av. República do Líbano, onde foi possível notar uma presença massiva de adolescentes. Alguns disseram vir de ônibus, outros de moto ou bicicleta.

Os atores que ficam no posto costumam permanecer ali durante o tempo do encontro. Em geral se pode dizer que a média de idade é mais baixa na comparação com os grupos da praça e da calçada do bar; e muitos afirmaram estar cursando o ensino médio. Na parte do estacionamento do posto, pelo lado da av. Dom Joaquim, ficam muitas pessoas ao redor de carros cujos porta-malas abertos exibem e fazem tocar potentes equipamentos de som. E na esquina do posto com a av. República do Líbano, é comum haver uma grande concentração de motocicletas.

Os grupos dos motociclistas conferem uma característica própria ao posto nas tardes de domingo. Na pista de rolamento, pelo lado da av. República do Líbano, é comum a cena de muitas motocicletas passando equilibradas sobre apenas uma das rodas e por vezes com dois ocupantes. O posto é um território de concentração de pessoas também pela loja de conveniências, que nas tardes de domingo é bastante acessada por quem quer comprar cerveja; e mesmo alguns que não bebem, ficam do lado externo dessa loja para conferir o movimento, pois no posto a expectativa da paquera é fortemente cultivada entre os atores.

E no posto não há bancos como na praça, e nem por isso se avistam cadeiras de praia, como ocorre na calçada. No posto o encontro se caracteriza pela presença das pessoas em pé formando grupos ou sentadas nos pequenos degraus de acesso à loja ou nas arestas das estruturas que sustentam as construções anexas ao posto, como é o caso da sala de trocas de óleo. E as motocicletas em geral se apresentam em bom estado.

Outro grupo que figura no posto é o dos ciclistas, mas não aqueles que usam a nova ciclovia e sim formado por pessoas que costumam pedalar desde os bairros da cidade; talvez por isso permaneçam no posto para descansar e esporadicamente dar uma volta pela avenida, porém o fazendo costumeiramente por entre os carros, ignorando a ciclovia que mesmo sem estar totalmente concluída já era utilizada por outros ciclistas que não os do posto.

Figura 14. O posto.



Fonte: Arquivo do Autor. (15/03/2015)

No posto costuma haver um constante barulho, em parte de músicas tocando nos automóveis, as quais são de estilo musical predominantemente eletrônico, e que por vezes chegam a serem ouvidas da praça e da calçada. O consumo de bebidas alcoólicas é notório nesse território e os grupos de atores se integram entre si, assim como as pessoas que chegam de ônibus ou a pé são absorvidas na dinâmica social do posto. Esta integração é mais plena e restrita, como verificado na calçada.

Talvez o interesse de exibir e acompanhar as manobras de motocicleta seja o principal motivo de permanência do público no posto; contudo não seria o único, pois se observou que muitos grupos não pareciam se empolgar com as motos, e mesmo assim permaneciam no posto. O certo é que os atores do posto nele permanecem, e raramente circulam pela praça ou na calçada, o que afirma as afinidades dos grupos do posto entre si.

Segundo a informante 5, “aqui no posto é mais tipo a nossa turma mesmo”, o que demonstra que os grupos do posto tem uma identificação a este território, pois o informante 6, questionado sobre o que pensava da praça e da calçada, fora taxativo: “a gente até dá umas passada por ali, mas não gostamos de ficar ali, aqui no posto é mais uma amizade geral sabe, por isso que a gente gosta”. Os relatos denotam que os atores do posto interagem entre si, como é reforçado na fala da informante 5, “eu venho todos os domingos, gosto daqui da volta do posto; além dos amigos que eu já tenho, faço outros tantos”.

E referências com relação aos outros territórios surgiram também de maneira espontânea durante as entrevistas. Relatou a informante 5, “até um pessoal que fica ali pela praça não vem aqui, não se misturam com a gente e nem a gente vai muito onde eles tão”. A fala indica que os atores do posto reconhecem os estranhamentos do encontro, pois é nítida a alusão a situações de *nós e eles, aqui e lá*, denotando o quanto os atores demarcam seus territórios.

A informante 5 ainda relatou que alguns moradores da av. Dom Joaquim não abonam a dinâmica de lazer das tardes de domingo, “eu sei que tem moradores que não gostam, eles *torcem o nariz* pra gente”; registro similar foi feito pelo informante 6, “eu já vi um morador reclamando aqui na loja do posto do som alto dos carro, uma vez, mas não sei pra quê ficar tão incomodado se o povo fica mais nessa parte aqui e não em toda a *donja*”.

Evidencia-se que pode haver conflitos de interesses também entre moradores e frequentadores da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo; até porque os atores da praça e da calçada igualmente aludiram a este fato. Mas por agora cabe destacar que ao referir o reduto do espaço onde ocorre a concentração social, o informante 6, ratificou a pertinência do recorte espacial dessa pesquisa.

Na calçada, os atores firmam seu território em contraponto aos usos do posto: “eu fico por aqui porque nas imediações do posto tem carro tocando som alto, gente acelerando as motos, também tem aquela gurizada que não me agrada. Prefiro ficar aqui porque tem gente mais a ver comigo, eu acho”, disse o informante 4.

Este informante pareceu afirmar seu território no espaço público, pois é nítida a intensão de pontuar um deliberado afastamento com relação aos grupos do posto, e de afirmar-se como ator do grupo da calçada onde, conforme ele, o modo de agir é mais condizente com suas expectativas de lazer.

E o informante 3 também fez referências aos demais territórios, “lá no posto mesmo é mais agitado, aqui na calçada dá pra gente conversar na boa. Na praça é bom de ficar também”. O informante denota identificação com os grupos da praça, mas repele a possibilidade de se integrar no território do posto porque, segundo ele, no posto é mais agitado que na calçada.

Dos relatos obtidos na calçada e no posto, denota-se que ambos os territórios se opõem pelos diferentes usos e modo de agir que caracterizam os diversos grupos sociais durante o tempo do encontro; e assim, são territórios instáveis e sustentados na temporalidade específica das tardes de domingo; contudo as diferenças entre um e outro território são explícitas ao ponto de serem percebidas e afirmadas pelos seus grupos específicos.

E quando surgem os relatos da praça, a reticência quanto aos atores do posto é também evidente. Disse a informante 2, “eu vou no posto só se precisar muito usar o banheiro”. Essa informante condicionou uma possível ida sua ao posto como fruto de uma imperiosa necessidade fisiológica, sem revelar interesses pela dinâmica de encontro do posto.

Registre-se que a informante 2 destacou como uma *falha* a falta de sanitários químicos no espaço público da av. Dom Joaquim, “só acho que ainda tá faltando uns banheiros químicos aqui”, o que pode evidenciar a contrariedade por ter que acessar os banheiros do posto, mas também serve para demonstrar que os espaço de uso público demandam equipamentos que possibilitem o conforto e a permanência para uma prática de lazer com qualidade.

Na praça também se observou a presença de muitos universitários, segundo um dos atores, “a gente se encontra aqui porque é mais calmo, dá para descansar e jogar conversa fora. O posto é só para abastecer mesmo ou comprar gelo”, disse um informante que se identificou como estudante de medicina. E assim, transparece que há um espaço na praça sendo demarcado por estudantes de medicina e que o posto não os atrai; dado que ilustra a opção de lazer desse grupo de atores, e pode indicar uma busca de distinção social em público.

Independente do grau de afinidade dos atores, cada grupo denota reconhecer seu território, tanto pela denominação, como pela percepção de que se diferem entre si através dos usos e atitudes em público.

Diante disso, a configuração desses territórios não é algo aleatório. Os grupos observados na calçada de frente ao bar invariavelmente eram formados por pessoas que disseram ter diploma de algum curso superior. Este particular pode referendar a predisposição do indivíduo a se aproximar daqueles que aparentemente detêm um capital cultural e simbólico julgado equivalente ao seu. A calçada de frente ao bar se apresentava bem cuidada, com piso limpo e de cor clara, um gramado aparado e um sistema de canteiro que acaba sendo usado pelas pessoas como banco de praça. A fachada envidraçada do bar cria um visual atraente sobre este reduto, e o fato de no período da tarde a posição do prédio projetar sombra na calçada pode ser tido como uma amenidade física que contribui para a permanência.

É necessário reconhecer que a presença de famílias e crianças imprime uma nuance característica ao espaço da praça, contudo o perfil de público da praça não destoa muito daquele encontrado na calçada do bar; tanto que um lado da praça foi reportado por alguns como “o lado da medicina”, que na verdade atrai estudantes de várias graduações como se verifica na calçada do bar. E mesmo que sobre o espaço público não se avistem placas a indicar *privativo de universitários*, tanto na calçada do bar como na praça a presença destes é acentuada ao ponto de demonstrar certa exclusividade territorial.

E por fim, o posto, território notadamente de grupos de adolescentes, ele se caracteriza pela presença de carros estacionados, motocicletas e bicicletas. O perfil social diverge dos grupos da praça e da calçada, não somente quanto a diferenças etárias, mas talvez pelos respectivos graus de escolaridade que tendem a funcionar como fator de diferenciação social. Depreende-se das observações que os atores do posto interagem entre si, o que refirma uma maior identificação com os grupos das próprias relações em detrimento daqueles que surgem como os *outros* da presença social em público. Os grupos do posto inscrevem uma territorialidade a partir dos seus estilos e modos de agir; e a dinâmica de uso do posto é contundente devido ao fluxo de interesses dos grupos sociais ser mais compartilhado entre os atores que se apropriam do posto.

De modo geral, algumas possíveis diferenças sociais, relacionadas aos estilos de vida de diferentes grupos de público, impetram a materialidade no espaço público através das territorialidades urdidas no encontro, e isso parece indicar uma lógica de distinção social entre os grupos que se apropriam da av. Dom Joaquim.

E sobre essa distinção social, uma constatação geograficamente evidente é a compleição de territórios diversos e espacialmente próximos uns dos outros. Mesmo porque se acredita que a visibilidade da manifestação do lazer na av. Dom Joaquim determina uma troca estética entre os diversos grupos de público que a frequentam nas tardes de domingo; e de algum modo, essa realidade determina as barreiras que interdita a integração social a partir das formas de uso inscritas no espaço público pelos distintos interesses de lazer dos atores mutuamente expostos durante o tempo de ocorrência do encontro.

E possíveis diferenças de realidades sociais também parecem concorrer nas manifestações espaciais da apropriação da av. Dom Joaquim; o que materializa os afastamentos entre os diferentes grupos, pois embora não seja possível classificar a condição econômica dos atores através da subjetividade das aparências, é inegável que a visibilidade interpessoal em público inaugura códigos de conduta coletiva com os quais os meandros de classe podem vir a contornar a precisão e fé públicas dos mapas de renda oficiais, e impingir no exercício do lazer um (des) encontro espacial no fundo regulado pelo capital.

Então, os territórios identificados nesta pesquisa espelham as territorialidades dos diferentes grupos sociais que adentram no espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo. Sendo assim, a manifestação do lazer nesse espaço-tempo público inaugura uma situação de trocas estéticas entre os diferentes grupos sociais, mas sem fomentar os contatos e sim aviltando a lógica da diferenciação social num poderoso princípio que contamina o encontro através de estigmas diversos infligidos pela presença desses grupos sociais.

Nas tardes de domingo parece haver uma troca orientada pelo capital cultural e simbólico dos atores, e o saldo desse movimento estaria espacialmente expresso na configuração de territórios inscritos e reconhecidos por grupos sociais distintos; e assim, a territorialidade engendrada no lazer é um modo de distinção demarcado por diferentes grupos de público nos limites geográficos do encontro. Este fenômeno se alimenta do capital simbólico dos atores reunidos, inscrevendo no espaço público a configuração física das diferenças destacadas na temporalidade lúdica. E por isso, o encontro imprime no espaço público da av. Dom Joaquim as contradições sociais do capitalismo, condensando territórios e territorialidades dos diferentes grupos durante o tempo de manifestação do lazer.

Atentando aos territórios da pesquisa: a praça, a calçada e o posto, é possível dizer que os dois primeiros grupos de público apresentam similitude maior entre si. Frases como “aquela gurizada que não me agrada” ou “lá no posto é mais agitado” foram colhidas na calçada; e enquanto as referências relativas à praça se mostraram otimistas, como “na praça é bom de ficar também”, os atores da calçada esboçavam amiúde algum conteúdo conflitante ao destacarem os grupos sociais específicos do posto.

Em geral, os grupos da calçada e da praça podem ser classificados como “um pessoal das faculdades”, como reportara a entrevistada 1, fato que parece firmar um tácito reconhecimento entre esses grupos à medida que gera estranhamentos frente aos grupos observados no posto. Este dado serve de indicador dos imperativos sutis exercidos pelo capital simbólico que permeiam a sociabilidade no espaço público da av. Dom Joaquim, e corrobora a realidade de grupos espacialmente desdobrada em distintos territórios nas tardes de domingo.

As entrevistas sinalizam que tanto a visibilidade do espaço público, como das pessoas umas às outras, produz um repertório de padrões estéticos registrando uma muda enunciação dos elementos simbólicos que podem ser discernidos no tempo da atividade lúdica em público; dessa maneira, a diferenciação entre os grupos se torna um dado estruturante do lazer na av. Dom Joaquim, sendo o espaço público a parte estrutural e a condição de partida das contradições do encontro.

Nesse contexto, os territórios identificados são inscrições espaciais de caráter coletivo interpelando os atores de forma individualizada. O poder é consubstanciado por aspectos subjetivos que permeiam as práticas sociais e individualizam os grupos de atores como peças desiguais em um jogo dissimulado por regras do uso espacial em público. E de modo objetivo, os diversos usos que os grupos projetam no espaço público inscrevem os territórios a partir dos interesses concretos dos atores; e assim, os grupos do posto, da praça e da calçada configuram um (des) encontro.

Diante do exposto, a av. Dom Joaquim pode ser definida como um espaço de uso público cuja qualidade dos atributos físicos e tangíveis atrai diversos segmentos sociais durante as tardes de domingo; porém, a aproximação espacial de atores que não detêm um mesmo capital simbólico-cultural acaba erguendo barreiras subjetivas que tendem a interditar a efetiva interação social no curso do tempo da manifestação do lazer em público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou dissertar sobre os motivos que tornam o espaço público da av. Dom Joaquim um local de lazer para diversos grupos sociais nas tardes de domingo. Assim, se discutiu a manifestação das atividades lúdicas sobre um espaço definido e em um determinado período de tempo; e para o caso, o recorte empírico funcionou a partir da fração da área de estudos com maior presença de público e na faixa horária que efetivamente esteve inscrita a apropriação social do espaço.

O percurso metodológico cumpriu uma abordagem qualitativa. Desta maneira, os caminhos que possibilitaram a obtenção das evidências empíricas foram traçados através de observações pessoais e diretas do pesquisador sobre a área de estudos, passando por diálogos abertos com os atores sociais e culminando na realização de entrevistas semiestruturadas junto a alguns sujeitos que se disseram frequentadores assíduos do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo.

Os trabalhos de campo foram sempre pautados pelos objetivos da pesquisa. Diante disso, a pertinência do referencial teórico foi afrontada de maneira constante, na ideia de que tanto o evento concreto como as perspectivas conceituais pudessem tornar mais qualificado o estudo por meio de uma permanente relação entre a teoria e a prática. E por aceder às evidências *reais*, o território e a territorialidade restaram como alternativa conceitual, pois foi constatada no espaço uma inscrição de modos de uso e formas de agir dos diferentes grupos sociais.

No capítulo três foram discutidos os conceitos de espaço público e de lazer na interlocução sobre e com a cidade. Nesse sentido, a cidade foi pensada como sendo um produto social resultante do acúmulo de ações engendradas por diversos atores que a produzem no cotidiano, sem negligenciar que o espaço urbano condiciona as manifestações da sociedade por meio de um jogo orquestrado pela confluência entre necessidades econômicas e existenciais. E esta realidade não poderia ficar relegada em uma análise cuja pretensão foi também discutir a relevância da prática do lazer e da existência dos espaços públicos em um contexto territorial no qual as diferenças de classe tendem a presidir as relações temporais e espaciais. Neste jogo conceitual de suposições, chegou-se a uma certeza: a cidade necessita de espaços públicos e equipados para os lazers urbanos, ou seja, espaços abertos ao uso e dotados de boa infraestrutura física e amenidades naturais.

O espaço público foi tratado como ingrediente fundamental para materializar a possibilidade do encontro como prática social advinda de manifestações individuais; tendo sido focado como dimensão tangível que exerce um papel objetivo-subjetivo sobre as pessoas; e dessa maneira, a dimensão concreta do espaço público da av. Dom Joaquim foi associada às formas de lazer observadas nas tardes de domingo; sendo assim, a abordagem do espaço público considerou tanto a configuração física como as particularidades da atividade social inscritas sobre este espaço no curso de um determinado tempo. A relevância sobre o tecido territorial da cidade baseia-se no fato de o espaço público ser um terreno concreto ao encontro e à comunicação entre os diferentes segmentos da sociedade; contudo, esta mesma condição pode suscitar conflitos e contradições que problematizam a cena urbana.

Sobre o lazer, não foi intenção definir *o que é o lazer* de forma lacônica, mas tentar expandir o perímetro semântico ao redor do termo recorrendo-se, para isso, a concepções de autores que têm visões discrepantes sobre o tema do lazer, pois isso possibilita uma construção mais ampla do entendimento. Nesse sentido, a análise de Dumazedier (1980) se restringe às funções que o lazer pode ou não desempenhar, e se distancia das perspectivas postuladas por Gorz (2007) e De Masi (2000). Estes últimos autores, de aguda orientação marxista, não compreendem as necessidades humanas de um modo hierarquizado, e sim as vinculam ao processo histórico e às transformações da sociedade. Nas perspectivas de Dumazedier (1980) e Camargo (1986), as noções do lazer e do tempo livre se relacionam ao trabalho como suposto obrigatório, e as atividades lúdicas servem para ocupar uma parcela do tempo que já esteja liberado do trabalho.

Outro aspecto a ser destacado é a condição na qual o lazer não constitui uma possibilidade democrática a todos que habitam na cidade, porque as desigualdades econômicas restringem os mais pobres quanto ao acesso e à apropriação do espaço urbano, o que parece ignorado pelas teorias que conferem uma função estritamente compensatória ao lazer. Por seu turno, os autores marxistas reportam as mudanças do trabalho provocadas pelas inovações da atualidade, embora não haja uma plena concordância filosófica entre os mesmos, pois enquanto Gorz (2007) defende que as metamorfoses atuais representam desdobramentos do próprio sistema de produção, De Masi (2000) aposta na revolução social através do tempo livre, sem enfatizar que a hegemonia capitalista também domina o tempo fora da empresa.

O capítulo 4 trouxe ao debate um viés que considera o lazer como uma forma estética de afirmação social, seja através de determinados rebatimentos advindos do espaço público como também das pessoas reunidas. Desta maneira, a manifestação do lazer estaria menos condicionada por um tempo propriamente livre e mais por um estilo ou necessidade de vida, sendo a visibilidade urdida pelo encontro um supremo motivo impelindo o público a optar por determinados espaços da cidade.

Nesses termos, o espaço público se torna promotor de um repertório concreto de atributos estéticos. E isso faz com que a visibilidade exerça uma função simbólica que aciona e regula a apropriação social, equiparando-se a uma forma de poder que se consubstancia na atração de diversos grupos de público para um mesmo espaço de uso. Ocorre, então, a conjugação de aspectos (i) materiais que erguem barreiras subjetivas entre classes, mormente através dos ditames do capital como expressão de conteúdos que geram um efeito de distinção e afastamento social. Pode-se dizer que a ditadura da aparência mobiliza o tempo do lazer pela exposição interpessoal, entretanto esta conjectura fica dissimulada por uma contraditória solidariedade entre os participantes da ação.

No capítulo 5, o esforço reflexivo consistiu na discussão sobre a manifestação espacial do lazer enquanto uma configuração diferenciada de territórios a partir da apropriação espacial por diferentes grupos reunidos em um determinado espaço da cidade. Assim, a materialidade do espaço não foi tratada como um palco passivo de uma atividade lúdica, mas como a dimensão que condiciona o esquema territorial das ações que se desenrolam sobre o espaço no curso de um determinado tempo. A ideia-chave dessa seção foi essencialmente questionar se a manifestação do lazer poderia auspiciar particularidades socioespaciais quando acionada sobre um mesmo espaço público.

E isso representa uma decorrência das observações sobre a área de estudos nas tardes de domingo, as quais revelaram a demarcação de territórios temporários por parte dos diferentes grupos sociais que se apropriam do espaço público. Nesses termos, a manifestação do lazer neste espaço-tempo público estabelece uma relação comunicacional entre distintos modos de agir, porém sem efetivar os contatos e sim aviltando a lógica da distinção como velado e poderoso suposto de uma permanente segmentação social. Nesse sentido, a manifestação espacial do lazer materializa as contradições sociais do capital na incidência das territorialidades.

E o capítulo 6 foi dedicado ao estudo de caso propriamente dito. As respostas de frequentadores habituais do espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo, serviram como dados fundamentais para aferir as possibilidades ventiladas no referencial teórico. De modo geral, as pessoas optam pela av. Dom Joaquim em virtude da qualidade do mobiliário lúdico; foram referidos as amenidades físicas, a limpeza, organização, segurança e os investimentos do poder público, o que denota que as pessoas querem usufruir o tempo de lazer sobre espaços públicos aprazíveis e equipados em termos de infraestrutura.

Outro aspecto relevante foi o fato de que as pessoas costumam adentrar a av. Dom Joaquim junto a grupos de amigos; e isto parece preconizar uma concepção de encontro marcado entre os participantes, o que pode reforçar um tipo de rebatimento segundo o qual as pessoas permanecem em seus grupos e nos territórios inscritos pelo uso dos atores durante o lazer. Entre os informantes, houve quem acenasse a fatores subjetivos do espaço e do público, ou seja, tanto o condicionamento estético do espaço tangível como dos envolvidos na ação podem ser considerados atributos de atração e controle sociais.

E quanto à pergunta norteadora do estudo: por que tantas pessoas escolhem frequentar o espaço público da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo? É possível dizer que os predicados materiais do espaço público, indicados pelo mobiliário lúdico e diferenciado no contexto da cidade, a acessibilidade e segurança, a massiva vinda de público e a configuração de um encontro que oportuniza a exposição social como momento de realização pessoal, sejam motivos preponderantes para tantas pessoas acederem à av. Dom Joaquim nas tardes de domingo.

A partir da atração pelos atributos espaciais tangíveis, o encontro da av. Dom Joaquim nas tardes de domingo expôs a singularidade de ser compartimentado por dentro; ou seja, foi observada uma lógica de distinção social engendrada nos limites geográficos do encontro. Isso guarda relação com um tencionamento exercido pelos modos de agir de grupos sociais mais populares que adentram esse espaço público, notadamente nas tardes de domingo. Os informantes ainda revelaram que alguns moradores da av. Dom Joaquim não ficam à vontade com a dinâmica das tardes de domingo, fato este que poderá redundar em conflitos de fundo territorial, entendendo que estes moradores possam reivindicar determinadas condutas como, por exemplo, o controle do volume das músicas tocadas em alguns automóveis.

E como o perfil do público congrega nas tardes de domingo desde os grupos de estudantes universitários, passando por famílias com crianças e encontrando um grande contingente de adolescentes, as territorialidades orientadas por afinidades de cunho social parecem se condensar como contingências veladas e obedecidas pelos participantes desse encontro. Constatou-se que embora uma proximidade física que o espaço público acaba estabelecendo entre distintos segmentos sociais, a efetiva interação entre estes não se verifica, pois as pessoas tendem a interditar o diferente, privilegiando os sujeitos de suas próprias relações.

Em certa medida, este estudo pode evidenciar uma marca do tempo presente: o árduo ofício de viver com os outros, contra ou a favor de diferenças, na pluralidade individual passada em revista através do encontro coletivo exercido sobre o espaço público como campo de contato social. E isto parece indicar a importância do espaço público para materializar as possibilidades de lazer e originar uma prática coletiva a partir de manifestações particulares.

A av. Dom Joaquim é um espaço público cujos elementos de ordem material evocam uma estética típica da elite, no entanto a atratividade social alcança diversos segmentos de público nas tardes de domingo. Essa realidade está no centro de uma fragmentação espacial suscitada pelo capital simbólico que caracteriza os diferentes atores durante o tempo do encontro; sendo assim, o local se destaca do/no contexto espacial da cidade como área elitizada, mas isso não representa o uso exclusivo de grupos mais abastados, pois a materialidade concreta e diferenciada acaba atraindo, também, grupos sociais subalternos.

Essa constatação responde pelo insólito dessa pesquisa: sobre um espaço de uso público, em uma área da cidade na qual a materialidade indica um padrão social financeiramente diferenciado, são processadas consideráveis inversões de capitais público e privado que valorizam o espaço público; nesse cenário, grupos sociais que em tese poderiam não ser considerados para uma integração nesse local, se tornam habituais configuradores do encontro a partir da apropriação exercida e reconhecida em público.

Contudo, modos de agir inscritos na av. Dom Joaquim nas tardes de domingo ensejam a segmentação social e espacial entre os diversos grupos sobre o espaço público, denotando que apesar da proximidade física, os habitantes da cidade estão cada vez mais passivos e isolados entre si, inclusive durante o lazer.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. *et al.* **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.

ARENDT, H. **A condição humana.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

——— **Da violência.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARRIADA, E. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835).** Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

——— **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

——— **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011b.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CORRÊA, R. L. **Análise crítica dos textos geográficos: breves notas.** GeoUERJ, Rio de Janeiro, nº. 14 p. 7 - 18, 2º semestre de 2003.

——— **O espaço urbano.** 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003b.

DE MASI, D. **O ócio criativo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1987.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** SP: SESC, 1980 (Série Lazer).

ELIAS, N.; DUNNING; E. **A busca da excitação.** Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

——— **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, nº. 2, p. 57 - 63 Mar./Abr. 1995.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

——— **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

——— **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

——— **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** In: HEIDRICH, A. *et al.* (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

LAMAS, J. M. R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: Livraria Mundial/EdUFPel, 1993.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARTINS, J. P. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.

MAYER, R. *et al.* **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3ª ed. Petrópolis, RJ, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, G. M. de **Século XXI: território, estado e globalização.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002. (Coleção Conexão)

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.
- **Espaço e método**. São Paulo: Studio Nobel, 1985.
- **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, A. **Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea**. Revista Cidades, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 61-74, 2013.
- **Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea**. In: VASCONCELOS, P. de A. *et al.* (orgs.): *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013b.
- **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SILVA, A. C. da **A aparência, o ser e a forma (geografia e método)**. In: GEOgraphia – Ano II – N° 3 – São Paulo, 2000.
- SOJA, E. W. **Postmetrópolis. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2008.
- SOUZA, M. L. de **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.): *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SPOSITO, M. E. B. **Introdução**. In: *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Atributos referentes ao público

- 1.1. Para você, qual perfil de público frequenta a av. Dom Joaquim nas tardes de domingo?
- 1.2. Qual a sua escolaridade? E a sua idade?

2. Atributos referentes ao espaço físico

- 2.1. Como você avalia a qualidade do espaço público da av. Dom Joaquim?
- 2.2. No seu entendimento, o poder público investe na av. Dom Joaquim?
- 2.3. Você acredita que investimentos dessa ordem possam atrair as pessoas?

3. Atributos referentes à temporalidade

- 3.1. Por que você vem para a av. Dom Joaquim no domingo à tarde?
- 3.2. Qual horário você costuma chegar? E até que hora costuma ficar?
- 3.3. Quantos domingos por mês você costuma vir para a av. Dom Joaquim?

4. Atributos referentes ao acesso

- 4.1. A av. Dom Joaquim fica perto ou longe do seu local de residência?
- 4.2. Você frequenta outros espaços públicos da cidade? Quais? E por quê?

5. Atributos referentes à espacialidade

- 5.1. Por que você prefere ficar aqui no *posto*, na *praça*, na *calçada*?
- 5.2. Você percebe alguma animosidade dos moradores da av. Dom Joaquim com relação ao movimento das tardes de domingo?

6. Atributos referentes à estética

- 6.1. Como você avalia o aspecto geral da av. Dom Joaquim?
- 6.2. Se você tivesse que definir a av. Dom Joaquim numa única palavra, qual seria essa palavra? Por quê?

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO

Atributos observados:

1. Limpeza e organização do espaço público;
2. Conservação e características do mobiliário lúdico;
3. Configuração física do espaço público;
4. Segurança;
5. Acessos a outras partes da cidade;
6. Amenidades naturais;
7. Padrão residencial do entorno;
8. Padrão comercial estabelecido;
9. Formas temporárias de comércio;
10. Automóvel, motocicleta, bicicleta;
11. Movimento geral do público nas tardes de domingo, entre 15 e 19h;
12. Como os indivíduos agem no encontro;
13. Que atividades realizam durante o encontro;
14. Como chegam 1: meio de transporte
15. Como chegam 2: sós ou em grupos
16. Grupos sociais do posto;
17. Grupos sociais da praça;
18. Grupos sociais da calçada.